



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AGRICULTURA CAMPONESA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA

Andréia Silva de Alcântara

Salvador/BA  
2017

**Andréia Silva de Alcântara**

**AGRICULTURA CAMPONESA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Noeli Pertile

Salvador/ BA  
2017

---

Alcântara, Andreia Silva

Agricultura camponesa e a produção do espaço agrário no município de Irará/BA / Andreia Silva Alcantara. -- Salvador, 2017.

203 f.: II

Orientadora: Noeli Pertile.

Dissertação (Mestrado - Geografia) -- Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2017.

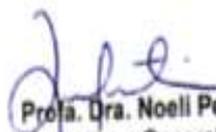
1. Minifúndio. 2. Produção do espaço agrário. 3. Produção de alimentos. 4. Reprodução camponesa. I. Pertile, Noeli. II. Título

**TERMO DE APROVAÇÃO**

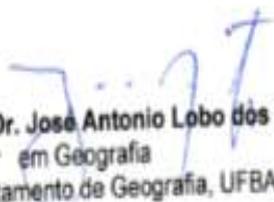
**AGRICULTURA CAMPONESA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA**

**ANDRÉIA SILVA DE ALCANTARA**

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dra. Noeli Pertile**  
Doutora em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil



**Prof. Dr. José Antonio Lobo dos Santos**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



**Prof. Dr. Sérgio Gonçalves**  
Doutor em Geografia  
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, UFU, Brasil.

Aprovada em Sessão Pública de 04 de maio de 2017.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho aos meus pais: Bonifácio Menezes de Alcântara e Maria América Silva de Alcântara, que acreditaram em meu sonho, mesmo sem entender o que se significava. Quero dizer que valeu a pena as dificuldades e as barreiras que passamos. Hoje contemplo o tamanho da vitória que alcançamos e que só foi possível porque vocês (painho e mainha) acreditaram. Dedico também esse trabalho aos camponeses e camponesas do município de Ipirá, que me permitiram registrar aqui modos de vida peculiar aos ipiraenses configurados em suas crenças, hábitos, organização, seus sonhos, dificuldades e seus momentos de lazer.

Meus sinceros agradecimentos!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter cumprido o desejo do meu coração e por ter concretizado os salmos 23 em minha vida. Por ter me guiado nessa trajetória, e por ter me consolado quando me sentir perdida e sem forças para caminhar.

Agradeço a Deus também por ter colocado em meu caminho pessoas que me fizeram crescer e acreditar que eu venceria. Pessoas que me deram alegria quando eu estava triste, que me animaram quando eu estava desanimada, e que me seguraram quando eu tombei e não me deixaram cair. Essas pessoas se materializam nas figuras de meus Pais Bonifácio Menezes de Alcântara e Maria América Silva de Alcântara, de meu irmão Alan Silva de Alcântara, de minha tia Maria Menezes de Alcântara, e as minhas primas Solange Menezes de Alcântara e Erenilda Menezes de Alcântara.

Agradeço a Deus também por ter colocado em meu caminho, verdadeiros amigos que somaram virtudes em minha vida. Agradeço por ter encontrado nessa longa caminhada Fábria Antunes uma mulher dedicada que com sua simplicidade me ajudou nas distintas fases da pesquisa com apoio técnico e emocional. Simone Soares uma amiga espontânea com quem compartilhei minhas angústias.

Agradeço também a minha amiga Marize Daminiana Batista e sua família que abriram suas portas para mim, e com amor me ajudaram de diversas maneiras na realização da pesquisa. Com relação a Marize essa mulher guerreira, companheira, que carrega consigo a mística e a esperança de dias melhores, tem me ensinado a lutar com os pés no chão e a mirar o horizonte. Sou grata pelos conselhos e pelas discussões teóricas que iniciavam pela manhã e rompiam as madrugadas quando eu estava em seu lar. Agradeço pelo apoio moral e pela companhia no trabalho de campo.

Agradeço também a Ubirajara Moura Batista e Valeria Célis Borges, diretor e coordenadora pedagógica da EFAMI respectivamente, por ter me recebido na EFAMI e ter apoiado a pesquisa e coordenado junto comigo subprojetos da pesquisa de dissertação.

Agradeço a professora Dr. Noeli Pertile que me aceitou de braços abertos como orientanda e me apoiou na construção da pesquisa.

Agradeço aos meus companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), pelo companheirismo e pela oportunidade de construirmos juntos possibilidades de dias melhores.

Agradeço aos camponeses e camponesas que tive contato durante a pesquisa, esses me ensinaram que a resistência é fruto da rebeldia. Resistir é também resignificar. A esperança é fundada na crença que a vida é dinâmica e que dias melhores podem ser construídos por simples ações.

A todos aqueles que se consideram meus amigos e amigas meus sinceros  
Agradecimentos pelo carinho e apoio moral.

# EPÍGRAFE

A mística é a força que precisa ser cultivada com exercícios práticos, mesmo quando a vontade aponta para o lado inverso. Olhar para o horizonte e perceber, antecipadamente onde vamos nos colocar nele. Acreditar na possibilidade de vencer as distâncias. Para isso, precisamos encontrar o caminho que nos leve ao topo apesar de todos os desafios (BOGO, 2010 p.177).

## RESUMO

No processo histórico de formação do município de Irará os ex-escravos reorganizaram suas táticas de resistência no campo através das diferentes formas de acesso à terra: posseiro, parceiro, arrendatário e ocupante e disso resultou a existência dos atuais camponeses. Este é o contexto em que foi forjado o campesinato no município de Irará, e que permite a continuidade da luta e a preservação do modo de vida camponês, expresso por meio da agricultura tradicional nas diversas manifestações do saber fazer desse grupo social. Tais saberes, se revelam na diversidade da produção agropecuária e nas suas relações socioculturais. Assim, o modo de vida desses camponeses incluindo suas crenças, hábitos, organização e divisão do trabalho na unidade camponesa, saber popular, o artesanato, entre outros, são características que se configuram como riqueza cultural do município de Irará. Nesse contexto, o objetivo geral que norteou refere-se a compreender a produção do espaço agrário do município de Irará Bahia/BA alicerçado nos princípios da agricultura camponesa. Dessa forma a produção do espaço agrário do município de Irará demonstra as múltiplas complexidades das relações socioeconômicas, políticas e culturais atuantes no município. Assim, são latentes a força do Estado e suas estratégias de concentração do poder por meio do domínio social que se manifesta no controle do acesso de camponeses às políticas públicas. Mas também é notório as tentativas de reprodução desses camponeses através de sua organização popular em associações rurais, sindicatos dos trabalhadores rurais e dos grupos de samba de roda, entre outros. No município de Irará a agroecologia se configura como instrumento de fortalecimento do campesinato e suas práticas ecoam de dentro das unidades camponesas para a comunidade local. Ela se manifesta através da organização da produção de base familiar, nas técnicas tradicionais de manejo do solo, no respeito à biodiversidade, na reciclagem de nutrientes, na busca pela segurança alimentar, no trabalho coletivo através dos mutirões. E manifesta-se para fora das unidades camponesas por via da comercialização na feira livre, momento em que o camponês dialoga com a comunidade local. Na agricultura camponesa o ciclo produtivo configura-se como um sistema fechado, todo insumo produzido é remanejado dentro do sistema. Assim os produtos cultivados obedecem não a lei do mercado, mas sim as necessidades nutricionais das famílias. No município de Irará a mandioca é o principal cultivo de valor econômico, ela é a matéria prima na produção da farinha, produto que é base da economia municipal e também a atividade que mais absorve mão de obra de trabalhadores rurais no município. A mandioca é o produto que garante a manutenção da família camponesa sendo utilizada para alimentar os animais na unidade camponesa e para o consumo humano como a, farinha, fécula, beiju, tapioca, puba, biscoitos de goma e sequilho, entre outros derivados.

Palavras-chave: minifúndio; produção de alimentos; produção do espaço agrário; reprodução camponesa.

## RESUMEN

En el proceso histórico de formación del municipio de Iará los ex-esclavos reorganizaron sus tácticas de resistencia en el campo a través de las diferentes formas de acceso a la tierra: ocupante ilegal, socio, arrendatario y ocupante, y de eso resultó la existencia de los actuales campesinos. Ese es el contexto en el que fue forjado el campesinado en el municipio de Iará, y que permite la continuidad de la lucha y la preservación del modo de vida campesina, expreso por medio de la agricultura tradicional en las diversas manifestaciones del saber hacer de ese grupo social. Tales saberes, se revelan en la diversidad de la producción agropecuaria y en sus relaciones socioculturales. Así, el modo de vida de esos campesinos, incluyendo sus creencias, hábitos, organización y división del trabajo en la unidad campesina, saber popular, la artesanía, entre otros, son características que se configuran como riqueza cultural del municipio de Iará. En este contexto, el objetivo general que orientó se refiere a comprender la producción del espacio agrario del municipio de Iará Bahia /BA basado en los principios de la agricultura campesina. La producción del espacio agrario del municipio de Iará demuestra las múltiples complejidades de las relaciones socioeconómicas, políticas y culturales actuantes en el municipio. Así, son latentes la fuerza del Estado y sus estrategias de concentración del poder por medio del dominio social que se manifiestan en el control del acceso de campesino a las políticas públicas. Pero también son notorias las tentativas de reproducción de esos campesinos a través de su organización popular en asociaciones rurales, sindicatos de los trabajadores rurales y de los grupos de samba de roda, entre otros. En el municipio de Iará la agroecología se configura como instrumento de fortalecimiento del campesinado y sus prácticas retumban de dentro de las unidades campesinas para la comunidad local. Esta se manifiesta a través de la organización de la producción de base familiar, en las técnicas tradicionales de manejo del suelo, en el respeto a la biodiversidad, en el reciclaje de nutrientes, en la búsqueda de la seguridad alimentaria, en el trabajo colectivo a través de los “mutirões”. Y se manifiesta hacia fuera de las unidades campesinas por medio de la comercialización en feria libre, momento en el que el campesino dialoga con la comunidad local. En la agricultura campesina el ciclo productivo se configura como un sistema cerrado, todo insumo producido es reubicado dentro del sistema. De este modo, los productos cultivados obedecen no a la ley del mercado, sino a las necesidades nutricionales de las familias. En el municipio de Iará la mandioca es el principal cultivo de valor económico, siendo la materia prima para la producción de harina, producto que es base de la economía municipal y también la actividad que más absorbe mano de obra de trabajadores rurales del municipio. La mandioca es el producto que garante el sustento de la familia campesina, siendo utilizada para alimentar a los animales en la unidad campesina y para el consumo humano como harina, fécula, beijú, tapioca, puba, galletas de goma y sequilho, entre otros derivados.

Palabras-claves: minifundio; la producción de alimentos; producción del espacio agrario; reproducción campesina.

## ABSTRACT

In the historical process of formation of the municipality of Irará, former slaves reorganized their tactics of resistance in the countryside through different forms of access to land: squatter, partner, tenant and occupant, resulting in the current peasants. This is the context through which the peasantry of Irará was formed, that allows the struggle permanence and the preservation of peasant way of life, expressed by traditional agriculture and by the diverse manifestations of this social group know-how. Such knowledge are revealed by the farming production diversity and by sociocultural relationships. Thus, these peasants way of life including their beliefs, habits, labor organization and division under the peasant unity, popular knowledge, handicraft, among others, compose the cultural wealth of the municipality of Irará. In this context, the general objective was to understand the production of the agricultural area of the municipality of Irará Bahia / BA based on the principles of peasant agriculture. The agrarian space production of Irará demonstrates multiple complexities in the socio-economic, political and cultural relations in the Municipality. Therefore, it is evident the State power and its strategies of power concentration through social domination, which is expressed by controlling the access to public policies by the peasants. On the other hand, it is overt the social reproduction attempts by the peasants through popular organization in rural associations, rural workers unions and *samba de roda* groups. In the municipality of Irará, agroecology is configured as an instrument of peasantry strengthening and its practices reverberate from the peasants units to the local community. Agroecology manifests itself through the production organization on familiar basis, traditional techniques of soil management, the respect to biodiversity and nutrient recycling, the search for food security and the collective work. Outside the peasant units, agroecology manifests itself by production trading in street fair, where peasants dialogues with the locals. In the peasant agriculture, the production cycle is an closed system in which every product is relocated within the system. Thus, the products do not follow market laws, but they are under the family's nutritional needs. In Irará, cassava is the main crop in terms of economic value, it is the feedstock of cassava flour which is the main product of the municipal economy. Also, locally, the cassava cropping is the activity that provides more jobs for the rural workers. Cassava is the product that guarantees the peasants family maintenance, which is used to feed animals in the peasant unit and humans, through flour, starch, *beiju*, *tapioca*, *puba*, cookies and other cassava products.

Keywords: smallholding; food production; production of agrarian space; peasant reproduction.

## LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1: IRARÁ/BA – Condição socioeconômica das comunidades rurais, 2015	68
QUADRO 2: IRARÁ/BA - Atuação do PAA (2012-2014)	82
QUADRO 3: IRARÁ/BA Atuação do PNAE (2013-2016).	84
QUADRO 4: IRARÁ/BA – Produção Agropecuária na Unidade Camponesa, 2016	130
QUADRO 5: IRARÁ/BA – Atividades culturais, 2011	146
QUADRO 6: IRARÁ/BA – Organização socioeconômica da feira livre	149
QUADRO 7: IRARÁ/BA – Comercialização de produtos da agropecuária na Feira livre, 2016	155
QUADRO 8: IRARÁ/BA - Dinâmica da feira livre	161

## LISTAS DE TABELAS

TABELA 1: IRARÁ/BA: Produção Agrícola (1940-1985)	51
TABELA 2: IRARÁ/BA: Principais Produtos da Pecuária (1940-1985)	52
TABELA 3: IRARÁ/BA: Estrutura Fundiária (1940 a 2006)	57
TABELA 4: IRARÁ/BA: Condição do Produtor (1940 a 2006)	61
TABELA 5: IRARÁ/BA: PIB Municipal (2010-2014)	63
TABELA 6: IRARÁ/BA: Rendimento nominal mensal da população economicamente ativa, 2010	64
TABELA 7: IRARÁ/BA: Pessoal Ocupado, 2010	64
TABELA 8: IRARÁ/BA: Disponibilidade de Mão de obra da juventude camponesa, 2016	65
TABELA 9: IRARÁ/BA: Bolsa Família	79
TABELA 10: IRARÁ/BA Atuação do PRONAF (1999-2015)	87
TABELA 11: IRARÁ/BA: Produção de Aves (2010 - 2014)	114
TABELA 12: IRARÁ/BA: Utilização da Terra, 2006	116
TABELA 13: IRARÁ/BA: Pessoal ocupado na Unidade Camponesa, 2016	129
TABELA 14: IRARÁ/BA: Produção Agrícola (2010-2014)	133
TABELA 15: IRARÁ/BA: Principais Produtos da Pecuária (2010-2014)	134
TABELA 16: IRARÁ/BA: Financiamento Concedido Pelo Governo Federal Para Agropecuária	134

## LISTA DE FOTOGRAFIA

FOTO 1: IRARÁ/BA – Subdivisão da pequena unidade Camponesa	58
FOTO 2: IRARÁ/BA - Loteamento em comunidades rurais	70
FOTO 3: IRARÁ/BA - Comercialização do frango caipira na feira livre)	105
FOTO 4: IRARÁ/BA - Parte externa do galpão para produção de frango de corte	108
FOTO 5: IRARÁ/BA - Parte interna do galpão para produção de frango de corte	109
FOTO 6: IRARÁ/BA - Frigorífico de galinha caipira em construção	115
FOTO 7 : IRARÁ/BA – Lixão localizado na comunidade rural Quebra Fogo	117
FOTO 8: IRARÁ/BA – Produção de Farinha de Mandioca na comunidade rural do Candeal	120
FOTO 9: IRARÁ/BA - Comercialização da farinha em regime de litros. Mercado Municipal	121
FOTO 10: IRARÁ/BA - Comercialização da farinha em regime de saca. Centro de Abastecimento	122
FOTO 11: IRARÁ/BA - Comercialização dos derivados de mandioca. Mercado Municipal de Irará	127
FOTO 12: IRARÁ/BA - Artesanato de cipó, Feira livre	141
FOTO 13: IRARÁ/BA - Artesanato de argila, Feira livre	141
FOTO 14: IRARÁ/BA - Artesanato de materiais recicláveis. Casa do Artesão	142
FOTO 15: IRARÁ/BA - Grupo de Samba de Roda São Cosme e São Damião da comunidade quilombola da Olaria	143
FOTO 16: IRARÁ/BA - Grupo de Samba de Roda Pisadinha do Pé Firme da comunidade Boca de Várzea	143
FOTO 17: IRARÁ/BA - Cortejo da Festa de Nossa Senhora da Purificação	145

## LISTAS DE MAPAS

MAPA 1: Irará/BA – Aldeamento da Purificação, século XVII	48
MAPA 2: Irará/BA – Comunidades rurais com registro de Imigração, 2016	66
MAPA 3: Irará/BA – Mapa de Localização	72
MAPA 4: Irará/BA – Comunidades de maior vulnerabilidade econômica, 2016	80
MAPA 5: Irará/BA – Comunidades que acessaram o mercado institucional de alimentos (PAA e PNAE) em 2012-2016	85
MAPA 6: Irará/BA – Comunidades com produção de avicultura de corte, 2016	107
MAPA 7: Irará/BA – Fluxo de comercialização de Farinha de Mandioca 2016	125
MAPA 8: Irará/BA – Principais comunidades rurais que comercializam na Feira livre, 2016	162

## LISTAS DE SIGLAS

ADAB- Agência Estadual Defesa Agropecuária Bahia

AGF - Aquisição do Governo Federal

ANVISA- Agrária Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APP -Preservação Permanente

ASA- Articulação Semiárido Brasileiro

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural

BA- Bahia

BASOL - Base de Serviço de Economia Solidária

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAMA – Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo

CEAMA - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente

CEDITER - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra

CESE -Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CESOL- Centro Público de Economia Solidária da Bahia

CLT-Consolidação das leis do trabalho

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAB -Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura

UNISOL- União e Solidariedade das Cooperativa Empreendimentos

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPRIL - Cooperativa dos Produtores Rurais de Irara Ltda

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social de Irará

DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf

Disopbrasil -Instituto de cooperação Belgo-brasileira para o Desenvolvimento Social

EBAL - Empresa Baiana de Alimentos S.A

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EFAMI- Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará

EGF - Empréstimo do Governo Federal

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

FETAG-BA - Federação dos Agricultores da Bahia

FETRAF -Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GeografAR - Banco de dados do Grupo de Pesquisa vinculado à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia

GGPAA - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOA -Lei Orçamentária Anual

MAPA - Ministério da Agricultura e Reforma

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

MOC - Movimento de Organização Comunitária

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família

PIB- Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REFAISA Rede das Escolas Famílias Agrícola Integradas do Semiárido de Feira de Santana

Reparte - Rede Parceiros da Terra

SAMAI – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Irará

SEAGRI - Econômicos Secretaria da Agricultura irrigação e reforma Agrária

Sebrae - Serviço Social de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SEI - Superintendência de Estudos Sociais

SEI- Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICOOB-CREDITE - Cooperativa de Crédito e a

STRI -Sindicato dos trabalhadores rurais de Ipirá

SUAF -Superintendência de Agricultura Familiar

UEFS - Federal de Feira de Santana

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	20
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
<b>2. DO LATIFÚNDIO À FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL E EM IRARÁ/BA</b>	35
2.1 LATIFÚNDIO E A CONSTRUÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL	35
2.2 O MONOPÓLIO AGROCOMERCIALNA BAHIA E A CONSTRUÇÃO DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA	44
2.3 DIMENSÕES E ESPECIFICIDADES DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ	55
2.4 OS DILEMAS DO CAMPESINATO DO MUNICÍPIO DE IRARÁ	63
<b>3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: DINÂMICAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS EM IRARÁ</b>	72
3.1 A AÇÃO DO ESTADO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	73
3.2 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	88
3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DINAMIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.	96
3.4 A AVICULTURA E AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE IRARÁ	105
<b>4. AGRICULTURA CAMPONESA – AUTO ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA, CULTURA E AUTONOMIA NO MUNICÍPIO DE IRARÁ</b>	116
4.1 PRODUÇÕES DE FARINHA DE MANDIOCA E DO BEIJU	118
4.2 AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA	128
4.3 COSTUMES MATERIAIS E IMATERIAIS – ARTESANATO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	140
4.4 A FEIRA LIVRE – CULTURA, RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTERAÇÃO SOCIAL.	148
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	165
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	170
<b>APÊNDICE A</b> - Irará/BA: Questionário semiestruturado aplicado a diversos agentes da feira livre	174
<b>APÊNDICE B</b> - Irará/BA: Questionário semi estruturado aplicado aos Camponezes	181
<b>APÊNDICE C</b> - Irará/BA: Entrevista semi estruturada com o Secretário de agricultura e meio ambiente	184
<b>APÊNDICE D</b> - Irará/BA: Entrevista semi estruturado com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	185
<b>APÊNDICE E</b> - Irará/BA: Entrevista semiestruturada com presidente de associação rural do município.	186
<b>APÊNDICE F</b> - Irará/BA: Entrevista semi estruturado com o diretor da Escola	187

Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Iará (EFAMI)	
<b>APÊNDICE G</b> - Iará/BA: Entrevista semi estruturada com responsáveis pela Casa do Artesão	188
<b>APÊNDICE H</b> - Iará/BA: Entrevistas semi estruturado com o Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	189
<b>APÊNDICE I</b> - Iará/BA: Entrevista semiestruturada com a Coordenadora da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER)	190
<b>APÊNDICE J</b> - Iará/BA: Entrevista semi estruturada com a Coordenadora do Movimento Cultural Viva Iará	191
<b>APÊNDICE K</b> - Iará/BA: Entrevista semiestruturada com produtor integrado na avicultura de corte	192
<b>APÊNDICE L</b> - Iará/BA: Entrevista semiestruturada com trabalhador da granja integrada à empresa de avicultura de corte	193
<b>APÊNDICE M</b> - Análise sócio espacial das comunidades de Mangueira, Manã, Candeal, Sobrado, Palma, Boca de Várzea e Alecrim	194
<b>APÊNDICE N</b> - Iará/BA: Realidade fundiária das comunidades de Mangueira, Manã, Candeal, Sobrado, Palma, Boca de Várzea, Alecrim. Entrevista com 10 famílias camponesas	195
<b>APÊNDICE O</b> - Iará/BA: Realidade da divisão do trabalho na unidade camponesa das comunidades de Mangueira, Manã, Candeal, Sobrado, Palma, Boca de Várzea, Alecrim. Entrevista com 10 famílias camponesas	196
<b>APÊNDICE P</b> - Iará/BA: Mapeando o território de Atuação do Agente de Saúde Comunitária – Iará/BA	197
<b>APÊNDICE Q</b> - Mapeamento socioeconômico da feira livre do município de Iará	198
<b>APÊNDICE R</b> - Iará/BA: Análise do perfil dos consumidores na feira livre	200
<b>APÊNDICE S</b> - Iará/BA: programação do trabalho de campo, 04 a 08 de outubro de 2016	202

## INTRODUÇÃO

Estudar a Agricultura camponesa e a produção do espaço agrário no município de Irará/BA é uma tarefa audaciosa. Uma vez que o espaço agrário expressa as múltiplas complexidades das relações socioeconômicas, políticas e culturais. Assim, elementos tais quais contradição e alienação e trabalho são aspectos fundamentais para a compreensão da totalidade do espaço agrário do município de Irará.

Partido da premissa de que o campesinato compõe uma classe social heterogênea essa condição que permite entendê-lo enquanto uma unidade de classe marcada pela diversidade sócio-cultural e política dos sujeitos do campo. Essa classe se manifesta no enfrentamento do modelo de desenvolvimento proposto para o campo brasileiro, baseado na concentração fundiária e na agroexpotação. A partir desse contexto apresentaremos os elementos que constitui o campesinato no município de Irará.

No município de Irará a estrutura fundiária é desigual. O Município possui índice populacional de aproximadamente 27 mil habitantes, dos quais 11 mil habitam na zona urbana e 16 mil na zona rural. A pequena propriedade com área menor que 50 hectares, representa 86% das propriedades rurais e concentra 59% da população total do Município. Ou seja, a maior parte da população se encontra na zona rural do município e se reproduzem em parcelas muito reduzidas de terra.

No município de Irará os camponeses têm criando estratégias para garantir sua reprodução. O acesso à terra é condição historicamente negada pelo Estado e assim o camponês que não possui terra, ou que a possui em quantidade insuficiente para sua reprodução, tem construindo meios de permanência no campo através dos sistemas de arrendamento, parceira, ocupação de terras devolutas, entre outros.

A agricultura camponesa é expressiva no município. Os camponeses têm conseguindo produzir, mesmo que em pequena quantidade, para auto sustento e tem gerado o excedente em quantidade necessária à sua sobrevivência. Dentre os produtos da agricultura camponesa se destaca a produção da farinha de mandioca, principal produto da economia municipal agrícola.

No município de Irará são latente as relações de poder exercidas pelo Estado que se configuram no acesso as políticas Estaduais sendo as principais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) . As relações de poder também são expressivas quando se refere as organizações camponesas de cunho popular, a exemplo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará (STRI), Cooperativa dos Produtores Rurais de Irara Ltda (COOPRIL) e as Associações Rurais. Desta forma o Estado exerce o papel de mediador (centralizador) das relações socioeconômicas no espaço agrário do município de Irará.

Em relação a produção agropecuária municipal grande parte é comercializada na feira livre do município de Irará. A feira livre configura-se como instrumento oxigenador da economia camponesa. É onde o camponês exerce a troca, por meio do dinheiro (do que excede em seu estabelecimento) com outros produtos fundamentais a sua subsistência. A feira também é o espaço das relações de sociabilidade, das manifestações culturais é do lazer.

A feira livre do município de Irará demonstra uma diversidade de produtos, que são oriundos, em sua maior parte, das comunidades rurais do município de Irará. Essa diversidade de produção tem demonstrado a importância da agricultura camponesa no abastecimento do mercado local. Por conseguinte, a feira livre do município de Irará é o espaço onde se movimenta a economia local, é onde o trabalho do camponês se materializa em moeda de compra e troca. É o espaço que garante a reprodução camponesa e, ao mesmo tempo, tece as relações entre o campo e a cidade.

No município de Irará a resistência camponesa se manifesta através de múltiplas dimensões: as festas populares, as crenças, os hábitos, a organização do espaço agrário, o cultivo de alimentos, o saber popular, o artesanato entre outros. Essa diversidade caracteriza a riqueza cultural de Irará que se manifesta tanto no campo, quanto na cidade.

Nesse contexto, apresentamos o objetivo geral que norteou a pesquisa. Compreender a produção do espaço agrário do município de Irará Bahia/BA alicerçado nos princípios da agricultura camponesa.

A relevância desse trabalho é compreendida por ser uma pesquisa pioneira no município, que se propõe discutir a agricultura camponesa como ferramenta básica na construção da melhoria da qualidade de vida do camponês; por discutir as políticas espaciais no município de Irará e por abordar a importância da organização dos camponeses.

É nesse bojo de discussões que no primeiro capítulo discutimos parcialmente a formação do campesinato no Brasil destacando as principais políticas e ações governamentais atuantes na produção do espaço rural brasileiro. Também apresentou-se o monopólio agrocomercial na Bahia como política que, contraditoriamente, possibilitou a construção do campesinato no município de Irará.

No segundo capítulo apresentou-se sobre a produção do espaço agrário no município de Irará/BA, destacando os principais políticas públicas atuantes e as relações sociais, políticas e econômicas contidas na dinâmica do espaço rural. Assim analisamos também os instrumentos populares de organização social dos camponeses.

No terceiro capítulo discutiremos a agricultura camponesas, sua organização e as diversas formas de resistência dos camponeses para permanecerem no campo. Já no quarto capítulo analisaremos a unidade camponesa destacando os meios de acesso à terra, organização do trabalho, organização da produção agropecuária, as relações sociais, as manifestações culturais e as formas de comercialização. Por conseguinte, discutiremos a relevância da feira livre como síntese da agricultura camponesa e de sua expressividade no abastecimento do mercado municipal e intermunicipal.

Finalizando a discussão apresentaremos nas conclusões as análises finais e os encaminhamentos discutidos no trabalho. Assim retomamos ao tema da pesquisa enfatizando as principais problemáticas.

## 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é um caminho que adotamos no sentido de orientar a pesquisa. Ela funciona como um guia, um norte. Porém, é preciso ser vigilante para que a mesma não nos aprisione. Por conseguinte, a metodologia adota como instrumento de mediação da pesquisa é de caráter qualitativo, o método basilar é o materialista

histórico dialético com limitações nas categorias de análise, totalidade, contradição, alienação e trabalho. A seguir apresentamos os principais elementos da fundamentação teórica da pesquisa.

*Dimensão Filosófica do Método do Materialismo Histórico Dialético e Categorias de Pensamento Fundantes da Pesquisa*

Na tentativa de responder a proposta dessa dissertação utilizamos como método de investigação, o materialismo histórico dialético e as categorias de análise, totalidade, contradição, alienação e trabalho. Estas se configuram como lupas para as abordagens aqui mencionadas.

A categoria de análise geográfica abordada será espaço, por compreender que, as relações contraditórias do capital se manifestam neste espaço geográfico do município em estudo, onde as estratégias criadas pelo capital (visando sua reprodução) garantem também em condições adversas a reprodução do camponês.

Dialogando com Chauí (2000), a sociedade se constitui a partir de condições materiais de produção e da divisão social do trabalho, são essas dinâmicas histórico-sociais concretas que fundamentam o materialismo **histórico** discutidos por Marx e Engels.

Sobre o Materialismo Histórico Dialético Chauí (2000) explica:

Materialismo porque somos o que as condições **materiais** (as relações sociais de produção) nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. A História não é um progresso linear e contínuo, uma seqüência de causas e efeitos, mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma da propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, as técnicas). A luta de classes exprime tais contradições e é o motor da História. Por afirmar que o processo histórico é movido por contradições sociais, o materialismo histórico é **dialético** (CHAUI, 2000 p.537).

Konder (1985) discute que a dialética não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes quanto a diferença entre elas, são as conexões existentes entre realidades distintas que criam unidades contraditórias. O autor vai defender que a contradição é essencial para compreensão da totalidade. Nesse sentido a contradição é reconhe-

cida pela dialética como princípio básico dos movimentos pelos quais os seres existem.

O estudo das categorias de análise marxista deve exercer o movimento diacrônico (da gênese de desenvolvimento) com o sincrônico (da estrutura e função na organização atual) (NETTO, 2011). A dialética é a ciência das leis gerais do movimento, tanto de mundo externo quanto do pensamento humano. A dialética é a estrutura contraditória do real, que no seu movimento constitutivo passa por três fases: Tese, que pode ser considerada a identidade; Antítese, que ocorre através da contradição ou negação dando o movimento dialético: Ação – reação, no sentido limitado a reação do oprimido pela ação do opressor; Síntese – positividade ou negação da negação nesse movimento percebe-se as estratégias de resistências do oprimido em relação ao opressor, que vai ser visualizado na contradição.

Na dialética o movimento do conhecimento obedece às relações entre as leis da quantidade a qualidade que se manifesta na tese; a interpretação dos contrários que se configura na antítese e a negação da negação que se configura na síntese produzida pelo conhecimento.

Dessa maneira a compreensão da totalidade é oriunda do movimento da realidade social. Assim a sociedade configura-se enquanto uma totalidade concreta, mas também dinâmica, seu movimento resulta do caráter contraditório dos agentes que produzem o espaço geográfico. “Sem as contradições as totalidades seriam totalidades inertes, mortas. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade” (NETTO, 2011, p.57).

As categorias de análise marxistas exprimem formas de modo de ser, determinações de existências, elas são categorias ontológicas, objetivas e reais. Por isso, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias (NETTO, 2011).

O trabalho é o conceito fundamental para se compreender a superação dialética. Essa pode ser analisada através do movimento do conhecimento: negação do objeto; conservação do objeto e elevação do objeto a um nível superior. O Trabalho é a atividade pela qual o homem domina as forças naturais, humaniza a natureza e cria a si mesmo (KONDER, 1985).

O trabalho torna-se alienante para o homem quando ocorre a apropriação da renda gerada pelo trabalho, surgimento da propriedade privada dos meios de produção, divisão social do trabalho, exploração do trabalho, divisão da sociedade em classes sociais. Por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele (KONDER, 1985).

Nesse sentido Lessa e Tonet (2011), discutem:

“Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distinto das leis que regem os processos naturais” (LESSA; TONET, 2011 p.17).

A reprodução da propriedade privada requer que os indivíduos dominantes entendam do funcionamento do mercado, das políticas e das disputas locais, mas neguem ao trabalhador o conhecimento político. É estratégia do capital a alienação do trabalhador, através da negação do conhecimento da condição de classe. “Transformar a consciência em riqueza são os fundamentos para se chegar a uma sociedade sem classe” (CASTRO, 2015 p.11).

Por conseguinte, a classe trabalhadora deve buscar a emancipação humana através da autonomia política, soberania alimentar entre outros meios. Ou seja, é uma luta pelo fortalecimento das organizações populares e reivindicações de direitos. Logo, é uma luta pela reprodução da vida. São esses fatores que justificam a necessidade da autonomia da classe trabalhadora e seu rompimento com o processo histórico de alienação.

### *O Espaço Como Categoria Geográfica Basilar da Pesquisa*

O espaço geográfico é processo e resultado da relação homem-meio mediado pelo trabalho, o que torna o espaço reflexo da sociedade. Nesse sentido os homens produzem sua existência produzindo o espaço (Moreira, 2009). “O espaço de acordo com a história que o homem produz, é também produzido, obedecendo as leis do desenvolvimento da sociedade a partir de sua categoria maior – os modos de produção” (SILVA, 2001 p.17-18).

O espaço é condição e meio do processo de trabalho. Assim, é através do trabalho que ocorre a ressignificação do espaço. E na totalidade o trabalho se insere

no seu contexto geral, ou seja, é na “totalidade que se manifesta a dinâmica entre o singular e o geral seguindo o movimento cíclico tomando como parâmetro o espaço e o tempo” (CHEPTULIM, 2004, p.132).

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de objetos geográficos de ordem social e natural. “O conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (SANTOS, 1984).

Para Santos (2008), o espaço é composto por: homens, formas, instituições, natureza e as infraestruturas. Os homens são elementos do espaço enquanto força de trabalho. As firmas como produtora de bens, serviços e ideias. As instituições, por seu turno, produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. A infraestrutura é o trabalho humano materializado na forma de casas, plantações, caminho etc.

O conceito de espaço surgiu para fundamentar o ser real das coisas e seu movimento pelo tempo. Para a existência e o movimento das coisas é preciso um lugar, isto é o espaço. O tempo assim como o espaço está organicamente ligado à matéria e são dependentes entre si em um movimento cíclico. A distância é a medida do espaço, assim como a velocidade é a medida do movimento. Portanto, o espaço é determinado pelo movimento e pelo tempo. Dessa forma nenhum tempo pode existir fora e independente do espaço geográfico (CHEPTULIN, 2004).

“O tempo se define pelo trabalho do homem. Não é o relógio que define o tempo, mas, o trabalho” (SANTOS, 1996, p.24). A percepção do tempo na sociedade capitalista tornou-se complexa, pois ultrapassa a relação homem-natureza, nessa relação o “trabalho deixou de ser instrumento da reprodução humana e passou a ser a necessidade para acumulação da propriedade privada” (LESSA; TONET, 2011, p.93). Dessa forma a relação entre tempo de trabalho e a noção de espaço, produto do trabalho estabelecem relações sociais, políticas, econômicas e culturais distintas.

*O Movimento Empírico da Pesquisa: Instrumentos, Fontes e Espaços Metodológicos*

São essas relações que procuramos ao decorrer desse trabalho dissertativo estabelecer discussões com bases teóricas e empíricas. Dessa maneira, como forma de alcançar o objetivo da pesquisa e responder as questões levantadas, propomos metodologias que seguem desde as investigações de dados secundários até a pesquisa empírica com o respaldo em dados primários. Assim, os dados primários foram buscados no município de Irará /BA, com o trabalho de campo.

Dessa maneira optou-se por observar os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais na área estudada, fazer registro audiovisual, registro fotográfico, realização de entrevistas semiestruturadas e estruturadas com caráter qualitativo.

Em relação aos questionários, foram trabalhados questionários semiestruturados aplicados exclusivamente pela mestranda. Os questionários de base qualitativa permitem que o pesquisador mantenha o objetivo do diálogo, garantindo a maior participação dos entrevistados e que as informações sejam estruturadas em seu contexto.

As informações foram buscadas nas seguintes fontes: camponeses, atual secretário de agricultura e meio ambiente (2016), diretor da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), presidentes de associações rurais do município de Irará, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará, Assistentes sociais do Centro de Referência da Assistência Social de Irará (CRAS), representantes da Associação de Artesãos de Irará, representantes do Movimento Cultural Viva Irará, coordenadores da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter), Camponeses envolvidos com a integração avícola da empresa JBS Foods, camponeses que comercializam os produtos na feira livre de Irará, feirantes, comerciantes de produtos agrícolas da feira livre de Irara.

Esses agentes e/ou instituições são os organismos que garantem a dinâmica socioeconômica no espaço agrário do município de Irará, sendo fundamentais para entender a organização do espaço rural do município.

Os dados secundários foram buscados junto a órgãos como:, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco de dados do Grupo de Pesquisa vinculado à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (Geogra-

fAR), Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI), Secretaria da Agricultura, irrigação e reforma Agrária (SEAGRI), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Agência Estadual Defesa Agropecuária Bahia (ADAB), Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente (CEAMA), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MAPA), Fundação Cultural Palmares, Arquivo Público do município de Irará, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDA).

No que se refere à metodologia que orientou a construção da pesquisa podemos destacar o levantamento e análise dos dados bibliográficos que deram a base teórica da pesquisa. Os materiais de base teórica foram encontrados impressos e em meio digital, sendo eles: livros, revistas, artigos, reportagens, dissertações e monografias.

A busca por materiais que fundamentassem a construção histórica do município foi feita em órgãos como, o Arquivo Público do Município de Irará e arquivos privados de interesse público, a exemplo de jornais, revistas e documentos que estavam sob a guarda de cidadãos Iraraenses.

A construção e análise da estrutura Fundiária do município de Irará proporcionou a base para que pudesse ser constatada, no campo, a concentração da terra e, com ela, a existência de conflitos socioeconômicos. Outros dados secundários favoreceram a verificação da produção agrícola do município. O município possui histórico da produção de artesanato e do cultivo da agricultura de subsistência, com destaque para a produção da farinha de mandioca, feijão, milho que se configuram como os principais produtos da economia Iraraense.

A pesquisa empírica iniciou a partir de dois primeiros trabalhos de campo, denominados aqui como pré-campos, que foram essenciais na estruturação do objeto de pesquisa, assim como no reconhecimento da área de estudo. O primeiro pré-campo foi realizado no período da construção do projeto em 15 e 16 de novembro de 2013.

Foram dois dias com atividades intensas que ocorreram da seguinte forma: reconhecimento do *lôcus* da pesquisa, observações gerais da dinâmica do espaço

urbano e rural, diálogos com camponeses e consumidores na feira livre do município de Irará, visitas nas pequenas propriedades de camponeses com a aplicação de questionários semiestruturados.

Os diálogos com os camponeses na feira livre do município de Irará e as visitas em suas propriedades, nesse primeiro contato, tiveram como objetivo: identificar os camponeses que trabalham com a agricultura tradicional e compreender a diversidade de seus produtos; identificar também os camponeses que desenvolvem o artesanato no município; consultar a existência de camponeses de outros municípios que comercializam na feira de Irará; sondar a existência de outros mercados de comercialização da pequena produção, além da feira livre; compreender a composição do núcleo familiar e a infraestrutura das propriedades, a divisão das tarefas dentro das propriedades, as dificuldades em produzir alimentos com as técnicas da agricultura tradicional, e também identificar a existência do acesso às políticas públicas e à assistência técnica rural.

Tivemos a oportunidade de entrevistar o secretário da agricultura do município de Irará, a entrevista teve como metodologia o questionário semiestruturado. O objetivo da entrevista com o secretário foi obter informação sobre os projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa no município, das dificuldades encontradas pelos agricultores na produção agropecuária, da assistência técnica disponível para os camponeses, projetos de formação voltados para a agroecologia, das atividades de incentivo e/ou divulgação da agricultura camponesa, da mecanização da agricultura camponesa, de projetos voltados ao desenvolvimento do artesanato no município e os principais mercados de venda da produção camponesa do município.

O primeiro pré-campo nos permitiu uma visão parcial da dinâmica social, política, cultural e econômica da área de estudo, ao mesmo tempo em que iniciou uma relação de confiança entre o pesquisador e os agentes fundamentais da pesquisa, de maneira que possibilitou a troca de contatos onde esses agentes se dispuseram a contribuir para que a pesquisa seguisse de maneira mais concreta e ou específica em um próximo momento.

O segundo pré-campo ocorreu no período de 10 a 16 de setembro de 2015. Foram seis dias também intensos, com atividades previamente programadas. Assim participamos do III Seminário de Educação do Campo da Escola Familiar Agrícola dos municípios Integrados da Região de Irará, que teve como tema “vivenciando,

praticando e transformando a realidade”. Participar desse seminário foi fundamental para conhecer as bases conceituais do projeto de agroecologia desenvolvido na escola, assim como, as práticas pedagógicas. Também na oportunidade, tivemos contato com o diretor da escola, que se mostrou bastante solícito na entrevista.

O objetivo central da entrevista com o diretor da EFAMI foi obter informações sobre a escola (data de fundação, os critérios de ingresso do alunado, a relação entre a escola e as comunidades rurais) e sondar a existência de diálogo e/ou atividades extracurriculares de troca de experiências agroecológicas com os camponeses, e a existência de projetos de base agroecológica no município.

Visitamos o grupo culinário “Raízes da Nossa Terra” que desenvolve o trabalho com as mulheres na comunidade de Candeal no município de Iará, com produção de derivados da mandioca (bolachinha de goma, beiju, bolos). Visitamos comunidades camponesas de Baixinha, Juazeiro, Massaranduba e Caboranga.

Durante as visitas às comunidades já citadas, tivemos contato com a produção da agricultura de subsistência com a produção da farinha e artesanato de argila, palha e cipó. Estar nesses espaços, teve por objetivo contrastar as informações levantadas em meio digital com a realidade vivenciada pelas comunidades, proporcionando ao pesquisador uma leitura mais consistente da dinâmica socioespacial e econômica do município estudado. Assim, procurou-se sondar a composição do núcleo familiar, a situação do estabelecimento (próprio ou não), as atividades desenvolvidas (seja ela voltadas a agricultura ou não), os produtos cultivados, as técnicas de produção utilizadas no manejo do solo, a participação em cursos voltados ao manejo agroecológico e o acesso às políticas públicas destinadas a agricultura familiar.

Durante o pré-campo também participamos da VI conferência Municipal de assistência social de Iará, que nos permitiu observar e conhecer os agentes que influenciam de maneira direta na organização socioeconômica do município, através das atividades desenvolvidas pelo CRAS e CREAS.

A visita à Feira Livre do município de Iará também foi estratégica, pois na feira foi possível ter contato com a maior parte dos camponeses que comercializam seus produtos diretamente com o consumidor. Assim, foi possível presenciar parcialmente a dinâmica da feira, compreendendo as relações que são estabelecidas entre os feirantes e os consumidores.

Ainda durante o pré-campo tivemos contato com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rural do município de Irará, que demonstrou conhecimento consistente sobre as atuais relações políticas e socioeconômicas presentes no rural do município de Irará. Nesse primeiro contato buscou-se sondar informações sobre a data de inauguração do sindicato e as demandas populares que incentivaram a consolidação do sindicato; quais as políticas públicas existentes no município e os números de famílias que foram contempladas por essas políticas; o atendimento de assistência técnica aos camponeses; quais os projetos voltados à comercialização ou integração da agropecuária estão em andamento no município; saber quais são os produtos de maior relevância para a economia Iraraense; a existência de produção orgânica ou agroecológica; a mecanização da agricultura; a existência de êxodo rural e se o sindicato possui vínculos com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e com a Federação dos Agricultores da Bahia FETAG-BA, e o acesso dos camponeses à rescisão contratual e a declaração para aposentadoria rural.

Desta maneira, esta pesquisa se materializou após os dois primeiros pré-campos que se configuraram como instrumento de reconhecimento de área, os quais foram cruciais na construção de relações com os indivíduos que produzem o espaço agrária de Irará. Entretanto, outros caminhos metodológicos da pesquisa foram construídos para que pudéssemos ampliar a escala de abrangência da pesquisa. Um dos métodos utilizados foi um curso de extensão Espaço Agrário e Agroecologia: a reprodução camponesa no município de Irará/BA<sup>1</sup>.

Este curso se materializou em um projeto de extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desenvolvido em parceria com a Escolar Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI). Esse projeto tem como público os alunos do segundo ano do ensino médio técnico em Agropecuária da EFAMI, tendo como objetivo analisar a organização sociopolítica e produtiva de base agroecológica e as relações de trabalho no campo, assim como seus desdobramentos na produção do espaço rural dos municípios de Irará/BA.

---

<sup>1</sup> O curso de Extensão foi construindo pedagogicamente e coordenado por Andréia Silva de Alcântara (mestranda em geografia pela Universidade Federal da Bahia) sua orientadora Noeli Pertile (Professora Dr<sup>a</sup> do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia) e por Marize Damiana M. B. e Batista, (Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia).

O projeto de extensão foi um subprojeto do projeto da dissertação e foi desenvolvido com os alunos secundaristas da EFAMI no município que é o *locus* da pesquisa.

O projeto teve como objetivos específicos: analisar a estrutura fundiária do município de Iará e suas implicações socioeconômicas; identificar os principais elementos que estruturam a organização sociopolítica dos pequenos produtores; identificar o perfil dos agricultores que atuam nas pequenas propriedades e as atividades por eles realizadas; analisar a divisão do trabalho no interior da unidade familiar; identificar as políticas de desenvolvimento rural no município de Iará e suas implicações sócio espaciais.

O projeto foi organizado em seis eixos, a exemplo: questão agrária, agroecologia, população, movimentos sociais, políticas públicas e a educação popular. No eixo questão agrária, buscou-se discutir a formação do campesinato no Brasil; raízes históricas da agricultura familiar; formação e atualidade da agricultura camponesa em região de Iará e industrialização e modernização da agricultura e estrutura fundiária. Já no eixo população debatemos temas como: a população e o homem; a população e o poder; migração como elemento da dinâmica populacional.

Em Agroecologia, a discussão priorizou compreender a evolução e características do sistema agrícola e do sistema alimentar contemporâneo; problemas sociais, econômicos e ambientais gerados pelo agronegócio; agriculturas alternativas e propostas de desenvolvimento agrícola sustentável; agroecologia como proposta de superação do agronegócio.

No eixo movimentos sociais, buscou-se analisar os modos de produção, capitalismo e socialismo; tarefas da revolução socialista e a formação da consciência política. No eixo político públicas, discutimos as políticas públicas na contemporaneidade; políticas públicas e a reprodução do campesinato e a territorialização das políticas públicas na região da EFAMI.

No eixo Educação popular, buscamos compreender a natureza, princípios e práticas da educação popular enquanto um dos pilares fundamentais no trabalho com os camponeses nas comunidades; discutir o sentido político da educação popular, tendo como referência seu caráter de classe, sua contribuição para a organização popular em busca de autolibertação e como uma proposta de nova sociabilidade

entre os seres humanos; os princípios básicos da educação popular vinculando com práticas de intervenção nas comunidades.

Dessa forma, o projeto de extensão, em seu caráter metodológico, possibilitou o aprofundamento da pesquisa a partir dos trabalhos feitos pelos alunos da EFAMI nas comunidades do município de Irará. Nele foi proporcionado todo um aparato teórico que possibilitasse a compreensão do objeto de estudo da pesquisa dissertativa. Assim os alunos puderam contribuir com a aplicação de questionários estruturados, elaborados pela mestranda em comunidades do município de Irará e na feira livre do mesmo município.

Ao mesmo tempo, o projeto de extensão contribuiu para a formação desses estudantes e para uma análise da totalidade que compõe o espaço agrário do Município de Irará, assim como no diagnóstico das contradições, das relações de trabalho, da atuação das políticas públicas e da relação de poder no município em estudo.

O atual trabalho dissertativo possibilitou a troca de experiência e socialização do saber entre a mestranda, os estudantes, os camponeses, os movimentos sociais de Irará (associações de trabalhadores rurais), instituições governamentais e não governamentais. O diálogo com esses grupos permitiu o surgimento de inquietações no âmbito da política, cultura e da dimensão socioeconômica do município de Irará.

Outra metodologia da pesquisa adotada foi um trabalho de campo da disciplina Geografia Agrária ministrada pela professora Noeli Pertile da Universidade Federal da Bahia<sup>2</sup>. O trabalho de campo teve como tema a organização e produção do espaço Agrário do Município de Irará, com duração de quatro dias.

O trabalho de campo foi um instrumento de análise da realidade e suas contradições. Este trabalho mediado pela mestranda possibilitou a visita às comunidades rurais do município de Irará. Assim, foi possível conhecer as cozinhas comunitárias e pequenas propriedades de agricultura camponesa, as casas de farinha e os trabalhos desenvolvidos pela associação quilombola da comunidade de Olaria. Visi-

---

<sup>2</sup>O trabalho de campo foi organizado pela mestranda Andreia Silva de Alcântara e pela doutoranda Marize Damiana M. B. e Batista. Esta reside no município de Irará e seu projeto de pesquisa também está vinculado ao espaço agrário do município de Irará, o que justifica a parceria da mestranda com a doutoranda aqui mencionada, em atividades de campo e em projetos desenvolvidos no município de Irará.

tamos também a Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará e a Feira Livre do mesmo município.

Outros locais visitados foram o Movimento Cultural Viva Irará com o diálogo com os principais fomentadores e grupos culturais do município, e os empreendimentos do ramo da avicultura, ou seja, produtores de frango de corte da empresa *JBS Foods* instalados em comunidades rurais do município. Na oportunidade, também conhecemos a Igreja de Bento Simões, uma das primeiras Igrejas do município de Irará, e marca o início do sítio colonial e os primeiros aldeamentos jesuíticos no município de Irará.

O trabalho de campo, com a turma de geografia agrária da Universidade Federal da Bahia, teve como metodologia entrevistas estruturadas construídas pela mestranda e aplicadas pelos alunos na feira livre do município de Irará e entrevistas semiestruturadas construídas pelos próprios alunos. Também fez parte da metodologia às rodas de diálogos com os principais agentes que constroem o espaço agrário do Município de Irará, a exemplo os camponeses, representantes de associações rurais e da Comissão Ecumênica dos direitos da Terra (Cediter) - instituição não governamental que trabalha com a economia solidária no município. Além dos representantes do sindicato dos trabalhadores rurais e das comunidades quilombolas do município de Irará a exemplo de Tapera Melão e Olaria.

No final do trabalho de campo os alunos da turma de Geografia Agrária elaboraram relatórios de análise do espaço agrário do município de Irará. Estes relatórios junto aos questionários estruturados e semiestruturados foram também materiais consultados e analisados pela mestranda e fazem parte das discussões do capítulo 3.

## 2. DO LATIFÚNDIO À FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA

O modelo de desenvolvimento fundamentado na agroexportação configurou-se com a principal política desenvolvimentistas adotadas pelo estado brasileiro. Nesse aspecto, é relevante uma leitura ampla dos modelos de desenvolvimento do campo, que se estabeleceu através da construção de latifúndios e da monocultura de exportação e a mecanização e industrialização da agricultura com o advento da revolução verde.

Nesse capítulo nos ateremos a análise parcial da construção do campesinato no Brasil e no município de Irará, enfatizando a construção e a dinâmica da agricultura camponesa e sua inserção no mercado.

O processo histórico da construção do campesinato no município de Irará aqui discutido retrata não só as formas de imposição da elite agrária no processo de escravidão, “domestificação” dos índios, dos cultivos de mercado e de subsistência, mas também, a resistência dos negros e dos índios com a construção de quilombos e da consolidação do campesinato. No município de Irará a agricultura camponesa configura-se como símbolo de resistência e permanência do trabalhador rural no campo.

### 2.1 O LATIFÚNDIO E A CONSTRUÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL

No Brasil colônia a construção da economia se iniciou com o extrativismo e seguiu com a produção da agricultura de exportação. A monocultura, principal mecanismo de desenvolvimento econômico brasileiro baseou-se na plantation.

A monocultura foi adotada no Brasil por meio das Sesmarias<sup>3</sup>. A Lei das sesmarias se constituiu como um dos primeiros projetos de desenvolvimento pautado

---

<sup>3</sup>Lei escrita em 1375, pelo Rei D. Fernando, denominada Lei das Sesmarias. “Segundo tal Lei as terras eram concedidas por tempo determinado e o proprietário estava obrigado a trabalhar nelas, diretamente ou por terceiros, pagando à coroa a sexta parte da obtenção da produção, chamada antigamente de sesma” (GERMANI, 2006, p. 122).

para o campo brasileiro. Este projeto transformou o território em grandes latifúndios e estabeleceu a agricultura de exportação, através da produção em grande escala de cultivos como cana-de-açúcar, algodão, fumo.

Nesse sentido a sesmaria se configurou como política de garantia da formação da elite agrária brasileira, por meio da construção de grandes empreendimentos com a produção da agricultura especializada, que visava o mercado da agroexportação. A agroexportação foi priorizada em detrimento da agricultura camponesa, a qual foi posta à margem do desenvolvimento econômico, por meio da não valorização dos produtos alimentícios que ocupavam posição secundária no mercado.

O posicionamento da elite agrária na prática monocultora apresentou como consequência um déficit de produtos de primeiras necessidades que passaram a ser importados em grande escala. A importação de alimentos não era favorável, politicamente, para a Coroa portuguesa, pois aumentava os laços de dependência socioeconômica com relação à Inglaterra e aos Estados Unidos. Como forma de sanar o problema de abastecimento interno de alimentos e incentivar a produção da agricultura camponesa, a Coroa Portuguesa criou documentos que determinavam a produção de gêneros alimentícios, de maneira que atendessem a demanda das famílias, escravos e trabalhadores livres, ou seja, suprisse a necessidade interna das propriedades.

O primeiro documento criado pela Coroa Portuguesa (a provisão de 24 de abril de 1642) referia-se a obrigatoriedade de plantar mandioca em uma área equivalente à área ocupada com produtos de exportação. A referida provisão não foi atendida pelos grandes monocultores, que viam no cultivo de alimentos uma perda de investimento, tanto físico (mão de obra escrava) quanto econômico, pois a produção de alimentos utilizaria as terras destinadas ao cultivo de mercado. Era mais rentável importar, do que produzir gêneros alimentícios nas grandes propriedades.

A provisão de 1642 apresentou resultados insignificantes, dessa forma, foi estabelecido um segundo documento (Alvará de 25 de fevereiro de 1688) que determinava que os produtores de cana-de-açúcar plantassem 500 covas de mandioca por escravo de serviço (PRADO JUNIOR, 1963). Tais alvarás não alcançaram resultados significativos.

A não constituição de políticas públicas de fomento para a produção de alimentos básicos (feijão, milho, mandioca) possibilitou a desvalorização econômica de tais produtos no mercado. Dessa forma não era viável para a elite agrária a produção de cultivos primários, esses foram delegados as classes subalternas da sociedade, que ocupavam as zonas periféricas das grandes propriedades desprezadas pelos latifundiários e construíram a pequena propriedade que se dedicava ao cultivo de alimentos para consumo da família e o excedente para o mercado interno. É como fruto dessa conjuntura altamente excludente e conservadora que foi construído o campesinato<sup>4</sup> brasileiro.

A estrutura do Campesinato foi gerada no Brasil Colônia (1500 - 1822), a figura do camponês surgiu nesse período ainda de maneira incipiente, sob relações distintas e complexas que se estabeleceram entre os portugueses pobres, porém com as condições de privilégios da sociedade burguesa, os mestiços (população pobre e livre), os negros africanos e índios em condições de escravos (MARTINS, 1986). Os portugueses pobres possuíam sítios e pequenas fazendas cedidas pelas sesmarias, mas por não possuíam capital para aderir à produção dos cultivos de mercado, produziam gêneros alimentícios para o mercado interno.

Os mestiços produziam em terras esgotadas pela monocultura onde os latifundiários não tinham mais interesse. Já os índios e negros na condição de escravos, cultivavam, em pequenas frações de terras cedidas por seus senhores, em dias de descanso ou em dias de feriados em comemorações a Santos reverenciados pela Igreja Católica. Cultivavam para subsistência e o excedente comercializava no próprio engenho ou no mercado local (PRADO JUNIOR, 1963).

Outra forma de constituição incipiente do campesinato foi observada por Freire e Malheiros (2010), nos Aldeamentos Missionários, século XVII, onde as missões jesuítas capturavam índios de diversas etnias, domesticavam através do processo de catequização, e alocavam em aldeias que eram administradas pela igreja. Esses índios constituíam-se como uma espécie de “cadastro de reserva” que estavam à

---

<sup>4</sup>Entendo por campesinato a classe social formada por camponeses em que as famílias, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não-agrícola, desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação (COSTA, 2008).

disposição dos colonos, enquanto mão de obra escrava. No período em que ficavam nas aldeias exerciam a agricultura de subsistência e o excedente comercializava no mercado local.

A agricultura camponesa representava para a sociedade capitalista, atividade de desprestígio e sem valor econômico. Fatores como esses, demonstra o desprezo pela produção de alimentos e as iniciativas de grande parte dos latifundiários na concessão de pequenos lotes de terras (degradadas) para quem tivesse interesse em praticar tal atividade. Prado Junior (1963):

A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter se não este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por feito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização (PRADO JUNIOR, 1963, p. 155).

Completando o ciclo da construção do campesinato no Brasil, teve caráter relevante e participativo nesse processo a construção de colônias de imigrantes no século XIX. Essas colônias foram resultado do projeto de colonização<sup>5</sup> estrangeira criada pelo Estado para substituir a mão de obra escrava, sobretudo nas fazendas de café, ocupar as zonas de fronteiras entre latifúndios e produção de alimentos para o mercado interno.

Dessa maneira, o Estado representando os interesses dos latifundiários, formou políticas de migração para acolher estrangeiros pobres vindos da Itália, Alemanha, Suíça, Portugal e Espanha, estes imigrantes estabeleceram-se em maior parte nos estados de do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, respectivamente (MARTINS, 1984).

O projeto de colonização estrangeira constitui-se como primeira política do Estado na construção de pequenos estabelecimentos. Esses camponeses imigrantes estabeleceram-se nos latifúndios em colônias particulares ou em terras públicas nas colônias provinciais, configurou-se como seleiro de mão de obra que garantiria a reprodução do capital, seja através da produção de alimentos, e/ou como substituto

---

<sup>5</sup> Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso a propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico mediante as atividades agrícolas, pecuárias e agroindustrias através da divisão em lotes ou parcelas dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do estatuto da terra, ou através das cooperativas nele prevista (SANTOS, 1995 p.50).

no trabalho escravo nas grandes lavouras, visto que em 1835 já havia no Brasil as discussões sobre o fim do tráfico negro que veio a ser extinto em 1855. Os imigrantes camponeses trabalhavam na monocultura e também na produção de alimentos de substância seja no cultivo consorciada a grande lavoura, ou em suas propriedades em dias de descanso.

No processo da construção do campesinato brasileiro é relevante destacar as colônias italianas que se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Os italianos atendendo as estratégias da elite brasileira estabeleceram-se em comunidades camponesas com objetivo de produzir alimentos para a sociedade rural e urbana. E ocuparam regiões com terras degradadas e de difícil acesso, sob as políticas dos latifundiários. Tais condições dificultavam sua reprodução em condições de vida digna. Tavares dos Santos (1984):

A colonização italiana, iniciada a partir de 1875, deu-se sob o signo da propriedade da terra, imergindo desde o início o imigrante italiano camponês no mundo da mercadoria, para depois vinculá-lo ao mercado interno da sociedade brasileira, abastecendo os núcleos urbanos (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 20).

As características aqui dissertadas configuraram-se como ferramentas que possibilitaram a sobrevivência dos camponeses, mediante as desigualdades socioeconômicas e um longo período (1500-1900) de exclusão social, política e econômica, a qual os governos brasileiros os submeteram.

No Brasil a produção de alimentos foi eclipsada pela política nacional. A desvalorização desse tipo de produto cujo interesse já discutido anteriormente, gerou o aumento significativo do preço de produtos primários no mercado, de maneira que “[...] o Brasil em 1901 passou a destinar 42,9% do valor de sua importação à compra de gêneros, tais como feijão, fava, milho, arroz, charque, banha, manteiga, queijo, leite condensado” (GUIMARÃES, 1982, p. 73).

A crise agrária (1901-1929), gerada pela superprodução cafeeira, assim como o déficit de produtos alimentícios no mercado interno e os altos custos com a importação desses gêneros, aliado aos interesses da elite brasileira em relação ao rebaixamento do preço da cesta básica, foram pautas expostas pela elite agrária que pressionou o Estado à construção de programas de auxílio à produção camponesa.

É relevante reforçar que o acesso do camponês ao mercado mediado pela elite agrária, não foi um favor, mas um jogo político que beneficiava a elite conservado-

ra. Os latifundiários optavam por continuar a produção de monocultura se abstendo da produção de baixa rentabilidade e ao mesmo tempo necessitavam da resposta a elite urbana que pressionava o Estado pelo rebaixamento do preço de alimentos básico para as classes populares. Sobre o assunto Guimarães (1982), discute:

Convinha a expansão de a indústria emergente estimular e proteger a produção de alimentos mais baratos, porque disso irá resultar um relaxamento das pressões sobre os níveis dos salários urbanos que a escassez de gêneros e a carestia da vida estavam determinando desde algum tempo (GUIMARÃES, 1982, p. 76).

Mesmo em uma conjuntura altamente perversa, a crise agrária (1901-1930) se configurou como “divisor de água” na organização do espaço rural brasileiro. Foi nesse período, que a produção de alimentos para abastecimento do mercado interno, recebeu pela primeira vez auxílio do Estado. Possibilitando o aumento da produção de cultivos primários a preço acessível às classes populares.

O período de crise, também permitiu que posseiros e arrendatários pudessem ter acesso a uma pequena fração da terra, mesmo que em condições de submissão. Sobre o assunto Ianni (2004) discute:

Na sucessão das crises da cafeicultura, devidas à superprodução, geada, seca ou esgotamento das terras, alguns colonos puderam defender a sua condição de vida. Inclusive em varias ocasiões, quando a crise punha o fazendeiro em situação econômica particularmente difícil, foi possível alguns colonos comprarem parte da fazenda ou receberem essas partes em pagamento de dívidas dos fazendeiros para com eles (IANNI, 2004 p. 37).

Assim, mesmo em condições complexas e sem o auxílio do Estado, o camponato se estabeleceu no Brasil como forma de resistência e sobrevivência da classe trabalhadora (índios, negros africanos, mestiços e imigrantes pobres). Foram esses grupos aqui citadas responsáveis na elaboração de técnicas da agricultura tradicional, que foi resultado das tentativas de cultivar alimentos em meio às dificuldades em relação à fertilização do solo, recursos financeiros, insumos, ferramentas entre outros.

Tavares do Santos (1984), na análise das características da unidade produtiva camponesa dos imigrantes italianos no sul do Brasil, destacou as principais: a força de trabalho familiar, a ajuda mútua entre os camponeses, a parceria, o trabalho acessório a jornada de trabalho assalariada, a socialização do camponês, a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

Krauser (2015) utilizou como referência as características dos camponeses italianos e fez a síntese das contribuições das principais matrizes: europeia, africana e indígena que compuseram o campesinato brasileiro, sendo:

Ligação com a terra - relação de respeito e integração, a terra é o principal meio de sobrevivência da família; Pertencimento ao território - relação intensa com os vizinhos e com os recursos naturais do território; Relação direta com a natureza - as fases da lua, clima e a observação da dinâmica dos animais em cada estação do ano, consideram-se parte da natureza; Modo de vida peculiar – o camponês tem uma organização familiar própria; Valores - os camponeses cultivam valores inerentes da sociedade não capitalista: honestidade, sensibilidade, solidariedade, respeito, valorização do trabalho, valorização das relações familiares; Trabalho familiar - não contrata mão de obra de forma permanente; Lógica camponesa - relações comunitárias; Sistema camponês de produção - diversificação e produção de vegetais e criação de animais; Produção de alimentos - os camponeses se dedicam em primeira instância a produção de alimentos.

Após a crise do café, que de maneira direta refletiu na conjuntura do campo, o Brasil vivenciou as transformações socioeconômicas geradas pelas consequências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Essas consequências influenciaram na organização política e econômica do rural brasileiro.

A crise socioeconômica gerada pelas catástrofes, resultado da guerra, “indu-ziu” o país a aderir ao processo de industrialização, como forma de suprir a demanda por produtos derivados da agroindústria no mercado interno. Guimarães (1982) afirma que:

No Brasil as condições prévias para a industrialização da agricultura se dá a partir da década de 1940 com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos e a instalação, após um período de suprimento através de importações, das indústrias aptas a produzir insumos industrializados aqui mesmo dentro do país (GUIMARÃES, 1982,p.126).

Foi também nesse período (1930 a 1945) que se iniciou a transição da Economia Monopolista para a Economia Urbano Industrial (OLIVEIRA, 2007). Nesse processo o Estado criou políticas de ocupação das terras públicas das regiões Oeste e do Norte brasileiro, garantindo mão de obra para o trabalho nas indústrias que estavam sendo construídas no estado de São Paulo.

A política de colonização das regiões Oeste e do Norte brasileiro possibilitou o acesso de camponeses em sua maioria nordestinos ao acesso a pequenos estabelecimentos, que sem auxílio do próprio Estado no acesso ao crédito rural, assistência técnica, insumos, instrumentos de manejo do solo, tornaram-se vulneráveis e/ou sujeitas ao fracasso.

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial se estabeleceu no Brasil as bases produtivas industriais internas para a produção de bens de capital (máquinas e equipamentos agrícolas) e de insumos modernos - agroquímicos (MOREIRA, 1982).

A mecanização da agricultura se tornou expressiva por meio da política de crédito rural, essa possibilitou o acesso às novas técnicas de produção agrícola. Segundo Rezende (1985):

O crédito rural subsidiado na segunda metade da década de 60 cumpriu papel fundamental na expansão agrícola na década de 70 reforçando através da redução de riscos o estímulo à produção agrícola, com a melhoria da relação de troca (aumento dos preços agrícolas vis-à-vis os preços industriais), proveniente do exterior [...]. Essa medida só beneficiava em curto prazo os produtos exportáveis (REZENDE, 1985, p.195-196).

A política de crédito rural subsidiado no Brasil serviu para reafirmar a conjuntura política na qual o país vem construindo ao longo do tempo. Políticas de exclusão socioeconômica, em que há valorização do grande produtor exportador em detrimento ao camponês. Assim, as políticas desenvolvimentistas criadas pelo governo brasileiro visaram à construção de um país que favoreceu a manutenção da classe burguesa.

Andrade (1981) discute que a modernização do campo não vem acarretando um verdadeiro desenvolvimento econômico, com a melhoria da qualidade de vida da população, mas uma modernização que amplia a intensidade do processo de apropriação de recursos, com concentração de renda, empobrecendo ainda mais a maior parte da população.

Esse cenário de exclusão socioeconômica dos trabalhadores rurais favoreceram a autorganização dos camponeses e a expansão do sindicalismo a exemplo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O período pós Segunda Guerra Mundial, já citado anteriormente, foi marcado por anos de tensão no espaço agrário brasileiro. Se, por um lado, estava à ação do

Estado concentrador a favor da elite nacional, por outro lado, estavam os trabalhadores organizados em movimentos sociais denunciando as injustiças e reivindicando direitos a sua reprodução enquanto camponês.

Mesmo com as mobilizações dos movimentos sociais do campo contra a modernização conservadora e excludente da agricultura brasileira, foi inevitável sua instalação, essa modernização seguiu obedecendo às normas da revolução verde. Sobre esse assunto, Porto Gonçalves (2004) discute:

A revolução verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome banindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico (PORTO GONÇALVES, 2004 p.8).

A revolução verde selou a dependência da agricultura a indústria, de modo que modernizar o processo de produção significava adotar um pacote de insumos, que compreende: sementes de variedades melhoradas, fertilizantes e insumos químicos específicos para cada semente, equipamentos mecânicos avançados e sistema de irrigação controlada.

Guimarães (1982) afirma que a revolução verde serviu para elevar a produção agrícola dos estabelecimentos e das regiões em que as rendas já eram elevadas. Mas, para os camponeses, a revolução verde originou ações negativas, como aumento da pobreza no campo e da dependência desses camponeses aos insumos indústrias.

Em relação aos resultados postos, pela exploração intensiva do solo e uso de agroquímicos, Ehlers (1994) destaca:

Dentre as decorrências ambientais da agricultura convencional pode se apontar: a erosão e a perda da fertilidade dos solos, a destruição florestal, a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade, a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres do homem do campo e dos alimentos (EHLERS, 1994, p.24).

Além dos danos causados ao meio ambiente, a utilização de agroquímico torna o agricultor totalmente dependente do mercado químico, tirando-lhe a sua autonomia do processo produtivo. O camponês que dominava as técnicas de produção (produção de adubo orgânico, fertilizantes naturais, banco de sementes) passou a

dependem dos agroquímicos para produzir. A revolução verde influenciou de maneira significativa no comportamento, na alimentação e nos hábitos da população, tanto rural, quanto urbana.

## 2.1 O MONOPÓLIO AGROCOMERCIAL NA BAHIA E A CONSTRUÇÃO DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA

Assim como no Brasil a agroexportação foi à base econômica existente na Bahia e principalmente no Recôncavo Baiano, que concentrava a maior parte da produção de cana-de-açúcar, pecuária bovina e fumo. A produção de subsistência não era rentável, por isso, foi constituída em regiões desfavoráveis ao cultivo comercial das monoculturas, por camponeses de três diferentes classes: brancos pobres sem capital para montar engenhos, escravos em dias de descanso e os indígenas “domesticados<sup>6</sup>”.

Os custos com a produção de alimentos eram considerados maiores que os custos com a importação de produtos de subsistência. Estes produtos quando calculado fatores como a mão-de-obra, terra fértil, tempo gasto na produção e os custos do insumo, os produtores contestavam que os investimentos não eram rentáveis, pois o preço do produto final no mercado era inferior, comparado ao preço da cana-de-açúcar.

Leão (1987) discute que o preço da arroba da farinha de mandioca, década de 1720, custava aproximadamente quarenta mil réis, enquanto, a mesma quantidade do açúcar branco chegava a 800 mil réis. Esses valores comprovam as proposições feitas por grandes produtores, ao rejeitarem a produção de gêneros alimentícios mostrando a não valorização do produto no mercado.

Na Bahia, com o objetivo de estimular a produção de alimentos básicos (feijão, milho, mandioca), o Senado da Câmara estabeleceu o Alvará de 1701, cuja informação contida referia-se ao latifundiário que não tivesse no mínimo 6 escravos não poderiam plantar cana-de-açúcar, fumo e até mesmo mandioca. Também solicitava que os comerciantes de escravos deveriam possuir terras suficientes para o cul-

---

<sup>6</sup>Esses índios, considerados “índios de pazes” ou “índios amigos”, eram catequizados, batizados e aldeados em outras áreas, de onde eram periodicamente retirados para prestarem serviço aos colonizadores (FREIRE, MARELHOS, 2010, p. 32).

tivo de mandioca, necessária para abastecer as tripulações e os escravos que transportavam (LEÃO, 1987).

As leis criadas pelo Senado da Câmara, exigindo dos latifundiários o plantio de alimentos para subsistência, deixam nítidas a presença de uma população crescente na Bahia durante o século XVII e início do século XVIII. Foi com a perspectiva de expandir a área de cultivo, que se deu a territorialização do domínio português nos sertões da Bahia.

O sertão baiano ganha destaque o município de Feira de Santana, por ter localização favorável à construção de estrada de rodagem que interligasse Salvador ao sertão baiano. No Recôncavo Baiano destaca-se o município de Cachoeira, por ser favorável a construção do Porto Fluvial de Cachoeira que garantiria o escoamento da produção agropecuária.

Feira de Santana fazia parte das sesmarias do Nordeste de Salvador, concedida pelo Senado da Câmara a Garcia D'Ávila para desenvolver na região a criação do gado bovino e a construção de um polo de desenvolvimento no sertão baiano. Enquanto Cachoeira exercia grande influência econômica na Bahia por concentrar a maior produção da cana-de-açúcar, por produzir o fumo e gado, favorecendo a economia agroexportadora da Bahia (LEÃO, 1987).

A agricultura no sertão baiano consolidou-se simultaneamente à criação do gado bovino. Assim, a pecuária bovina como mercadoria para o mercado estadual e nacional e a produção de alimentos primários para o mercado local e para abastecimento da colônia.

Nesse contexto é que analisaremos o Município de Irará que foi constituído no final do século XVII e início do século XVIII. O município de Irará pertenceu à região de Cachoeira até os anos de 1823, nesse mesmo ano foi incorporado ao município de Feira de Santana e conquistou sua independência, na condição de município, em 1842 (SEI, 2012).

No século XVII a produção da cana-de-açúcar era altamente rentável, ocupando a maior parte das terras do Recôncavo Baiano. Foi com a intenção de expandir a produção da cana-de-açúcar e do gado bovino para o sertão baiano que o capitão Antônio Homem de Fonseca e Diogo Alves Campos, ainda sobre concessão de sesmarias iniciaram, em 1717, a construção do povoado de Irará, através da instala-

ção de dois engenhos de açúcar e de currais de gado, na região que pertenceria a Irará. “A colonização veio provavelmente, através de Cachoeira, pelo sul de nosso município. Diogo Alves Campos instalou seu curral de gado onde hoje é a Fazenda Brotas, pois naquele sítio se erguia a capela de Nossa Senhora das Brotas” (PMI, 1988, p.28).

Na mesma época foi construída pelo capitão Antônio Homem de Afonseca em sua propriedade a capela de Nossa Senhora da Purificação, onde se iniciou o povoamento do Município de Irará. A construção da capela favoreceu a instalação dos Jesuítas na região, com ofício de concretizar a ocupação local.

Os Jesuítas foram responsáveis pelas missões de catequização dos índios Paiaíá<sup>7</sup> que habitavam as terras. Os índios organizavam frequentemente ataques as grandes fazendas, como forma de resistir às ações ameaçadoras dos portugueses, além da caça ao gado na pecuária extensiva. A missão dos Jesuítas na região, foi a “domesticação” dos índios através da construção de aldeias missionárias<sup>8</sup>.

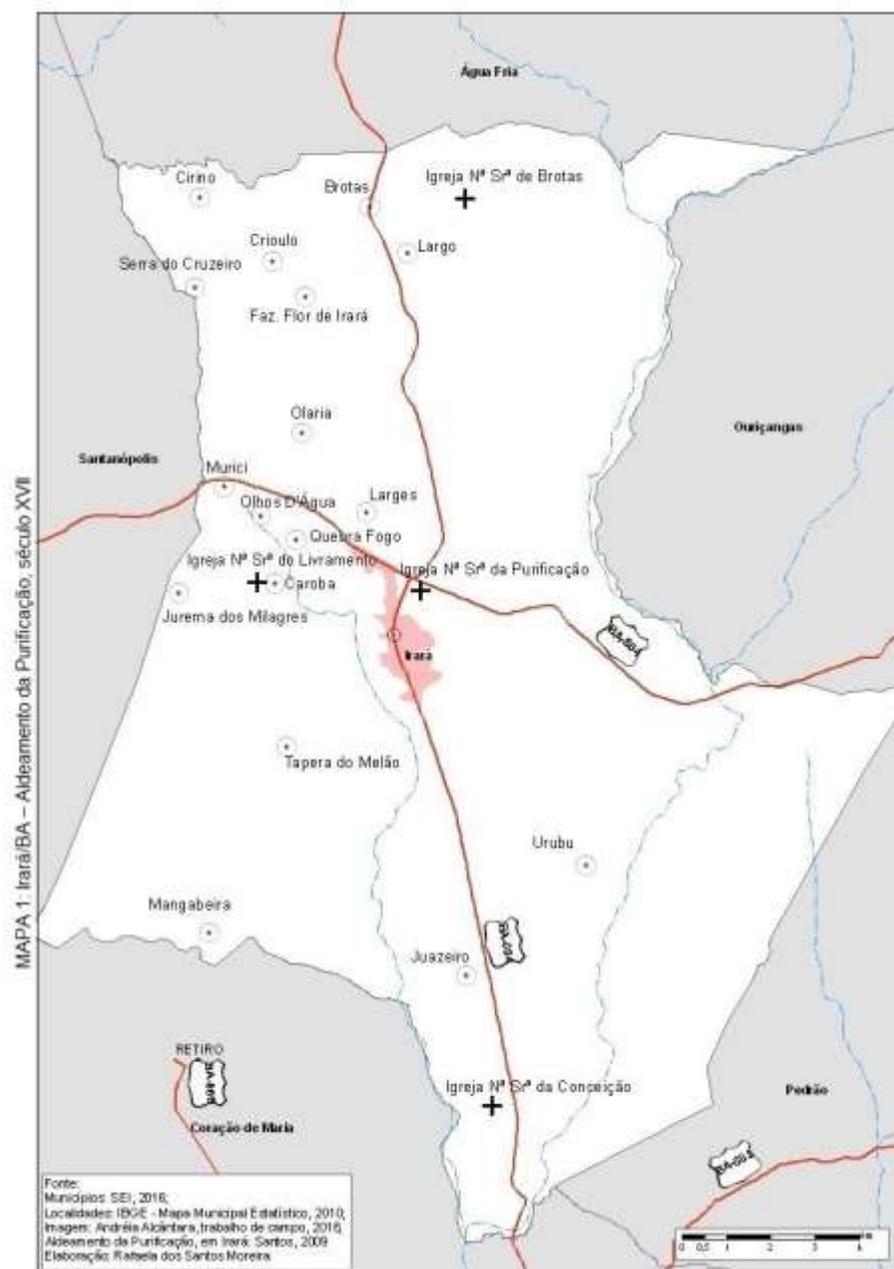
O Aldeamento da Purificação, em Irará foi construído na segunda metade do século XVII na região noroeste do município, e compreendia as comunidades de Açougue Velho, Tapera Melão, Olhos D’Água, Olaria, Caroba, Ingazeira, Brotas, Mangueira, Serino, Largo, Quebra Fogo, Jurema dos Milagres, Cerca de Pedra, Murici, Crioulo, Cardoso, Serra do Cruzeiro, Urubu, Periquito e Fazenda Flor de Irará (SANTOS, 2009).

---

<sup>7</sup>Não encontramos registro do modo de vida dos Paiaíás na região, já que em Irará as aldeias missionárias concentravam índios de etnias distintas e de origem das diversas regiões da Bahia. O que encontramos é que os “Tapuias” no século XVII eram identificados como os índios Payayás e faziam parte da família Kariri, ramo vinculado ao tronco Macro-jê. Disponível em <[http://itapicurusuahistoria.blogspot.com.br/2013\\_01\\_01\\_archive.html](http://itapicurusuahistoria.blogspot.com.br/2013_01_01_archive.html)>.

<sup>8</sup>As aldeias missionárias foram efetivamente situadas em locais próximos aos povoados portugueses. Possuíam uma igreja ou capela, uma escola e casas para cada família, bem diferentes das malocas comunitárias e da vida que os índios levavam em suas aldeias de origem. Seu objetivo principal era concentrar os índios, de nações e culturas diferentes, em um local de fácil acesso, onde pudessem ser catequizados e “civilizados”, aprendendo os princípios da religião cristã e certos valores como obediência e disciplina, que os tornavam aptos para serem integrados ao sistema colonial como força de trabalho (FREIRE, MARELHOS, 2010, p. 33-34).

A construção do Aldeamento da Purificação nas proximidades das igrejas Nossa Senhora de Brotas (1717), Nossa Senhora da Conceição (1726), Nossa Senhora do Livramento (1756) e a igreja Nossa Senhora da Purificação dos Campos (1842). Teve como objetivo, entre outros, a administração dos jesuítas e sua intervenção na organização socioeconômicas do aldeamento (Mapa 1).



#### CONVENÇÕES

- Adeamento da Purificação
- Sede municipal
- + Primeiras igrejas católicas

#### HIDROGRAFIA

- Rio intermitente
- Rio permanente

#### MUNICÍPIO

- Irará
- Municípios da Bahia
- Área urbana do município



O Aldeamento da Purificação funcionou como reserva de mão de obra atendendo os interesses das autoridades locais, dos administradores coloniais, da burocracia provincial, dos seus diretores civis, das populações brancas que viviam em seu entorno. Ainda no século XVII o aldeamento sérvio de refúgio de negros fugidos das fazendas dos municípios de Feira de Santana e de Cachoeira (SANTOS, 2009).

O Aldeamento da Purificação permaneceu sob domínio dos jesuítas até meados do século XVIII. Com a expulsão dos jesuítas (1759) do município de Irará, o aldeamento foi sendo apropriado parte pela elite latifundiária e outra parte foi destinada a construção de vilas populares.

A elevação do Arraial da Purificação dos Campos de Irará a categoria de município ocorreu em 27 de maio de 1842, através da Lei Provincial Nº 173 e passou a ser distrito de Irará os povoados de Água Fria, Bento Simões, Serrinha, Coração de Maria, Santanópolis, Pedrão e Ouriçangas. Em 1895 através de sua influência socioeconômica, a vila de Purificação dos Campos foi elevada à categoria de cidade com o nome de Irará pela Lei estadual Nº. 100, de 8 de agosto de 1895 (PMDLS, 2012).

Não se tem registros de quando iniciou a produção de fumo no município Irará, porém como Irará pertenceu desde o período da colonização até os anos de 1824, nos domínios do município de Cachoeira e nessa época a economia de Cachoeira era formada pela produção de cana-de-açúcar, fumo e gado. Tais fatores nos permitem deduzir que a produção do fumo no município de Irará iniciou durante o século XVIII, mesmo século em que o cultivo é praticado no município de Cachoeira.

A produção do fumo na Bahia iniciou sua decadência em meados de 1900 devido a crise de 1901 que refletiu de maneira direta na organização do campo. Desse modo, a elevação das tarifas alfandegárias e a restrição dos empréstimos externo, seguindo da necessidade do Brasil saldar dívidas a países como Grã-Bretanha e Estados Unidos, levou a estagnação da economia baiana com a queda da exportação dos principais produtos (fumo, cacau). “A grande depressão marcou, portanto, o início da estagnação econômica da Bahia, a qual se prolongou, mesmo depois do recuo da crise internacional” (LEÃO, 1987, p. 294)

As consequências da crise então mencionada possibilitaram que países subdesenvolvidos, fossem “induzidos” pelas altas tarifas alfandegárias a diminuir as importações e aumentar investimentos internos na industrialização, a saída apontada pela conjuntura de crise foi a autosuficiência.

A situação da Bahia se agravou em virtude da desvalorização da moeda e a redução dos preços dos principais produtos de exportação (cacau, fumo) tendo em vista a concorrência no mercado externo com os produtos de países africanos.

Em decorrência dessa conjuntura, foram fechadas as maiores empresas de fumo do estado da Bahia, cuja produção era destinada aos mercados de países como Alemanha, Holanda, Estados Unidos, Japão, Bélgica, Espanha e Portugal. As principais empresas fumageiras atuantes na Bahia foram: Suerdieck Exportadora S/A, Suerdieck Charutos, Dannemann, Mongeroth Leone Ltda., Este Asiático Exportações, Tabaco Copata, Sociedade Exportadora Garrido, Fumo Urusil Ltda. Porcínio Godinho (SANTOS, 1990).

Estas empresas recebiam a matéria prima dos municípios das regiões do Sertão (principalmente o fumo do município de Irará) e do Recôncavo Baiano que eram transportadas pelas estradas de ferro e pelo porto fluvial do município de Cachoeira. Santos (1990), organizou a cadeia de comercialização do fumo que vai desde o atravessador de pequeno capital até as empresas exportadoras. Desse modo, a cadeia foi organizada da seguinte forma:

Comprador avulso (de pequena posse) aquele que compra o fumo em pequena quantidade e passa para outro intermediário com maior poder aquisitivo; comprador avulso, (de posse média) aquele que armazena o fumo em casa e comercializa diretamente com o armazém de trapiche; proprietários de armazém de seco e molhado na zona rural que comprava o fumo de camponeses e comercializa diretamente com o armazém de trapiche; comprador na zona rural com um depósito ou pequeno armazém de trapiche, repassando direto ao armazém na sede do município; a compra direta do fumo dos grandes produtores pelos comerciantes dos maiores Armazém de Trapinche; o comprador estrangeiro comprava direto do armazém de Trapiche. O papel do armazém de trapiche é o beneficiamento do fumo e seu armazenamento para comercializar diretamente com compradores estrangeiros.

Pinho (2008) discute que no município de Irará a venda do fumo era realizada através de atravessadores avulsos e na venda direta aos armazéns de trapiche, localizados no próprio município. Entre os principais proprietários de armazém foram destacados: o Coronel Manuel Campos que construiu o primeiro armazém no distrito de Bento Simões, Popílio Santana, Zé Panela (nome social), Elísio Santana, Zidorinho (nome social) e Almerindo Portugal de Caribé.

A produção do fumo no município de Irará, assim como a pecuária bovina, foram os principais meios de exploração da terra. A produção do fumo em proporções significativas perdurou até a década de 1980, quando os trapiches do município foram fechados, em reflexo da conjuntura baiana e por não acompanhar os preços do fumo da concorrência internacional. Já a produção da pecuária bovina para corte mantém dados histórico (1940-1985) com produção em valores significativos.

Entre os produtos da agricultura descatarem-se o fumo, a mandioca, a farinha de mandioca, feijão e o milho. A produção da farinha de mandioca no município de Irará, nos anos de 1950 e 1985 mantém uma média na área cultivada (2.000,00ha) e no valor da produção em toneladas (40.000,00 t.), em 1970 apresenta uma baixa produção tanto na área (1.476,00) quanto na quantidade produzida (13.276,00). Variações similares ocorrem na produção da mandioca que apresenta maior produção nos anos de 1950 e 1985, com baixa em 1970 (Tabela 1).

TABELA 1: IRARÁ/BA: Produção Agrícola (1940-1985)

	1940		1950		1970		1985	
	Área (Ha)	Qtd. (t)	Área (Ha)	Qtd. (t)	Área (Ha)	Qtd. (t)	Área (Ha)	Qtd. (t)
Farinha de mandioca	-	11.815	-	8.153	-	13.297	-	8.244
Feijão	-	1.966	398	244	823	295	661	335
Fumo	2.702	2.755	1.853	5.250	-	943	938	716
Mandioca	-	37.166 <sup>1</sup>	2.340	43.164	1.476	13.276	2.079	41.307
Milho	-	3.830	459	439	251	241	499	247

Somente para o ano de 1940 a produção de mandioca foi calculada junto com a produção do aipim.  
Fonte: Andreia Alcântara (2016), com base em IBGE: Censo Agropecuário 1940, 1950, 1970, 1985.

A produção do feijão e do milho, alimentos de referência da dieta nutricional brasileira<sup>9</sup>, registrou aumento, tanto nas áreas cultivadas, quanto na quantidade pro-

<sup>9</sup> A carne bovina, milho, feijão e em especial a farinha de mandioca e a própria mandioca são historicamente produtos da dieta nutricional brasileira. "A farinha é um acompanhamento necessário do homem. Pelas qualidades nutritivas, adaptabilidade da sua cultura a qualquer terreno e excepcional

duzida, durante o período de 1940-1985. Vale ressaltar que, nos anos de 1970 ocorreu o aumento da área cultivada com o feijão em relação aos anos anteriores, mas a quantidade produzida não correspondeu positivamente, houve baixa produção.

Já na pecuária, destacamos a produção do gado bovino, ovino, suíno, caprino e de aves (Tabela 2).

TABELA 2: IRARÁ/BA: Principais Produtos da Pecuária (1940-1985)

	1940	1950	1970	1985
	Quantidade (cabeças)	Quantidade (cabeças)	Quantidade (cabeças)	Quantidade (cabeças)
Aves	19.767	54.937	39.221	100.132
Bovino	3.920	5.213	6.473	16.355
Caprino	458	1.000	74	102
Ovino	1.306	6.136	658	1.126
Suíno	3.024	6.952	2.068	4.321

Fonte: Elaborado por Andreia Alcântara (2016), com base em IBGE: Censo Agropecuário 1940, 1950, 1970, 1985.

Percebe-se que as áreas destinadas ao cultivo do fumo, assim como sua produção em toneladas foram gradativamente diminuindo no período de 1940-1985. Já a produção do gado no mesmo período registrou aumento no número de cabeças.

Na pecuária com os animais de pequeno porte (ovinos, suínos, caprinos e aves) os censos de 1940 a 1985, registraram significativo crescimento no número de cabeças.

A agricultura camponesa foi construída no município de Irará como estratégia do camponês para garantir sua sobrevivência. A produção de alimento era feita por negros e índios aldeados, que se por um lado a produção de alimentos garantia a reprodução da elite agrária, por outro, foi crucial, na construção do campesinato através do acesso a pequenas frações de terras cedidas pela elite agrária para produção de alimentos. Oliveira (1987) considera que “o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital” (OLIVEIRA, 1987, p. 54)

O processo histórico da construção do campesinato no município de Irará aqui discutido retrata não só as formas de imposição da elite agrária no processo de

---

rusticidade, a mandioca introduzida pela tradição indígena foi universalmente adotada pela colonização como gênero básico de alimentação” (PRADO JUNIOR, 1963, p.160).

escravidão, “domestificação” dos índios, dos cultivos de mercado e de subsistência, mas também, a resistência dos negros e dos índios com a consolidação do campesinato.

Assim, a formação do campesinato brasileiro é um processo histórico. Neste sentido, concordamos com Martins (1983), que o campesinato brasileiro “é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão” (MARTINS, 1983, p. 160).

Em relação às origens do campesinato PORTO e SIQUEIRA (1997), discutem que todos os trabalhadores rurais que possuíam pequenas dimensões de terras ou que estavam na condição parceiros, foreiros, arrendatários, moradores, proprietários, sitiantes, ocupantes etc. eram denominados camponeses. Nesse sentido o conceito de campesinato associava-se, sobretudo a um conteúdo político e ideológico em oposição ao latifúndio.

Ainda segundo PORTO e SIQUEIRA (1997), o conceito de campesinato guarda as características históricas de grupos sociais, lógica e especificidade de funcionamento e de organização da unidade produtiva, caráter familiar do trabalho, leis de movimento da chamada economia camponesa, entre outros.

A formação do campesinato brasileiro é marcada pela intensa mobilidade espacial e pela negação do acesso à terra, o campesinato brasileiro fez com que a luta para entrar na terra, tenha sido o registro de sua diferenciação em relação ao campesinato de origem feudal (THOMAS JUNIOR, 2002).

Nesse sentido Vergés (2011), enfatiza que o campesinato não é uma ex-classe que se desagrega e se dissipa em sua diversidade; o campesinato possui uma identidade polifônica sempre em construção e cuja força reside precisamente na união dos diferentes.

Ainda segundo Vergés (2011), “sem o apoio de uma compreensão crítica da economia capitalista, nada podemos dizer sobre uma economia camponesa que reproduz submetida à lógica do capital global” (VERGÉS, p.1, 2011). Nesse sentido, a produção camponesa é produto da reprodução do capitalismo e está submetida a máxima valorização do capital.

As ideias de Vergés (2011), complementa o pensamento de THOMAS JUNIOR (2002) quando o mesmo apresentou que as investigações dos desdobramentos territoriais e as reestruturações produtivas do capital no campo, têm sido ações do Estado. Tais ações geraram desdobramento para a classe trabalhadora através das intensificações da mecanização, política de desenvolvimento rural, negando a Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e de pagamento.

Desse modo, mediado por subordinação, exploração e resistência, os camponeses vão reelaborando estratégias de reprodução da vida. E neste sentido, Vergés (2011), ao tratar dos camponeses mexicanos, os coloca na condição de diversificados, obrigatoriamente inquietos e que permanecem, sobretudo por seu modo de transformar, os quais são identificados em valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência. Apesar deste autor tratar do campesinato mexicano em suas transformações mediante sistema do capital, as reflexões que realiza, ajudam também a compreender o campesinato no Brasil.

Nota-se assim, no espaço rural em Irará, de um lado o predomínio de uma população vivendo um processo de fracionamento da terra de herança e com dificuldades em adquirir novos lotes, ou mesmo produzindo em condições que limitada a sobrevivência da família. Do outro lado, um processo de concentração das terras, levando muitos agricultores a submeterem sua força de trabalho total ou parcial ao assalariamento e a migrar para a cidade em busca de meios que garantam sua reprodução.

Assim, concordamos com THOMAS JUNIOR (2002), que a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital.

No município de Irará fatores como a mão de obra escrava, formação dos latifúndios através das concessões de sesmarias, pecuária extensiva, produção do fumo e de alimentos de subsistência (mandioca, milho, feijão) consolidaram a estruturação do espaço agrário do município de Irará. O município também foi refúgio de escravos fugidos e aforiados não só da região do Recôncavo mas também de Sal-

vador e dos municípios do sertão baiano, principalmente Feira de Santana, regiões onde o trabalho escravo, em grande escala, predominou até meados do século XIX.

No município de Irará as pequenas propriedades foram constituídas em áreas periféricas, através da construção de quilombos de negros e índios que adentravam as terras de Irará em busca de refúgio (SANTOS, 2008). E através das aldeias missionárias, onde pequenas frações de terra eram cedidas aos índios “domesticados” destinados a produção da agricultura de subsistência.

No município de Irará o camponês não foi separado totalmente do meio de produção, porém, a dimensão de terra não garante sua reprodução, ou seja, é necessário que o camponês além de cultivar na terra venda sua força de trabalho como complemento da renda familiar. As parcelas de terra ocupada pelos camponeses são tão pequenas sendo insuficiente para garantir que o camponês sobreviva apenas da produção agropecuária.

## 2.2 DIMENSÕES E ESPECIFICIDADE DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ

O município de Irará possui índice populacional de aproximadamente 27 mil habitantes, dos quais 11 mil habitam na zona urbana e 16 mil na zona rural (SEI, 2012). A existência dos camponeses em Irará esteve relacionada ao processo histórico de formação do território, onde ex-escravos reorganizam suas táticas de resistência no campo, atuando nas diferentes formas de acesso à terra: posseiro, parceiro, arrendatário e ocupante. Este é o contexto em que foi forjado o campesinato em Irará, e que permite a continuidade da luta e a preservação do modo de vida camponês, expresso por meio da agricultura tradicional nas diversas manifestações do saber fazer desse grupo social.

Tais saberes, inerentes da diversidade cultural dos camponeses de Irará, se revelam na diversidade da produção agropecuária e nas suas relações socioculturais. A pequena propriedade com área menor que 50 hectares, representa 98,5% das propriedades rurais e concentra 73% da população total do Município.

A classificação estabelecida pelo INCRA, referente ao tamanho da propriedade, é insuficiente para retratar a realidade vivenciada pela população do município de Iará, em relação ao acesso a terra. A maior parte da população rural (67,5%) vive com menos que dois hectares, e outra parte significativa dos estabelecimentos (31%) ocupam áreas com menos de 50 hectares, ou seja, valor relativamente próximo a um módulo fiscal que para o município de Iará é de 30 hectares (INCRA, 1997). Apesar de o município congregar a maior parte da população na zona rural e de não predominar as grandes propriedades, a estrutura fundiária ainda é concentrada e evidencia contradições socioeconômicas.

O Município não apresenta quantidade significativa de latifúndios, tendo por base os dados do INCRA (1997) que determina valores para caracterização das propriedades em minifúndios (propriedades menores que um módulo fiscal), pequenas propriedades (aquelas que possuem de um a quatro módulos fiscais), médias propriedades (aquelas que possuem de quatro a quinze módulos fiscais) e grandes propriedades ou latifúndios (as propriedades maiores que quinze módulos fiscais).

O processo histórico da construção da estrutura fundiária do município de Iará evidencia as desigualdades sociais, políticas e econômicas com relação ao acesso a terra. Dessa maneira, na década de 1940 os estabelecimentos que possuíam menos que a fração mínima da terra (2 ha) representavam menos que 13% dos estabelecimentos e ocupavam 1% da área total do município. Os estabelecimentos (maior de 2 e menor de 50 ha) representavam 82% e ocupavam 54% da área do município. Enquanto que 0,5% dos estabelecimentos (maior de 200 e menor de 500) ocupavam 19% da área total do município (Tabela 3).

TABELA 3: IRARÁ/BA: Estrutura Fundiária (1940 a 2006)

Grupo de área (ha)	1940				1960				1980				1996				2006			
	Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 2	802	13,5	1.148	1,5	1.340	27	1.638	3	820	39	1.002	5	1.453	50,5	1.521	7,5	2.136	67,5	1.869	15
De 2 menos de 50	4.923	82,5	45.017	54,5	3.373	67,5	33.950	52,5	1.187	57	10.677	51	1.340	46,5	10.322	50,5	972	31	7.072	58
De 50 menos de 200	219	3,5	20.333	25	236	5,0	21.079	32,5	75	3,5	6.448	31	70	2,5	5.801	28	29	1	2.188	18
De 200 menos de 500	46	0,5	15.905	19	27	0,5	8.098	13	10	0,5	2.673	13	10	0,5	2.795	14	4	0,1	1.039	9,0
Total	5.990	100	82.403	100	4.976	100	64.767	100	2.092	100	20.800	100	2.873	100	20.439	100	3.141	100	12.168	100

No município de Irará, o Módulo Fiscal corresponde a 30 hectares; A Fração Mínima da Propriedade corresponde a 2 hectares INCRA (1997).

Fonte: Geografar, com base no IBGE: Censo Agropecuário 1940, 1960, 1980, 1996 e 2006. Rio de Janeiro, 2006. Elaboração: Andreia Alcântara, 2016.

Nos anos de 1960 ocorreu um relevante crescimento dos estabelecimentos menores que 2ha, que passaram a representar 27% desses estabelecimentos e ocupavam 3% da área total do município o que indica a subdivisão dos pequenos estabelecimentos. Já o número dos pequenos estabelecimentos que possuem entre 2 e 50 ha passou a representar 67% dos estabelecimentos e ocupavam 52% da área total do município. Em relação os estabelecimentos com tamanhos significativos entre 200ha e 500ha, eles não sofreram grandes alterações, representavam 27% dos estabelecimentos e ocupavam 13% da área total do município.

Em 1980 o município continuou no processo de subdivisão dos minifúndios, com o crescente número (39%) dos estabelecimentos menores que 2ha ocupando número ínfimo (5%) em relação à área total do município. Os pequenos estabelecimentos (maior de 2 menor de 50) continuaram a reduzir passando a representar 57% ocupando 51% da área do município. Já os maiores estabelecimentos do município (maior de 200menor de 500) representavam 0,5% do total dos estabelecimentos rurais e ocupam 13% da área total do município.

Nos anos de 1996 os minifúndios menores que 2ha, passaram a representar 50% dos estabelecimentos e ocupavam 7% da área total do município. Os pequenos estabelecimentos (maior de 2 e menor de 50) representavam 46,5% e ocupavam 50% da área e os estabelecimentos com as maiores áreas (maior de 50 e menor de 200) representavam 10% dos estabelecimentos rurais e ocupavam 14% da área total do município.

Em 2006 a estrutura fundiária não apresentou alterações significantes, a terra continuou concentrada, evidenciando a reprodução dos médios estabelecimentos, enquanto segue em curso acelerado o processo da subdivisão dos minifúndios. Assim, esses minifúndios passaram a representaram 67% dos estabelecimentos e ocupavam 15% da área total do município. Os pequenos estabelecimentos (maior de 2 e menor de 50) representavam 31% dos estabelecimentos e ocupavam 58% da área. Já os estabelecimentos de porte médio (maior de 200 e menor de 500) representavam 0,1% dos estabelecimentos ocupando 9% da área total do município.

Em Ipirá os pequenos estabelecimentos se multiplicam através do fracionamento da terra, resultante do processo de reprodução do camponês, onde o patri

arca ou a matriarca da família divide o pequeno lote de terra entre os filhos, já que estes, não possuem condições econômicas que lhes possibilitem acesso à terra.

Em observações de campo no município de Irará, é possível verificar *in loco* a subdivisão da pequena Unidade camponesa a partir da existência de três ou mais casas em um mesmo lote de terra os chamados “puxadinhos”. Ocorrem com frequência quando os filhos constroem suas próprias famílias e sem condição financeira para adquirir seu próprio lote, constrói suas casas no mesmo lote dos seus pais (Foto 1).



Foto 1: Irará/BA - Subdivisão da pequena unidade camponesa  
Fonte: Andréia Alcântara, 2016.

Assim, a permissão do proprietário da unidade camponesa em ceder parte de sua propriedade para construção de outras casas (para os filhos) funciona como uma estratégia da família em manter sua prole no campo em condição de camponês. Ou seja, é uma estratégia de reprodução do camponês.

No município de Irará, 2.627 famílias camponesas estão na condição de proprietários<sup>10</sup> dos estabelecimentos rurais. Porém, existe um número significativo

---

<sup>10</sup>Proprietário - Quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, são de sua propriedade seja ela adquirida pela compra, usufruto, herança, ou outros meios (IBGE, 1996).

(475) de famílias camponesas que não possuem terras e trabalham em terras de outros, na condição de arrendatário<sup>11</sup>, parceiro<sup>12</sup> e ocupante<sup>13</sup> (IBGE, 2006).

Moreira (2000) já discutia que a pequena produção familiar foi historicamente formada pela ideologia de subsistência. Com o fim da escravidão parte dos “ex-escravos” sem moradia, permaneciam nas fazendas na condição de arrendatários, nas áreas periféricas “fundo do quintal” dando como troca pelo uso da terra, sua própria força de trabalho.

No município de Iará os camponeses que não possuem terras para cultivar, submetem-se aos modelos de parceria com os grandes produtores. Outros vendem sua força de trabalho nas atividades sazonais ou migram para a cidade em busca de meios que garantam sua reprodução.

Nesse sentido, analisando a condição do produtor no município de Iará, percebe-se que a terra, o mais importante meio de produção, é historicamente concentrada, e que os camponeses se estabelecem no município através da condição de arrendatários, parceiros e ocupantes (Tabela 4).

---

<sup>11</sup>Arrendatário - quando as terras do estabelecimento são tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços (IBGE, 1996).

<sup>12</sup>Parceiro - quando as terras do estabelecimento são de propriedade de terceiros, estão sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resulta a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida (IBGE, 1996).

<sup>13</sup>Ocupante - Nos casos em que a exploração se processa em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso (IBGE, 1996).

TABELA 4: IRARÁ/BA: Condição do Produtor (1940 a 2006)

Condição do Produtor	1940				1960				1985				1996				2006			
	Estab.		Área (ha)		Estab.		Área (ha)		Estab.		Área (ha)		Estab.		Área (ha)		Estab.		Área (ha)	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Proprietários	4.849	84,5	68.455	85	4.291	88,6	58.731	95,5	2.214	94	21.243	98	2.333	84	18.758	91,7	2.627	84,5	11.206	92
Arrendatários	894	15,5	11.997	15	61	1,2	382	0,5	-	-	-	-	6	0,2	17	0,1	17	0,5	14	0,5
Ocupantes	-	-	-	-	495	10,2	2.441	4	134	5,9	379	2	413	15	1.643	8	372	12	801	6,5
Parceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,1	3	1	16	0,6	21	0,1	86	3	146	1
Total	5.743	100	80.452	100	4.847	100	61.554	100	2.350	100	21.821	100	2.768	100	20.439	100	3.102	100	12.167	100

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016) com base em IBGE: Censo Agropecuário 1940, 1960, 1980, 1996 e 2006. Rio de Janeiro, 2006

Na década de 1940, período em que a produção de fumo era à base da economia do município, foram registrados 897 estabelecimentos com arrendamento. Na década de 1960 o número de arrendatários diminuiu drasticamente para 61, e continuou reduzindo nas décadas de 1980 para dois estabelecimentos, em 1996 ocupavam seis propriedades e em 2006 passaram a ocupar 17 estabelecimentos.

O número de camponeses na condição de ocupante só foi mencionado no censo agropecuário em 1960, quando eram 495 camponeses ocupando 4% da área total do município. Na década de 1985 o número de ocupantes reduziu para 134 trabalhadores rurais que ocupavam 2% da área total do município. Já em 1996 os ocupantes retornaram e estavam em 413 estabelecimentos que representava 8% da área total do município e nos anos de 2006 passaram a ocupar 372 estabelecimentos com 6,5% da área total do município.

O IBGE apresenta a categoria de trabalhador parceiro para o município de Ipirá a partir da década de 1980, com dois trabalhadores. Em 1996 eram 17 trabalhadores e em 2006, chegaram a ocupar 86 estabelecimentos na condição de parceria.

Além dessas categorias aqui trabalhadas, se evidencia no município de Ipirá a categoria de meeiro. O meeiro possui características de parceiro, porém o camponês submetido à categoria de meeiro assume o trabalho produtivo dando como contrapartida a sua mão de obra. Todos os insumos utilizados na produção são de responsabilidade do proprietário da terra. No final do ciclo produtivo a produção agrícola é dividida em partes iguais entre o camponês e o proprietário.

Nas relações de meeiro o camponês se submete a carga de trabalho e de maneira indireta cede a renda gerada pelo seu trabalho na produção agrícola para o proprietário do estabelecimento.

A terra significa para o camponês o meio de sobrevivência. É da terra que o camponês tira seu sustento e de sua família, é o instrumento que garante autonomia e a reprodução camponesa.

Em observação de campo se evidencia a concentração da terra no município de Ipirá. Se por um lado, as relações de meia é a expressão da exploração do trabalho que se configura na contratação por dia, ou seja, sem vínculo empregatício. Por

outro lado, a condição de meia tem garantido a permanência do camponês no campo. Outras observações são aguçadas ao perceber que as maiores propriedades do

município de Irará se limitam a produção da pecuária. A produção de alimento é praticada pelos camponeses nas pedo quenias frações de terra, onde o cultivo de víveres ocorre em quantidade limitada.

## 2.3 OS DILEMAS DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ

No município de Irará 475 famílias camponeses, ou seja 15% do total das famílias camponesas do município (3.102), não possuem terras para a produção agropecuária. Esses camponeses se mantêm no campo através dos regimes de parceria (86 camponeses) e arrendamento (17 camponeses), articulando-se com os produtores que dispõem de terra, ocupantes (372 camponeses) de frações de terras públicas ou devolutas (IBGE, 2006).

Percebe-se que no município analisado a maior parte dos camponeses (2.136) vive em unidades camponesas com em média 0,875 hectares. Enquanto poucos proprietários (4) possuem, em média, 260 ha que são utilizados em sua maior parte para a pastagem (IBGE, 2006).

Em relação ao produto Interno Bruto (PIB) do município de Irará, verifica-se que os setores de maior expressividade são os setores públicos de administração, saúde e educação públicas e seguridade social e o setor de serviços que, em 2010, concentrou 43% e 35% do PIB municipal respectivamente. Enquanto a agropecuária representou apenas 17% do valor bruto arrecadado no município (Tabela 5).

TABELA 5: IRARÁ/BA: PIB Municipal (2010-2014)

Anos	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.		Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2010	52.651,00	43	21.225,00	17	5.891,00	5	42.212,00	35	121.979,00	100
2011	59.230,00	45	15.999,00	12	6.504,00	5	50.796,00	38	132.529,00	100
2012	63.875,00	46	11.984,00	9	6.478,00	5	56.831,00	40	139.168,00	100
2013	71.964,00	42	21.213,00	12	8.898,00	5	70.972,00	41	173.047,00	100
2014	83.094,00	43	22.930,00	12	11.362,00	6	74.711,00	39	192.097,00	100

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016) com base em IBGE, Produto Interno Bruto (PIB) Municipal (2010-2014), Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Os dados de emprego, comparados aos dados do rendimento médio da população demonstram, de acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2010) que a maior parte da população do município de Irará vive em condição de pobreza. Pois

19% da população economicamente ativa recebe renda de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Outra parte (42,5%) recebe entre  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo. Ou seja, 61,5% da população vive com renda abaixo do salário mínimo (Tabela 6).

TABELA 6: IRARÁ/BA: Rendimento nominal mensal da população economicamente ativa

Rendimento Mensal <sup>14</sup>	Nº	%
Até 1/4 de salário mínimo	2.918	19
de 1/2 a 1 salário mínimo	6.556	42,5
1 a 2 salários mínimos	2.642	17
2 a 3 salários mínimos	368	2,5
5 a 10 salários mínimos	179	1
10 a 15 salários mínimos	21	0,1
20 a 30 salários mínimos	9	0,05
Pessoas sem rendimento	2.753	18
TOTAL	15.446	100
Valor do rendimento mediano mensal - Rural	R\$ 200,00	37,5
Valor do rendimento mediano mensal - Urbana	R\$ 334,29	62,5
TOTAL	R\$ 534,00	100

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016) com base em IBGE, Censo Demográfico 2010.

No município de Irará o setor da agropecuária é o que mais emprega mão de obra, ele emprega 62,5% da força de trabalho. O segundo e o terceiro maiores setores em relação ao emprego de mão de obra é o setor de serviço com 21% e setor de comércio com 11% respectivamente (Tabela 7).

TABELA 7: IRARÁ/BA: PESSOAL OCUPADO

Setor de atividade	Local de atuação			
	Município de Irará		Outros municípios	
	Nº	%	Nº	%
Indústria de transformação	325	2,5	-	
Comercio	1.451	11	116	25
Serviço	2.789	21	192	42
Administração pública	407	3	82	18
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca.	8.363	62,5	70	15
Total	13.335	100	457	100

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016) com base em IBGE, Censo Demográfico 2010.

<sup>14</sup> Em janeiro de 2010 o salário mínimo correspondia a R\$ 510,00 reais ou USD 292,83 dólares. Em janeiro de 2017 o salário mínimo corresponde a R\$ 937,00 reais ou 292,98 dólares.

Mesmo sendo agropecuária a atividade que mais emprega mão de obra no campo, os trabalhos oriundos desse setor ainda são insuficientes para atender toda a população economicamente ativa da zona rural do município. Em 2010 o setor de comércio empregou 25% e o setor de serviço 42% da mão de obra de jovens que migraram do Município de Irará para outros municípios baianos em busca de alternativas de sobrevivência que não necessariamente são voltadas para o trabalho no campo.

A falta de emprego na cidade e no campo, aliado aos baixos financiamentos da agricultura tem estimulado a migração de jovens camponeses para municípios baianos a exemplo Salvador, Jacobina, Camaçari, Pedrão, Mata de São João, Ouriçangas e Feira de Santana. E para os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Aqui em Irará a gente diz que teve reforma agrária natural. Tem agricultor com  $\frac{1}{2}$  tarefa de terra, outros tem uma tarefa, a média é duas tarefas, ou seja 0,86 hectares. Mas a reforma agrária não é natural, isso é uma coisa imposta, os colocaram nessa situação. Um dos maiores problemas da assistência técnica é garantir que o camponês permaneça no campo sem terra em fração significativa que garanta a sua sobrevivência. A proposta feita pelos técnicos é a diversificação da produção, por exemplo, hortaliça em com sócio com maracujá, porque só o cultivo de mandioca é insuficiente para manter a família. É aí que o jovem não fica no campo porque não tem terra, a terra que o pai dele trabalhou não dá para mantê-los em condições dignas de sobrevivência (Agente da CEDITER, 2016).

No depoimento da Agente da Cediter fica evidenciado que o fator que mais expulsa jovens camponeses do campo é a falta de acesso à terra, meio de garantia de reprodução.

“O enfraquecimento da agricultura é justamente porque o agronegócio tem dinheiro para comprar terra e o agricultor não tem, em Irará a distribuição de terra é de forma injusta quem precisa de terra para trabalhar não tem, mas no município tem produtor com grande extensão de terra que não é utilizada” (Sindicado dos Trabalhadores Rurais, 2015).

No município de Irará o êxodo consequente da migração de jovens que procuraram em outros municípios da Bahia e/ou estados brasileiros oportunidade de emprego é um fator a ser considerado na análise da produção do espaço rural de Irará.

Batista (2009) afirma que os motivos que levam a imigração de jovens camponeses iraraense e demonstra que o fator trabalho perpassa pela iniciativa do imigrante. Em suas palavras:

O esforço braçal e físico que faz na realização do trabalho, associado às poucas oportunidades de ganho, reforça a ideia de trabalho rural, ou trabalho da roça, como um trabalho de baixo valor. Como consequência, constrói-se a ideia de que para melhorar de vida, assegurando melhores ganhos financeiros, é necessário sair da roça e partir para a busca de um trabalho na cidade. (BATISTA, 2009 p.80).

A migração de jovens tem contribuído para o esvaziamento de mão de obra no campo e conseqüentemente para o processo de proletarização do camponês ( tabela 8)

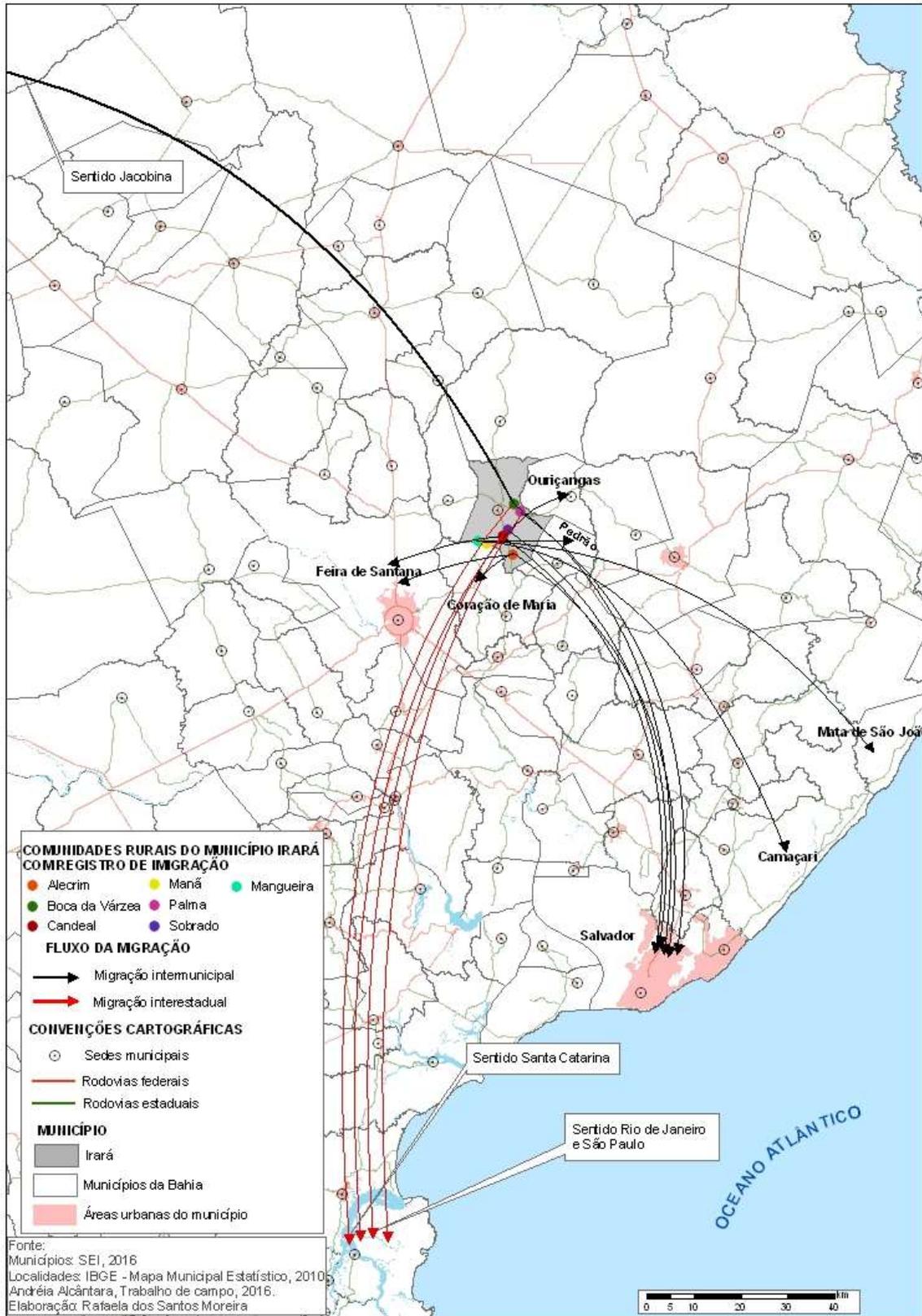
TABELA 8: IRARÁ/BA: Disponibilidade de Mão de obra da juventude camponesa

Comunidades	Famílias	Quantidade total de filhos	Atividade agrícola	Atividade não agrícola	Nº de pessoas que migraram	Destino
Mangueira	3	21	3	18	5	Salvador, Jacobina
Manã	4	15	4	11	6	Camaçari, Pedrão, Mata de São João
Candeal	16	93	37	56	22	Salvador, Ouriçangas, Feira de Santana, Santa Catarina
Sobrado	9	32	18	14	10	Salvador, Santa Catarina
Palma	8	34	7	27	23	Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo
Boca de Várzea	5	14	2	12	1	Salvador, Santa Catarina e São Paulo
Alecrim	6	48	9	39	34	Feira de Santa, Coração de Maria, Salvador
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>257</b>	<b>80</b>	<b>177</b>	<b>101</b>	

Fonte: Andreia Alcântara com base em trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), junho de 2016.

Analisando a Tabela 8, percebe-se que no ano de 2016 o número (177) de jovens que exerceram atividades não agrícolas é bastante expressivo. Assim como o número (101) de jovens que tem migrado (Mapa 9).

MAPA 9: Irará/BA – Comunidades rurais com registro de Imigração, 2016



Segundo Batista (2009) a questão da terra, ou seja, o acesso à terra é condição fundamental de sobrevivências. No município de Irará a terra destinada ao camponês é mínima, sendo decorrente de um processo histórico de negação da posse, configurando em situação que repercute sobre as baixas possibilidades da renda da família que ameaça a garantia de vida com dignidade.

Contribuindo com o pensamento de Batista (2009) autores como Oliveira; Andrade; Bergamasco (2015) tem destacado em sua análise os fatores que geram a migração da juventude rural a exemplo a falta de acesso à terra, como principal meio de produção, e os meios secundários de produção, como assistência técnica, insumos, acesso a crédito, ou seja, uma série de assistência negada pelo Estado. Nas palavras de Oliveira; Andrade; Bergamasco (2015):

Mesmo aqueles jovens que expressam o desejo de torna-se agricultores como seus pais, encontram dificuldades inerentes às aspirações profissionais no campo, que limita suas escolhas, impondo a busca de alternativa fora da agricultura. [...] os jovens migram por falta de perspectiva que garantam a autonomia dos jovens trabalhadores rurais. Não possuem condições que viabilizem o seu desenvolvimento econômico por meio do trabalho na terra. Faltam políticas públicas direcionadas a juventude em termos de acesso à terra, financiamento, assistência e extensão rural (OLIVEIRA; ANDRADE; BERGAMASCO 2015, p.387).

O cenário de esvaziamento de jovens no campo tem contribuído drasticamente na configuração do espaço rural do município de Irará. Dessa maneira observa-se na tabela 20 que o espaço rural do município de Irará em 2015 tem sido ocupado por bares, mercearias, açougue e instituições religiosas. As atividades têm se diversificado entre aquelas voltadas a produção agropecuária e atividades de prestação de serviços a exemplo domésticas, diaristas, manicure e atividades do ramo da construção civil (Quadro 1).

QUADRO 1: IRARÁ/BA – Condição socioeconômica das comunidades rurais			
Comunidades por Setor censitário	População (famílias) por Setor censitário	Atividades socioeconômicas	Problemáticas
Largo Novo, Fonte da Serra Brotas I, Jardim	162	Aposentadoria, Bolsa Família, Produção de Farinha, Agricultura (mandioca, feijão e milho), Bares, açougue, mercadinho, granjas de franco de corte.	drogas, roubos, alcoolismo
Boa Vista, Cavalão, Roça Velha, Pedras, Fragoso, Alagados	145	Diarista, Aposentadoria, Bolsa Família, Agricultura (mandioca)	drogas, falta de água potável
Serra do Cruzeiro, Largo	281	Aposentadoria, Bolsa Família, Agropecuária (mandioca, feijão, milho, amendoim, fumo porco, ovelha, galinha, gado bovino)	Alcoolismo, droga, violência
Ipê	Não tem dados	Diarista, Aposentadoria, Bolsa Família, Mercarias, Bares, Agricultura (mandioca, feijão, milho).	Alcoolismo, droga, violência
Caboranga e Mangabeira	178	Aposentadoria, Bolsa Família, Agricultura (mandioca, feijão, milho), Artesanato (argila, e cipó)	alcoolismo, droga, violência, escola municipal desativada, déficit de habitação (casa de adobe).
Rosário, Sítio, Sobrado, Santa Rosa	180	Diaristas, Aposentadorias, Bolsa Família, Mercarias, Bares, Agricultura (mandioca, feijão, milho, fumo)	Alcoolismo, droga
Olaria, Periquito, Pedra Branca, Madeira Vermelha, Murici, Mutamba.	215	Aposentadoria, Bolsa Família, Doceria, Manicure, Diarista, Doméstica, Mercarias, Bares, Agricultura: (mandioca, feijão, milho)	alcoolismo, drogas, tabagismo, falta de saneamento básico
Boca de várzea, Palma	158	Diarista, Aposentadoria, Bolsa Família, Construção Civil.	alcoolismo, drogas
Espinho, Catete, Curral Velho	200	Aposentadoria, Bolsa Família, Agropecuária (mandioca, feijão, fumo, milho, porco, ovelha, galinha, gado bovino, ovino)	déficit de habitação (casa de adobe).
Brotas II, Saco do Capim	142	Aposentadoria, Bolsa Família.	déficit de habitação (casa de adobe).
Trindade, Preguiça, Arroz	288	Aposentadoria, Bolsa Família, Supermercado, Bares, produção de Farinha e Beiju. Agropecuária (feijão, mandioca, porco, ovelha, galinha, gado, ovino)	Não tem dados
Manã, Ladeira, Malhadinha, Carro Quebrado, Fonte do Mato	148	Aposentadoria, Bolsa Família, Diarista, Produção de Beiju, Agropecuária (horta, mandioca, porco, galinha)	déficit de habitação (casa de adobe), alcoolismo
Mocó	112	Bolsa Família, Produção de Farinha, Agropecuária (mandioca, feijão, porco, galinha)	
Santo Antonio, Bernabé	210	Bolsa Família, Produção de Farinha, Agricultura (milho, feijão, mandioca)	violência e drogas
Tapera Melão,	161	Bolsa Família, produção de farinha e Beiju, Agricultura (mandioca, feijão, milho e aipim)	

Fonte: Andreia Alcântara (2016) com base em Trabalho de Campo, 2015.

Entre os aspectos a serem observados na tabela 20 o primeiro aspecto são as principais problemáticas do espaço rural do município de Irará, são decorrentes do alcoolismo, do uso de droga e a violência. Essas problemáticas são atribuídas a diversos fatores entre eles estão a educação precária no campo, o desemprego no campo e ao processo de migração dos jovens para os grandes centros urbanos brasileiros a exemplo de Salvador, Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo, onde a maior parte dos jovens iraraenses que migram e ao retornarem a seu município de origem traz consigo hábitos e costumes que interferem nas dinâmicas e relações socioculturais de suas comunidades (Entrevista com o coordenador do CRAS, 2015).

Neste sentido Oliveira; Andrade; Bergamasco (2015) argumentam:

Os jovens valorizam o novo, a tecnologia. Por muitas vezes, consideram a prática da agricultura familiar como rudimentar e atrasada o que lhes rende uma visão preconceituosa, associada à ideia da ignorância. É comum constatar entre os jovens a recusa em produzir o modo de vida de seus pais; rejeitam as condições precárias em que vivem a família; sentem vergonha de assumirem que trabalham na agricultura, sentimento este ancorado socialmente na concepção do campo como lugar de carência (OLIVEIRA; ANDRADE; BERGAMASCO 2015, p.383).

As atividades de cunho não agrícola assim como os programas assistencialistas do governo federal (bolsa família) e a assistência da previdência social (aposentadoria) tem sido expressivas na zona rural do município de Irará. Também é notório que o desemprego entre outros fatores tem contribuído na constante dinâmica de relações sócio espaciais e econômicas no campo. Assim são frutos dessas novas relações socioeconômicas a imigração de jovens camponeses, o processo de proletarização de camponeses e o processo de urbanização da zona rural.

O segundo aspecto a ser analisado no espaço agrário de Irará é o processo de loteamento de terrenos (Foto 2).



Foto 2: Loteamento em comunidades rurais de Irará, 2016  
 Fonte: Andreia Alcântara, 2016.

No município de Irará o loteamento de terras rurais, configura-se como uma das expressões do processo de urbanização da zona rural. Tem contribuído para o loteamento rural a falta de terra em fração suficiente que garanta a reprodução camponesa; a imigração de jovens com a redução da oferta de mão de obra para produção agropecuária; o aumento crescente do custo de produção (incluindo à falta de assistência técnica, insumos e instrumento técnicos de produção); falta de políticas públicas que atendam a necessidade do camponês, como garantia de preço mínimo, o acesso a crédito e mercado para comercialização dos produtos entre outros fatores.

Analisando essa realidade concordamos com Lessa; Tonet (2011) quando afirma que: “O trabalho é o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza. É sempre a objetivação de uma prévia-ideação e a resposta a uma necessidade concreta” (LESSA; TONET, 2011 p.21). A alienação é um processo social e está presente na sociedade de classe. É através da alienação que ocorre a exploração da força do trabalho pelo capital. A concentração da terra e de outros meios de se produzir nela, assim como a falta de oportunidade de emprego no campo, tem gerado condições concretas para o êxodo rural no município de Irará.

A separação dos meios de produção tem “forçado” o camponês a vender a sua força de trabalho como garantia de sua própria sobrevivência. Como consequência dessa relação capitalista a mão de obra camponesa torna-se mercadoria, o

que tem influenciado na mudança de hábitos socioculturais dos camponeses e suas relações sociais com o trabalho.

Ao tecer essas relações capitalistas o Estado configura-se como uma instituição contraditória, pois na medida em que é um instrumento de reprodução das relações sociais, lhes é vedado à possibilidade de tomar medidas que eliminem os problemas sociais. Pois o Estado atua a favor da reprodução do capital (Marx, 2010).

Como não pode sanar a desigualdade de classe o Estado atua com medidas paliativas ou de contenção de revoltas. É nessa instância que são criadas as políticas sociais, como elementos de controle social. Para que dessa forma, o capital continue se apropriando do trabalho dos camponeses.

Nesse sentido Osório (2014) defende:

Falamos de Estado, portanto, para nos referir a uma condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração. O Estado sintetiza interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais o da classe dominante sobre os interesses da classe dominada (OSÓRIO, 2014 p.21).

Neste sentido as relações de poder se manifestam na expropriação do camponês, de sua força de trabalho e da riqueza gerada pela mesma. Esta circunstância tem assumido na sociedade de classe o papel de produzir a propriedade privada, alienando o camponês de sua verdadeira humanidade pela sua inserção no trabalho.

### 3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: DINÂMICAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA:

O município de Irará (BA) possui área de aproximadamente 277 km<sup>2</sup>. Está localizado na microrregião de Feira de Santana e é pertencente ao território de identidade Portal do Sertão<sup>15</sup> (Mapa 3).

MAPA 3: Irará/BA – Mapa de Localização, 2016



Elaboração: Fábيا Antunes Zaloti

<sup>15</sup> O Território de Identidade é uma estratégia de desenvolvimento, que agrupa municípios com afinidades sociais, culturais, históricas, econômicas, geográficas, foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 2003. Entre os critérios de regionalização destacam-se as Condições de acesso rodo-ferroviário e flúvio-marítimo e, também comparação das distâncias entre os municípios; demanda de serviços públicos; relações socioeconômicas definidas pelo fluxo de negócios e a identidade ambiental natural, cultural e étnica

O Território de Identidade do Portal do Sertão é formado pelos municípios de: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

Compõe a região de Irará os municípios de Água Fria, Coração de Maria, Ouriçangas, Pedrão e Santanópolis que são atendidos pelos serviços como saúde, educação, rede comercial, rede bancária entre outros oferecidos pelo município de Irará.

### 3.1 A AÇÃO DO ESTADO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IRARÁ

Segundo Alvarez (2012), o tema das políticas espaciais<sup>16</sup> tornou-se relevante no momento em que passou a representar-se como estratégia do Estado<sup>17</sup>, necessária ao processo de reprodução do capital no atual momento de estruturação do capitalismo.

Para Santos (1984) o espaço é a realidade relacional entre a natureza e a sociedade, mediada pelo trabalho.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 1984, p.5).

O espaço relacional é inventado pelos homens e sua permanência se inscreve em escala de tempo diferente do espaço real (RAFFESTIN, 1993). Segundo Harvey (1980), a relação de propriedade cria espaços absolutos nos quais o controle

<sup>16</sup> Denominamos políticas espaciais as ações de intervenção do Estado através de políticas e ações que envolvam o poder público.

<sup>17</sup> O Estado referenciado no texto assume o papel do poder municipal. Neste contexto o Estado “possui uma condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação de classe” (OSORIO, 2014).

monopolista pode intervir. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque podem ser acessadas de outras formas além da compra, a exemplo o arrendamento, nesse caso o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana.

A produção capitalista do espaço é o resultado da alienação do trabalho construído por meio da apropriação da renda gerada pelo trabalho [...] “O espaço é produzido pelas relações sociais subordinadas ao modo de produção que sustenta a sociedade, sua infraestrutura econômica, a partir da qual se erguem as superestruturas ideológicas, políticas, jurídicas, culturais” (SILVA, 2001 p.19).

Nesse sentido entendemos que o espaço é a própria sociedade. O espaço é a sociedade porque os homens produzem sua existência produzindo o espaço. O espaço se apresenta em múltiplas dimensões, ou seja, a combinação de lugares e relações entre lugares tece uma unidade de espaço, cuja organização em rede forma uma pluralidade de núcleos, que se materializam nas residências, fábricas, construções concretas, possibilitando a existência dos homens (MOREIRA, 2009).

Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as formas, as instituições, o chamado meio ecológico e a infraestrutura. Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trata-se de jovens, de desempregados ou de não empregados. As firmas têm a função essencial na produção de bens, serviços e ideias. As instituições, por seu turno, produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. A infraestrutura é o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminho etc. (SANTOS, 2008, p.16-17).

Para melhor compreender a análise de Santos (1984), na produção e organização do espaço é necessário entender o papel do Estado enquanto poder político e suas implicações na sociedade. Portanto, “a sociedade pode ser entendida como uma rede de poderes que atravessa todos os níveis societários. É no Estado, contudo, que se encontra o núcleo fundamental de articulação e reprodução dessa rede” (OSÓRIO, 2014, p.28).

Nas palavras de Marx (2010 b) o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes sociais que compõem a sociedade civil. Ele e a organização da sociedade não são do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamen-

to da sociedade e repousa sobre a contradição entre vida pública e privada; interesses gerais e os interesses particulares.

Osório (2014) completa o pensamento de Marx (2010 b) na colocação sobre o Estado:

O Estado é muito mais que do que dominação de classe. O estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada (OSORIO, 2014, p.17).

Ainda segundo Osório (2014), o poder político é entendido como uma rede de relações sociais que é administrada pelo Estado, mas tem a capacidade de produzir e se reproduzir a partir de todos os âmbitos da sociedade, seja, econômico, político, cultural ou ideológico.

Como já discutido, o Estado atua em defesa da classe burguesa e é o principal fomentador das lutas de classe. Nesse sentido as políticas espaciais são em sua maioria criadas para atender aos interesses da hegemonia. Entre as principais políticas espaciais criadas para o campo no século XX estão: O Programa de Preço Mínimo (1943) proposto pelo Governo Federal com objetivo de garantir a produção de principalmente culturas domésticas como: feijão, milho, arroz, amendoim, soja e semente de girassol (REZENDE, 1985).

O Programa de Preço Mínimo atenderia aos camponeses, porém, ocorreu à concentração das ações desse Programa na produção de soja e milho, o que favoreceu em maiores proporções os latifundiários.

Outros programas foram elaborados pelo Governo Federal com objetivo de aumentar a produção da monocultura e sua inserção no mercado internacional. As políticas de Aquisição do Governo Federal (AGF), e o Empréstimo do Governo Federal (EGF) foram cruciais na manutenção estabilidade do preço do produto no mercado.

Segundo Singer (2008) o microcrédito chegou ao Brasil na época do presidente Fernando Henrique promovida muito pelo Serviço Social de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Banco foi criado para atender a elite agrária brasileira,

financiando governos ou empreendimentos de grande porte. A burocracia imposta pelo Estado no acesso às políticas de crédito para os camponeses, na maioria das vezes impossibilitava que estes tivessem acesso ao crédito. Porém é relevante destacar que a maior parte do crédito estatal era em benefício do agronegócio.

Conforme já discutido por Andrade (1981), “O latifúndio dispõe de condições para captar grande parte do crédito agrícola subsidiado e de empréstimos fornecidos pelos bancos oficiais” (ANDRADE, 1981, p.84).

A política neoliberal que se iniciou no Brasil (1990) atuou na consolidação da industrialização da agricultura brasileira e na abertura do mercado nacional, tornando o monocultivo de exportação em atividade econômica da produção de mercadorias para o mercado mundial, configurando-se no agronegócio (OLIVEIRA, 2007). A ferramenta de implantação dessa política deu-se pelas ações do Plano Collor e seu confisco temporário do dinheiro depositado nos bancos, e do plano real de Fernando Henrique Cardoso.

O neoliberalismo iniciou uma nova fase de transformação socioeconômica brasileira, onde a produção de alimentos transformou-se em produção de capital. É nesse bojo, que grandes empresas agrícolas principalmente as do ramo da citricultura e da avicultura procuraram inserir as unidades camponesas na produção de monocultivo, construindo assim complexos agroindustriais.

Os grandes monopólios industriais em geral não comercializam a preço justo com camponeses, mesmo em tais condições, esses monopolistas contribuíram para expansão da produção camponesa. Surgindo um camponês ultra especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do mercado. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado (OLIVEIRA, 2007).

As políticas desenvolvimentistas fundamentadas no neoliberalismo defendem a produção de monocultura para o mercado externo. É nessa concepção que surge no período de 1995-2006, políticas de créditos voltadas a camponeses, tais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nessa lógica a inserção dos camponeses no mercado com a oferta de produtos de subsistência, possibilita que o grande capital continue investido na mono-

cultura de importação sem desestabilizar o comércio de alimento no mercado interno.

Entre os programas estabelecidos no período (1995-2006), ganha destaque o PRONAF, por ter sido criado em plena efervescência dos movimentos sociais e sindical rural (1990), em enfrentamento as políticas de desenvolvimento rural adotada pelo atual governo brasileiro. Nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de camponeses rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade (SCHNEIDER, 2006).

Na prática essas políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura agiram na despolitização do camponês enquanto classe, forjando o camponês enquanto pequenos empresários, propondo a construção de empreendimentos rurais ligados à demanda do mercado. Nesse sentido os camponês passaram a não mais reivindicar os meios de produção, a exemplo o acesso a terra, tornando dependentes das políticas externas como garantia de sua reprodução.

As principais políticas agrárias do governo Federal e Estadual têm atuação direta no município de Irará, por meio do poder executivo municipal. O acesso às políticas públicas e programas federais e estaduais evidencia a atuação de agentes políticos no âmbito do governo municipal, a exemplo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Irará (SAMAI). Também são identificadas essas mesmas políticas na atuação de agentes sociais como a Cooperativa dos Produtores Rurais de Irara Ltda (COOPRIL), as Associações Rurais e o Sindicato dos trabalhadores rurais de Irará (STRI).

Segundo Marx (2010b), O poder do Estado representa as classes sociais que compõem e organiza a sociedade civil. O Estado repousa sobre a contradição entre vida pública e privada e sobre os interesses gerais e os interesses particulares da sociedade. Na análise da realidade do município de Irará o papel do Estado se funde com as intencionalidades do poder municipal.

Para levantar essa discussão recorreremos a definição de Estado defendida por Osório (2014), quando ele cita e analisa os elementos contidos nas relações estatais. Nesse sentido o Estado é um conjunto de instituições; Corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; Leis normas e regulamento; uma par-

ticular condensação da rede de relação de poder, dominação força e laços comunitários que atravessam a sociedade.

Ainda segundo Osório (2014)

A presença de instituições, corpo de funcionários, leis e normas que organizam a convivência humana em sociedade pode ser uma exigência marcada pela complexificação da vida societária. Mas damos o nome de Estado apenas quando essa tarefa está atravessada pelas funções de dominação de poder de classes sociais. O elemento específico e essencial do Estado é, portanto, o poder e a dominação de classe (OSORIO, 2014, p.19).

O poder exercido pelo Estado se materializa nas suas ações junto aos demais agentes políticos do município. Assim, são os agentes políticos de Irará em parceria com o poder municipal que garantem o acesso dos camponeses as políticas de compra de alimentos a exemplo do PAA, PNEA. E aos programas de desenvolvimento rural: cisternas artesanais, garantia de safra, crédito emergencial da seca, semeando doação de alimentos e sementes. Esses agentes políticos atuam em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que presta serviços como o acesso às políticas sociais do Bolsa Família, Brasil Carinho, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Os programas de desenvolvimento rural e social têm atuando no município desde 2012, quando foi acionada a intervenção do Estado nas calamidades do período de seca. Nesse sentido, foram contemplados 691 camponeses com a Bolsa Estiagem, onde as famílias receberam um valor de R\$ 400,00 reais que foram pagos em cinco parcelas de R\$ 80,00 reais diretamente no cartão do bolsa família, conforme critérios também estabelecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (SAMAI, 2012).

Também tiveram acesso ao Garantia Safra 804 camponeses onde cada família recebeu um total de R\$ 960,00 reais divididos em sete parcelas, sendo quatro parcelas de R\$ 135,00 e três parcelas de R\$ 140,00. Além da disponibilização pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) de 15 toneladas de semente de milho e feijão para o plantio que foram distribuídas nas comunidades rurais (SAMAI, 2012).

Em 2014 o município de Irará foi contemplado pelo programa Primeira água e segunda água do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O programa Primeira Água é destinado ao uso doméstico que atendeu a 679 famílias das comunidades do município de Irará: Boa Vista, Malhadinha, Mana, Ladeira,

Loja, Arroz, Paramirim, Trindade, Moco, Preguiça, Buril, Rosário, Saco do Capim, Santo Antônio, Barnabé, Brotas II, Fonte do Mato, Tapera Melão, Tabuleiro e Carro Quebrado. Já o programa Segunda Água destina-se a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, esse projeto possibilitou a construção de 114 tecnologias de armazenamento de água no município de Irará (SAMAI, 2014).

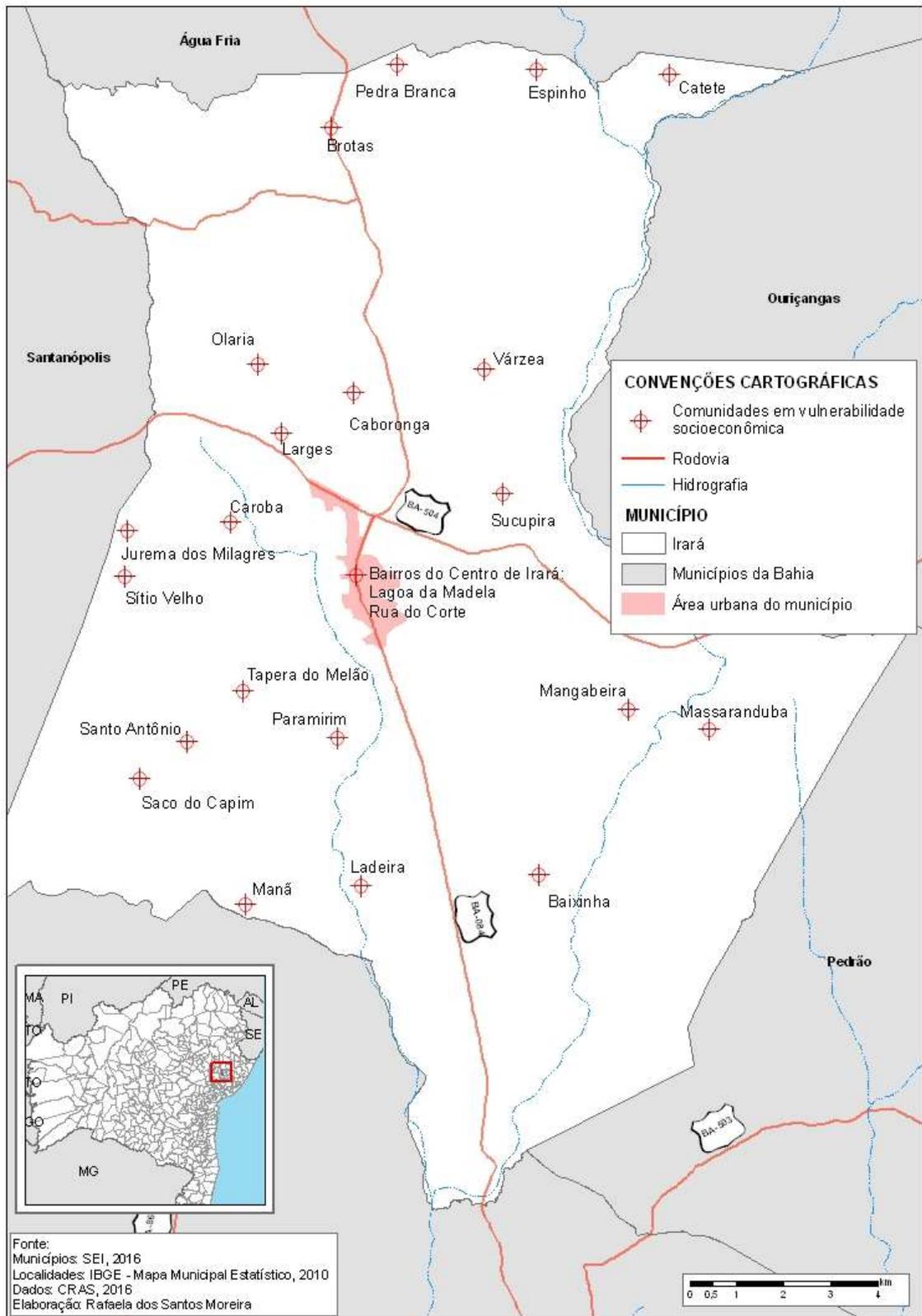
Em relação ao programa social Bolsa Família, ele é direcionado à população que vivem em estado de vulnerabilidade econômica. Assim, no período de 2012 a 2016, o programa tem disponibilizado verba no total de R\$ 63.984.485,00. Sendo que em 2012 o programa disponibilizou apenas 7.627.284,00, já em 2015 foi registrado o valor de 16.739.066,00 aumentando o número de famílias beneficiadas (Tabela 9)

TABELA 9: IRARÁ/BA: Bolsa Família	
Anos	Valor total anual (em Reais por família)
2012	7.627.284,00
2013	12.913.352,00
2014	15.573.314,00
2015	16.739.066,00
2016	11.131.469,00
Total	63.984.485,00

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016), com base em Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

Os programas de desenvolvimento social são executados através do CRAS órgão responsável pelo cadastro de famílias de baixa renda no acesso a políticas sociais. Entre as principais comunidades atendidas pelo programa Bolsa Família destaca-se as comunidades Baixinhas, Olaria, Brotas, Catete, Espinho, Mangabeira, Caroba, Jurema, Santo Antônio, Saco do Capim, Sucupira, Massaranduba, Tapera Melão, Mana, Paramirim, Ladeira, Sitio Velho, Loja, Caboronga, Várzea (Mapa 4).

MAPA 4: Irará/BA – Comunidades de maior vulnerabilidade econômica, 2016



No município de Ipirá as políticas institucionais de comercialização de produtos da agropecuária constitui um dos principais instrumentos da reprodução camponesa. Pois a inserção do camponês no mercado ainda é a maior dificuldade enfrentada na zona rural do município de Ipirá, por eles não terem capacidade financeira para concorrer com o grande produtor, nem de esperar a demanda para escoar sua produção a preço justo.

Os camponeses trabalham com produção em pequena quantidade o que justifica a necessidade de comercializar a produção o mais breve possível para manter o sustento da família. Os atravessadores se apropriam das circunstâncias e adquirem os produtos a custos, por vezes, abaixo do custo de produção. O produtor tem consciência do sistema, mas, por não ter mercado para escoar a produção, submete-se a esse tipo de comercialização. Em que a maior parte dos lucros da produção ficam com os atravessadores.

É partindo desse referencial que constatamos em campo a importância da venda direta dos produtos da agricultura camponesa aos órgãos federais. Em 2012 foi criada a modalidade Compra Institucional do PAA pelo Decreto nº 7.775/2012, regulamentada pelas Resoluções nº 50, nº 56, nº 64 e nº 73 do GGPA. O PAA passou a ser acessado por chamada pública, dispensando o procedimento licitatório. Em 2015 através do decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 foi estabelecido, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30%, destinado à aquisição de gêneros alimentícios de empreendedores familiares rurais, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2016 (MDS, 2016).

No município de Ipirá o PAA iniciou a atuação em 2012. De maneira que entre 2012 a 2014 circulou o montante de R\$ 1.265.500,00 pelo PAA na compra de produtos da agricultura camponesa. Esse programa beneficiou os camponeses das Associação Rural das comunidades do Saco Velho, Candéal, Sobradinho, Saco do Capim, Quebra Fogo, Tapera Melão e Várzea. Os programas não apenas dinamizam a economia municipal, mas também estimulam a produção de alimentos beneficiados. Pois, entre os principais produtos comercializados destacam-se Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca, produtos oriundos de fábricas artesanais (Quadro 2).

QUADRO 2: IRARÁ/BA - Atuação do PAA (2012-2014)				
Anos	Comunidades beneficiadas	Produtos comercializados	Valor em R\$	Comunidades e instituições que receberam doações de alimentos
2012	Comunidades de Candeal e Tapera Melão	Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca	220.000,00	Olaria, Serra do Urubu, Casa Jesus Maria José (CJMJ) e Associação Comunitária da Sucupira (ERVECS)
2013	Associação Rural do Saco Velho, Associação Rural do Candeal, Associação dos Produtores Rurais de Sobradinho, Associação Rural do Saco do Capim, Associação Rural da Região do Quebra Fogo, Associação dos Produtores Rurais da Tapera Melão	Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca	475.200,00	Associação Beneficente dos Moradores do Bairro do Corte, Centro Espírita a Caminho da Luz. Sociedade Cultura Recreativa Beneficente Valverde, Associação Comunitária Rural de Olaria, Pedra Branca, Associação Mantenedora da Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irara(AEFAMI), Casa Jesus Maria José, Associação de Mulheres da Sucupira, Associação Rural da Caroba, Igreja Batista Monte Carvalho de Irara , Associação Evangélica Educadora e Beneficente, Associação Rural e Comunitária da Maçaranduba , Beneficiados: Associação Rural do Pulo do Bode, Sirino ,Associação Rural do Catete, Associação Educacional e Desportiva, Associação Rural do Paramirim, Associação rural do Santo Antônio, Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Bairro da Lagoa da Madalena,
2014	Saco do Capim, Candeal, Tapera Melão, Várzea, Sobradinho	Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca	570.300,00	Não encontramos dados
<b>TOTAL</b>			<b>1.265.500</b>	

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016), com base em SAMAI (2012-2014).

Segundo a Lei Federal nº 12.512 de outubro de 2011, os produtos adquiridos da agricultura familiar são destinados a ações de Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Federal. Em doações de cestas básicas para população em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou à formação de estoque que pode ser comercializado pelas instâncias governamentais (BRASIL, 2011).

No município de Irará os alimentos do PAA foram distribuídos entre as principais entidades que exercem atividade de caráter social, e entre as comunidades de baixa renda. Sendo elas: Associação Beneficente dos Moradores do Bairro do Corte, Centro Espírita a Caminho da Luz, Sociedade Cultural Recreativa Beneficente Valverde, Associação Comunitária Rural de Olaria, Associação Comunitária de Pedra Branca, Associação Mantenedora da Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (AEFAMI), Casa Jesus Maria José, Associação de Mulheres da Supupira, Associação Rural da Caroba, Igreja Batista Monte Carvalho de Irará, Associação Evangélica Educadora e Beneficente, Associação Rural e Comunitária da Maçaranduba, Beneficiários: Associação Rural do Pulo do Bode, Sirino, Associação Rural do Catete, Associação Educacional e Desportiva, Associação Rural do Parmerim, Associação rural do Santo Antônio, Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Bairro da Lagoa da Madalena.

Outro mercado institucional acessado pelo município é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O acesso ao PNAE é mediado pela COOPRIL em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

O programa Nacional de Alimentação Escolar através do Art. 14 da Lei nº 11.947, de 16/06/2009 estabeleceu uma cota mínima de trinta por cento (30%) na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ou Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FNDE, 2013).

Dessa maneira o PNAE representa no município em estudo não só uma das garantias no escoamento da produção camponesa. Mas também é uma estratégia de desenvolvimento agrário municipal com a autonomia camponesa a partir do viés econômico. O programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2013 a 2016 possibilitou circular no município de Irará o valor de R\$ 472.014,44.

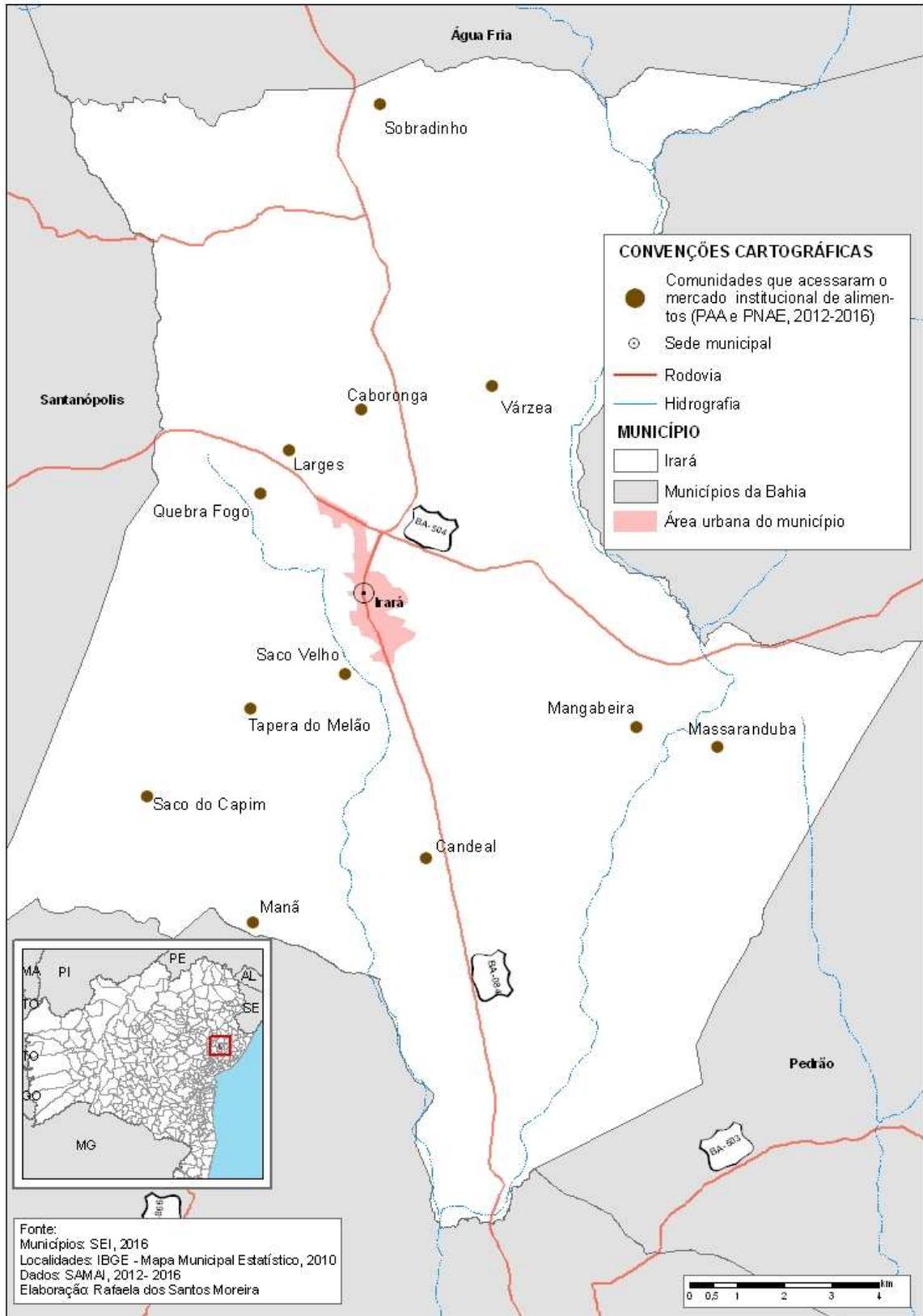
Entre as comunidades que foram contempladas com o acesso ao mercado institucional do PNAE destacam-se: Tapera Melão, Centro, Mangabeiras, Candeal, Saco Velho, Loja, Sobradinho e Saco do Capim, Manã, Saco Velho, Loja, Laje, coboranga, Manã e Massaranduba. Nessas comunidades os alimentos da agricultura camponesa fornecidos para a alimentação escolar são alimentos *in natura* e/ou artesanalmente beneficiados, ou seja, são produzidos nas casas de farinha domiciliar ou em cozinhas comunitárias.

Os principais alimentos fornecidos para o PNAE no período de 2013 a 2016 foram: Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca, abóbora, aipim, batata doce, beiju de tapioca, biscoito de goma, biscoito de fécula, couve, coentro, cebolinha, laranja, melancia, milho verde, quiabo, tangerina, tempero seco caseiro, aipim, alface, cenoura, beiju seco com coco, beiju recheado, couve, espinafre, feijão, quiabo (Quadro 3) e (Mapa 7).

QUADRO 3: IRARÁ/BA - Atuação do PNAE (2013-2016)			
Anos	Comunidades produtoras	Valor em R\$	Produtos comercializados
2013	de Tapera Melão, Centro - Mangabeiras, Candeal, Saco Velho, Loja, Sobradinho e Saco do Capim	37.521,90	Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca
2014	Manã, Candeal, Saco Velho, Loja, Saco do Capim, Sobradinho, Tapera Melão	43.582,80	abóbora, aipim, batata doce, beiju de tapioca, biscoito de goma, biscoito de fécula, couve, coentro, cebolinha, farinha de mandioca, farinha de tapioca, laranja, melancia, milho verde, quiabo, tangerina, abóbora, tempero seco caseiro
2015	Laje, candeal, coboranga, manã, tapera melão, sobradinho, saco do capim, tapera, massaranduba, saco velho,	302.988,92	Beiju, bolachinha, coentro, farinha, laranja,
2016	Não encontramos dados.	87.920,82	abóbora, aipim, alface, batata doce, beiju seco, cenoura, beiju seco com coco, beiju recheado, biscoito de goma, biscoito de fécula, coentro, batata doce, couve, espinafre, farinha de mandioca, farinha de tapioca, feijão, laranja, quiabo.
<b>Total</b>		<b>472.014,44</b>	

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016), com base em SAMAI (2012-2016).

MAPA 7: Irará/BA –Comunidades que acessaram o mercado institucional de alimentos (PAA e PNAE) em 2012-2016



No município de Iará o Banco do Nordeste junto ao Banco do Brasil atende ao camponês através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O governo federal através do PRONAF disponibiliza crédito subsidiado a juros de 2% ao ano, para os camponeses que pagarem a dívida no prazo estipulado pelo banco, a dívida pode ser reduzida em até 25% do valor total. Portanto a linha de microcrédito de maior amplitude no município de Iará é o PRONAF Grupo “B” essa é direcionada aos camponeses de baixa renda que desenvolvam atividades produtivas no meio rural, e que possua renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00.

O acesso ao microcrédito do PRONAF é um desafio dos camponeses do município de Iará, a linha de crédito está disponível no município desde o ano 2000, porém o número de camponeses que tem acesso ao crédito ainda é limitado. Essa limitação é justificada pela burocracia estatal e a dificuldade do camponês em apresentar a documentação exigida pelo programa. No município de Iará a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Associações Rurais exercem o papel de mediação entre o camponês e acesso ao PRONAF.

O camponês que tem interesse em acessar o microcrédito do PRONAF B, deve em primeiro lugar decidir um tipo de cultivo a ser financiando. Na maioria das vezes essa escolha é complexa, pois o camponês trabalha com uma agricultura diversificada, a especificação de um produto na unidade camponesa limita a diversidade e fragiliza a manutenção da agricultura camponesa. Em segundo lugar, a família deve procurar o Sindicato Rural para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é uma espécie de identidade do camponês, pois é ela o documento do registro da pequena propriedade.

Em terceiro lugar o camponês deve procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do município para elaborar o Projeto Técnico de Financiamento. Esse projeto deve atender a demanda do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que na maioria das vezes é distinta das necessidades do camponês.

No município de Iará além das dificuldades do camponês em cumprir as exigências do PRONAF, outros fatores se somam para contribuir com o pouco acesso ao programa. Entre esses fatores está a falta de conhecimento por parte dos camponeses de como funciona e como acionar o programa. Outro fator é a deficiência

em assistência técnica. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, não disponibiliza assistência técnica para a agricultura camponesa. Do mesmo modo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais também não possui equipe técnica que possa atender aos camponeses do município.

Dessa maneira a inserção dos camponeses em programas de crédito foi intensificada a partir do trabalho da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter). A instituição passou a atuar no município de Irará em 2003, exercendo atividades formativas com camponeses com o objetivo de facilitar seu acesso ao crédito PRONAF (Tabela 10). A instituição também passou a trabalhar com assessoria técnica para escrita de projeto de financiamento do PRONAF e com assistência técnica em unidades camponesas do município.

TABELA 10: IRARÁ/BA Atuação do PRONAF (1999-2015)			
Safra	Quantidade de Contratos	Valor em R\$	Valor médio dos contratos
1999/2000	159	314.023,00	1.975,00
2000/2001	-	-	
2001/2002	-	-	
2002/2003	11	11.181,00	1.016,00
2003/2004	3	2.953,00	984,00
2004/2005	260	298.485,00	1.148,00
2005/2006	8	15.608,00	1.951,00
2006/2007	500	814.343,00	1.628,68
2007/2008	511	803.406,00	1.572,00
2008/2009	447	648.368,00	1.450,00
2009/2010	530	1.015.516,00	1.916,00
2010/2011	588	1.066.925,00	1.814,49,00
2011/2012	572	1.263.066,00	2.208,15,00
2012/2013	872	1.911.308,00	2.191,86,00
2013/2014	898	2.423.317,00	2.698,57,00
2014/2015	1.607	2.366.560,00	1.472,65,00
Total	6.966	12.955.059,00	12.955.059,00

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016) com base em Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

Mesmo com as dificuldades de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e com os baixos valores adquiridos por unidade camponesa, o PRONAF tem injetado no município de Irará, no período de 2000 a 2015, o valor de R\$ 12.955.059, contribuído assim na circulação do capital municipal.

Observa-se que o capital financeiro através das políticas estaduais de desenvolvimento social e agrário tem contribuído para a circulação do capital no município de Irapá e tem contribuído na manutenção da agricultura camponesa.

### 3.2 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

A consideração do papel do Estado é importante. Porém, as outras instituições de caráter político e aglutinador de massa não podem ser desprezadas numa análise da produção do espaço. Pois são estas instituições que exercem a ação concreta na sociedade. A própria explicação do desenvolvimento desigual no espaço encontra na dialética essas instituições e seus aparelhos uma de suas explicações (SANTOS, 2005).

Dessa forma o poder político exerce papel de rede de relações sociais e tem como instrumento mediador o poder exercido pelo Estado. Este tem a capacidade de produzir e se reproduzir a partir de todos os âmbitos da sociedade sejam econômicos, políticos, cultural ou ideológico. Nesse sentido é no Estado, que se encontra o núcleo fundamental de articulação e reprodução dessa rede (OSÓRIO, 2014).

Em Irapá são as associações de produtores rurais, o sindicato de trabalhadores rurais e a cooperativa atuam na organização social dos camponeses, o que facilita o acesso desses camponeses ao mercado de comercialização da produção agropecuária. Desse modo, no município as 32 associações rurais existentes, atuam na organização dos produtores, na procura aos incentivos a créditos, negociação de dívidas, comercialização da produção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em outras redes comerciais.

A primeira associação rural foi construída em 1980 na comunidade do Juazeiro com o objetivo de organizar o camponês e possibilitar o acesso ao escoamento da produção com melhores transações comerciais (OLIVEIRA, 2004)

A associação rural do município de Irapá foi insuficiente para cumprir o papel de organização da produção, assim como seu direcionamento para o mercado de comercialização. Entretanto, constitui-se como instrumento fundamental da organização dos camponeses.

Na perspectiva de suprir a demanda dos camponeses no que se refere ao mercado, que surgiu a necessidade de construir o Sindicato dos trabalhadores rurais do município de Irará, sendo construído em 1987 (OLIVEIRA, 2004). O sindicato dos trabalhadores rurais exerce ações de mediação entre os camponeses e políticas estaduais de desenvolvimento rural e da previdência social, auxiliando a concessão dos camponeses em tais políticas e programas.

No entanto, sua atuação no enfrentamento político e na busca por conquistas socioeconômicas estão fragilizadas pelas práticas e estreitamento de relações com a institucionalidade.

Em trabalho de campo percebe-se que o sindicato dos trabalhadores rurais não atua na organização dos camponeses para a luta combativa e coletiva de massa, antes se dedica em uma luta sem o apoio do povo (sem a participação dos camponeses) junto à prefeitura do município numa atuação conjunta com o objetivo de preterir o acesso às políticas espaciais via o Consórcio Público Portal do Sertão<sup>18</sup>.

O papel do sindicato no início de sua construção era combativo. Exercia o papel de articulação dos trabalhadores para as mobilizações de massa, através de marchas reivindicativas. Atualmente é via institucional. A pauta de reivindicação é levada para ser discutida por meio do consórcio Público Portal do Sertão. “O consórcio tem o CNPJ. Os movimentos sociais (associações, cooperativa, sindicato) sozinhos não conseguem acessar as políticas, mas quando entra a prefeitura através do consórcio aí consegue acessar as políticas” (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará, 2015).

A submissão dos sindicatos ao Estado é um fato histórico Brant (1981) trouxe a tona essa discussão e concluiu que a consolidação das leis do trabalho (CLT) de 1943 enquadraram grande parte das organizações sindicais em uma estrutura que os tornavam submisso ao Estado.

---

<sup>18</sup> Instalado em abril de 2010, o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão é uma associação pública de direito público (autarquia), constituído com base no art.41, IV, do Código Civil Brasileiro e na Lei Federal 11.107. O consórcio atua desenvolvimento de políticas públicas para os municípios do território de identidade Portal do Sertão. De acordo com seu estatuto e o protocolo de intenções apresenta como finalidades: elaborar estudos e debates sobre o desenvolvimento; desenvolver ações nas áreas de infraestrutura, transporte, saneamento básico, turismo, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. Disponível em <http://www.portaldosertao.ba.gov.br/o-consorcio.php>. Acessado em 20/09/2016.

O reconhecimento do Sindicato enquanto uma instituição legal configurou-se como uma estratégia do Estado para enfraquecer as organizações populares. Assim o Estado passou a ditar as formas de organização dos sindicatos aniquilando as forças de reivindicação de massa e apresentando a reivindicação institucional. A definição dos sindicatos como “órgãos auxiliares do Poder público”, não expressa apenas a intenção de domínio por parte das classes dominantes, mas também o desvio de conduta do próprio sindicato como instituição de defesa dos interesses da classe trabalhadora (BRANT, 1981).

Ainda dialogando com Brant (1981)

A estrutura em forma de pirâmide truncada no ápice, estabelecido pela CLT, somaram-se outros dispositivos destinados a tolher os movimentos de solidariedade, entre os quais a proibição de greves de apoio, a interdição de empréstimos ou doações financeiras de um sindicato a outro, a proscrição dos pactos interprofissionais para campanhas conjuntas (BRANT, 1981, p. 33).

Nessa mesma perspectiva Thomas Junior (2002) discute que as novas formas de gestão do trabalho na produção debilitam o ideário fundado nas estratégias de classe, fomentando posturas sindicais neocorporativas e propositivistas, prevalecendo os interesses por empresas, fragilizando assim consideravelmente a capacidade de negociação e organização dos sindicatos. Nesse sentido o capital não somente está se apropriando da subjetividade organizativa dos movimentos sociais, mas também de sua capacidade de indignação.

No município de Iará a primeira experiência com a organização de agricultores em cooperativa foi em 1940, quando instituída a Sociedade dos Agricultores de Iará, que passou a ser chamada de Cooperativa Mista Agrícola de Iará (A NOITE, 1943). Essa cooperativa tinha por objetivo facilitar a participação da elite agrária de Iará na divulgação e comercialização da pecuária bovina.

Somente no ano de 2005, os camponeses consolidaram a Cooperativa dos Produtores Rurais de Iara Ltda (COOPRIL), com objetivo de atender as necessidades e demandas dos camponeses de Iará, tanto na organização da produção, quanto na divulgação e comercialização dos produtos da agropecuária. Contudo, a COOPRIL só passou exercer as atividades de comercialização em 2012.

As cooperativas são instrumento de defesa dos camponeses contra os comerciantes atravessadores que adquiriam a produção do camponês a preço que por

vezes eram abaixo do custo da produção, essas relações comerciais constantemente levavam o camponês a proletarização. Desse modo, as cooperativas ofereciam as vantagens da compra/venda rompendo com o subjugo do camponês ao mercado informal (OLIVEIRA 2007).

A Coopril é um instrumento de defesa da agricultura camponeses do município de Iará. Porém, sua atuação constitui elementos contraditórios, ou seja, é objeto de conflitos sociopolíticos entre os agentes políticos envolvidos em sua construção e os próprios camponeses. A Coopril possui o espaço físico (prédio), porém não tem o corpo administrativo para que ela possa atuar com plena autonomia.

Dessa maneira, a Coopril tornou-se uma instituição com sede flutuante na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Iará. A SAMAI foi constituída em 2007, mas, somente em 2009 passou a exercer suas atividades. Entre as atividades exercidas pela SAMAI estão as relacionadas à organização dos agricultores no sistema associativista e cooperativista. Nessa perspectiva, também constitui atividade da SAMAI, desenvolver ações e apoiar as iniciativas de Assistência Técnica para agricultores, possibilitar o acesso às políticas espaciais voltadas ao desenvolvimento da agricultura e desenvolver projetos de proteção ao ambiente urbano e rural (SAMAI, 2012).

Outro instrumento de controle das políticas estaduais é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) este conselho é formado por movimentos sociais de Iará (sindicato dos trabalhadores rurais e COOPRIL) e por instituições governamentais (SAMAI, Prefeitura e a EBDA).

O conselho é responsável pela construção do plano municipal de desenvolvimento sustentável. No município de Iará o conselho exerce a função de fiscalizar e controlar a aplicação de políticas públicas. Também é tarefa do conselho a mediação de políticas fundamentais para a manutenção das unidades camponesas como o programa de acesso a Sementes, Garantia Safra e o Bahia Produtiva.

No município de Iará é perceptível a força do Estado e suas estratégias de concentração do poder por meio do domínio social, que se manifesta no controle do acesso da classe camponesa as políticas públicas, e também quando dita quem pode ter acesso a elas. O poder político é manipulado em rede pelas instituições abai-

xo do Estado, mas quem controla essa dinâmica formando os nós do poder é o Estado.

Dessa forma a cooptação de instrumentos sociais pelo Estado, é mais um exemplo de subordinação da classe trabalhadora aos ditames do Estado capitalista, que na maioria das vezes representa os interesses da classe hegemônica. Nesse sentido o “Estado é uma alienação da sociedade civil: os indivíduos em vez de exercerem diretamente o poder de decisão, alienam esse poder para a esfera estatal” (MARX, 2010, p. 17a).

Parafraseando com Bogo (2010) a “palavra alienação se origina da palavra Alius, que quer dizer separar. Logo, toda teoria que não reflete a realidade em que estamos inseridas, nos afasta dela. Coloca-nos ilusoriamente em outro mundo que não é aqueles que precisamos compreender e transformar” (BOGO, 2010, p.166).

No município de Iará as lutas sociais estão drenadas pelo poder do Estado. Os sindicatos dos trabalhadores rurais atuam diretamente com o poder municipal através das lutas institucionais. Estas são importantes, mas não podem ser as únicas a serem enfrentadas pela classe trabalhadora, é preciso o enfrentamento direto por conquistas de direitos sociais.

A ideia de que o estado burguês expressa conquistas dos dominados através do direito a greve, sindicalização, partidos populares, deve ser entendida, como de fato o são. Conquista da classe trabalhadora através da luta organizada (OSÓRIO, 2014). Esses instrumentos podem se tornar mais um viés do poder estatal para controle do povo, é preciso maturidade e resistência para não se deixar cooptar, e realmente fazer jus as conquistas da classe trabalhadora.

Nesse sentido Osório, (2014) discute:

O Estado capitalista não é a melhor nem o mais fundamental lugar para as classes dominadas acumularem força, já que isso presumiria desconhecer a unidade de classe do Estado e assumir, portanto, ideia de uma desarticulação que tornaria possível a coexistência de duplos poderes em seu interior (OSÓRIO, 2014 p.52).

O reconhecimento dos sindicatos enquanto instituição legal de representação da classe trabalhadora, limita a liberdade de ações combativas das associações, pois essas passaram a não mais serem apoiadas em suas manifestações de massa pelo sindicato. “A reivindicação dos sindicatos foi muitas das vezes, voltadas para a

regulamentação legal, procurando-se mais a proteção do Estado do que a pressão direta sobre os patrões” (BRANT, 1981, p. 37).

As associações dos trabalhadores rurais do município de Irará são representações concreta de organizações sociais populares, ou seja, é o espaço onde camponeses se reúnem para tomar decisões e deliberar ações referentes a produção agropecuária e/ou de cunho sociopolítico.

É nas associações que se concretizam as relações políticas, onde o Estado usando de sua “artimanhas” criam sua base política a partir de “favores”, que deveriam ser direitos sociais garantidos ao povo. Porém, tais “favores” configuram-se como instrumentos de alienação social.

Dialogando com Bogo (2010):

Na sociedade há muita convivência com as coisas imediata e pouca convivência com a cultura política; isso descompromete os seres sociais da responsabilidade com o destino coletivo. A representação é a doença da modernidade; ela trouxe junto com a república o desejo do cidadão de ser representado. Delega o poder para se submeter. (BOGO, p.156,2010).

No município de Irará a maior parte das diretorias das associações assumem o poder máximo da instituição. Esse poder é delegado pelos associados que se sentem representados por indivíduos e se colocam em posição de conforto, não assumindo as demandas coletivas, ou não contribuindo para que a gestão seja democrática.

Ainda dialogando com Bogo (2010), as organizações populares clássicas diminuíram o potencial de enfrentamento, como é o caso dos sindicatos e das associações, mas não significa que as forças sociais perderam o ânimo para a transformação social, pode está em estado de latência.

Segundo Junquilha (2007), a legitimidade de poder no município de Irará está baseada na tradicional patrimonialista. Ou seja, pelos parâmetros utilizado pela autora na análise da legitimidade do poder, teve como resultado os seguintes dados: em relação as Crenças estabelecidas - o prefeito tem a política no sangue, nasceu para o exercício do poder. Forças dominantes - os parentes e amigos do prefeito tem grande influência sobre a administração da cidade; Institucionalização - a população tem um papel social passivo pois não acredita em mudança na política da cidade.

Em relação à dinâmica de poder, Junquillo (2007) chegou à conclusão que no município de Iará predomina o clientelismo. Os parâmetros de análise da autora foram os seguintes: estrutura (os cargos da estrutura de governo são ocupados por apoiadores de campanha, amigos e/ou parentes do prefeito); lógica de ação (a administração está voltados para atender os interesses de alguns grupos de indivíduos); tomada de decisão (o prefeito toma as decisões a partir da pressão das pessoas que o apoiaram em sua campanha eleitoral); articulação política (as relações políticas giram em torno da troca de favores por apoio políticos e econômicos); mecanismos de participação (a participação popular está limitada ao balcão de pedidos ao prefeito).

O Estado, através da sua rede política concentra as ações e poda as relações sociais, assim como a organização de movimentos sociais. A concentração do poder está representada pela concentração de políticas públicas ou estaduais e pelo acesso da classe trabalhadora a serviços básico de saúde, educação, lazer.

No Plano municipal de Iará, 2012 a relação de subordinação dos camponeses aos representantes do poder Municipal foi exposta como forma de repúdio as ações de repressão social.

A política institucional deixa de ser social para ser partidária, favorecendo pequenos grupos. Esta situação é explicada por fatores como a falta de compromisso das lideranças políticas com os interesses do município, a ausência de uma visão estratégica e de um planejamento participativo das ações, o desconhecimento das leis e dos direitos pelos cidadãos e cidadãs de Iará, a falta de participação política da população, o governo que não se preocupa com o povo, a manipulação, a falta de liberdade de expressão, o desconhecimento da palavra política, a atitude de dependência, a falta de compromisso com o bem comum, a desonestidade, a omissão da Constituição e a formação de alienados (PMDLS, 2012 p.26).

No município de Iará a transparência de prestação de conta do poder executivo é um instrumento contraditório. Pois essas são feitas através de portarias, leis, licitações, instrumentos que carecem de conhecimentos específicos na área da administração, para serem entendidos. Dessa forma, a burocracia não está apenas no acesso às políticas públicas, mas também no acesso as informações e prestações de conta do poder municipal.

Nesse sentido, Dantas (2014) discute que o primeiro ato do Legislativo na fiscalização das prestações de contas deveria acontecer durante a construção da Lei Orçamentária Anual (LOA), esse ato direciona os gastos do Executivo e distribui as

receitas futuras. Estas ações deveriam ser realizadas com a presença da população com ampla discussão das necessidades socioeconômicas locais. No entanto, o que ocorre no município de Irará é que o poder municipal envia o projeto orçamentário com as solicitações de serviços à Câmara municipal. Essa não aciona os representantes da sociedade civil e aprova a LOA sem qualquer tipo de discussão com a sociedade.

Segundo o art. 74, § 2º, da Constituição Federal estabelece: “Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”. Portanto, a sociedade tem o direito de fiscalizar a atuação das verbas dos poderes Federais, Estaduais e Municipais no âmbito da sociedade civil, seja destinado à produção agropecuária, saúde, educação, esporte e lazer.

Conforme Dantas (2014), o Prefeito aplica o percentual mínimo obrigatório em Saúde, esse ato rebate diretamente na qualidade de vida da população do município de Irará. O município conta com apenas um hospital maternidade com atendimento precário, pois faltam os aparelhos necessários ao atendimento especializado.

As doenças mais freqüentes da população do município de Irará são a hipertensão, diabetes, doenças psicológicas, depressão, verminose, anemia falciforme, dengue e desidratação (trabalho de campo, 2015).

Entre as principais causas das doenças citadas anteriormente, estão o não acesso a alimentação saudável, a falta de atividades de lazer e esportiva. Nesse sentido, as questões econômicas perpassam por essas dificuldades, pois, a instabilidades econômica das famílias reverbera nos hábitos alimentares inadequados, na ausência de lazer, no sedentarismo e falta de atividade esportiva. Tais situações sociais perpassam o âmbito da saúde e/ou da infra-estrutura, tornando a saúde um elemento integrador das questões políticas, sociais e econômicas.

A secretaria de saúde do município de Irará atua em conjunto com a secretaria de assistência social. Dessa maneira os agentes comunitários de saúde promovem dentro da área de saúde programas de ação social como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família PAIF.

Raffestin (1983) discute que o poder permeia as relações sociais tornando complexa a distinção do poder político, econômico, cultural ou ideológico. Portanto o poder é inerente às relações, e pode ser um instrumento de manipulação dos fluxos que atravessam e desligam essas relações.

No município de Irará o poder estatal é visível e permeia as comunidades rurais. Assim o município possui 99 comunidades rurais camponesas 4 povoados e um distrito (SAMAI, 2014), que em sua maioria trabalha com a agricultura tradicional. “Essa é uma forma de produção que compreende os fatores agro-ecológico e sócio-econômico de grupos de agricultores específicos e agroecossistemas locais” (ALTI-ERI, 2004).

Na agricultura destaca-se a produção de mandioca, principal produto da economia iraraense. Enquanto no artesanato utilizam-se da argila, cipó e palhas de coqueiro, dendezeiro e palmeiras na confecção de cestas, chapéus, vassouras e diversos objetos de argila a exemplo prato, panela, jarra e outros.

Segundo Oliveira (2007), a reprodução do campesinato está subordinada em três instâncias, na primeira estão os proprietários de terras que especulam com a terra-mercadoria, esses ao venderem a terra em pequenas frações criam contraditoriamente possibilidades para que camponeses consigam ter acesso à terra. A segunda instância está o Estado, que atua através das políticas públicas na manutenção do campesinato e na terceira instância nasce no seio do próprio campesinato e é incorporado pelo Estado, diz respeito à formação das cooperativas no campo.

### 3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA DINAMIZADORA DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IRARÁ

No município de Irará a inclusão dos camponeses nas políticas de crédito rural e na construção de empreendimento rurais ou nos complexos produtivo iniciou em 2003 com os trabalhos da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter).<sup>19</sup> A

---

<sup>19</sup> A CEDITER iniciou suas atividades na fase final do Regime Militar, em janeiro de 1982, quando estava reunido em Feira de Santana o Presbitério do Salvador, concílio que congregava 11 Igrejas da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, no Estado da Bahia (Capital, Recôncavo e o Sertão). Duas situações exigiam a criação da CEDITER; a) a forte seca de 5 anos que assolava o Nordeste, e, b) graves conflitos de terra, com a presença truculenta dos grileiros que perturbavam pequenos agricultores,

instituição foi à pioneira na experiência de ATER no município. As atividades da Cediter foram executadas através do Projeto Criação de Bases para o Desenvolvimento Rural Integrado que iniciou em 2003 no município de Iará e região.

Esse projeto teve por objetivo à melhoria da qualidade de vida dos agricultores. A instituição tem como “missão, promover a melhoria das condições de vida dos (as) produtores (as) familiares, qualificando-os para a gestão dos empreendimentos produtivos sustentáveis no interior da Bahia” (CEDITER, 2006).

A Cediter atua em rede através do apoio de instituições públicas e privadas a exemplo a ONG Belga do Instituto de cooperação Belgo-brasileiro para o Desenvolvimento Social (Disopbrasil), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia (FETRAF), Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), a Cooperativa de Crédito (SICOOB-CREDITE) e a Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura (CONAB), União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos (UNISOL), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Rede das Escolas Famílias Agrícola Integradas do Semiárido de Feira de Santana (REFAISA), Rede Parceiros da Terra (Reparte), Base de Serviço de Economia Solidária (BASOL), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e o Centro Público de Economia Solidária da Bahia (Cesol).

As atividades da Cediter têm por objetivo o desenvolvimento sustentável da região, através da organização do processo de produção e comercialização dos produtos da agricultura camponesa, fortalecendo os empreendimentos coletivos na perspectiva da melhoria e aumento da renda dos produtores. Promover ações associativistas e cooperativistas que fortaleçam a intercooperação entre os empreendimentos produtivos; estruturar os espaços coletivos de produção e comercialização dos empreendimentos; constituir um fundo solidário para investimento no processo produtivo (CEDITER, 2006).

---

membros das Igrejas de laço, na Chapada Diamantina, e de Sítio do Mato, no Médio São Francisco. No começo a sigla CEDITER era traduzida por COMISSÃO EVANGÉLICA DOS DIREITOS DA TERRA, até março de 1998. Desse ano em diante a sigla passou a significar: COMISSÃO ECUMÊNICA DOS DIREITOS DA TERRA, passando a ser uma ONG (Organização Não Governamental). A CEDITER sempre teve uma equipe ecumênica, contando com a participação de presbiterianos, católicos, metodistas e outros.

A Cediter atua no espaço agrário do Município de Iará através da economia solidária, construindo as bases para fortalecimento da agricultura familiar, que contraditoriamente terce as bases para reprodução do campesinato no município. Os princípios da economia solidária são distintos aos do campesinato. Aquele tem por base inserção do agricultor ao mercado. Este, tem por princípio a produção para subsistência e geração de renda que possibilite sua reprodução dignamente com garantias de direitos básicos. Não se trata de negar o mercado, mas sim de determinar valores sociais que são além dos interesses mercadológicos.

Segundo Mercadante (1997), a economia solidária não se opõe à busca da competitividade, mas teria como meta enfrentar a desigualdade social e o desemprego em massa. Mecanismos como o crédito solidário, viveiros para micro e pequenas empresas, programas de requalificação profissional, políticas de geração de emprego e renda, a formação de cooperativas com base na economia popular de subsistência, são ações fundamentais para reparar as desigualdades sociais no Brasil.

Para Singer (2008) a economia solidária é entendida como:

Modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto (SINGER, 2008 p. 2).

Nesse sentido não negamos que a economia solidária busca mecanismos que propiciam a construção de uma sociedade justa e sem exploração humana. Todavia, ao construir essa sociedade ideal não nega o sistema capitalista, antes busca uma reforma para atuar por dentro do capitalismo buscando um consumo solidário e que seja beneficiário das classes populares.

Dessa forma, Mance (1999) discute.

O consumo solidário apresenta novas relações de produção que subvertem as relações de produção capitalistas e que expandindo-se em redes, multiplicando suas células por toda a parte incorporando ao processo produtivo e de consumo ao excluído do capital, poderá fortalecer-se ao ponto de avançar em transformações não apenas econômicas, mas políticas e culturais que extrapolam as fronteiras nacionais e regionais, promovendo o surgimento de novas relações de produção pós-capitalistas uma sociedade centrada na colaboração solidária (MANCE, 1999 p.34).

No campesinato busca-se meios de vida que diminuam a dependência externa e possibilite a autonomia produtiva do camponês diminuindo assim o consumo e ampliando a produção, construindo a sustentabilidade socioeconômica.

Gaiser (2003) discute que a economia camponesa é um caso ilustrativo das formas sociais de produção, com traço peculiar comum, ou seja, relações de produção de base na unidade familiar e na posse parcelar da terra. Na mesma perspectiva Petersen (2013) define a diferença entre a racionalidade da agricultura empresarial e a agricultura camponesa. Nesse sentido a diferença se dá pelas características de mercado da agricultura empresarial calcada em regras comerciais. Enquanto a agricultura camponesa valoriza o uso cuidadoso dos recursos endógenos aos territórios rurais, gerando assim estilos de produção conectados com as realidades sócio ecológicas e culturais dos seus territórios.

O conceito de campesinato associa-se sobretudo a um conteúdo político e ideológico. Ele representa um contexto histórico, uma especificidade de funcionamento e organização da unidade produtiva, caráter familiar do trabalho, ou seja, ele expressa suas próprias leis de movimento da economia (PORTO e SIQUEIRA, 1997).

Assim o campesinato é expressão de uma classe social que não se resume à sua dimensão dada somente pela objetividade, mas nos remete a um amplo espectro de subjetividade, sinalizado pelas esferas da política, da ideologia, pelo universo reflexivo. O campesinato se forja como classe que tem seu horizonte nas lutas emancipatórias da classe trabalhadora (THOMAS JUNIOR 2002).

Nesse sentido os princípios do campesinato apresentam certa distinção quando comparado aos princípios da economia solidária. A economia solidária atua em rede através do Fórum Brasileiro da Economia Solidária que abrange a maior parte de empreendimentos de economia solidária. A rede busca romper os limites locais e regionais, geográficos-políticos atuais, desconsiderando os limites dos países como contornos bloqueadores de sua expansão e agregação de consumidores e produtores nos mercados solidários (MANCE, 1999).

Nesse sentido, e com o objetivo de extrapolar os limites geográficos e estabelecer redes solidárias que ONGs e instituições de caráter público e privado, estabelecem conexões socioeconômicas visando o desenvolvimento de atividades de

cunho social em redes. Segundo Dias (1995) “as redes surgem como condição que se impõem a circulação crescente de tecnologia, de capitais, e de matéria-prima, em outras palavras, a rede aparece como um instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar” (DIAS, 1995 p.147).

A ideia da rede põe em evidência a realidade complexa das interações espaciais, resultantes do conjunto das dinâmicas entre lugares. As redes representam recortes espaciais possíveis para compreender a organização do espaço contemporâneo (DIAS, 2005).

No município de Iará a rede de economia solidária se fortalece através da atuação de órgãos de fomento a pequenos empreendimentos da economia solidária a exemplo a Base de Serviço de Economia Solidária (BASSOL), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), Consulado da Mulher e a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter) que desenvolvem ações na região voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, e principalmente para a inclusão de jovens e mulheres nos espaços de economia solidária, contribuindo com a geração de trabalho e renda. Esses órgãos contribuem com financiamentos ou na execução de projetos na formação de grupos produtivos. Ou seja, coletivos de produção que compõem a rede de economia solidária na região do Portal do Sertão.

Conforme Worren (2005):

Coletivo em rede refere-se à conexão em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações buscar apoio solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta, como são por exemplo, os links e conexões que ONGs promovem entre si ou com os outros políticos relevantes, através da internet ou de outras formas da mídia alternativa. Estes coletivos podem se constituir em segmento ou subsegmento (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais. Formando assim as redes coletivas identitárias a exemplo as redes de movimentos feministas, fóruns virtuais, (WORREN, 2005 p.36).

No município de Iará a Cediter ao territorializar-se vem atuando como principal fomentador no fortalecimento da região de Iará. Com isso não apenas fatores geográficos, físicos e sociais, culturais aproximam os municípios de Água Fria, Coarção de Maria, Ouriçangas, Pedrão e Santanópolis ao município de Iará, mas também a conexão da rede de economia solidária reafirma e fortalece a unidade regional.

O município de Irará exerce o papel de nó nessa rede, configurando-se como polo em relação à prestação de serviços a exemplo de saúde, educação, rede comercial, rede bancária entre outros. Outro fator que fortalece a concepção de Irará enquanto polo, centralidade, ou região é que a Comarca judicial tem como sede o município de Irará, situando-se no prédio do fórum desse município, mas atende aos municípios de Água Fria, Ouriçangas, Pedrão e Santanópolis

Outro exemplo do fortalecimento da unidade de região de Irará é a Escola Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará<sup>20</sup> (EFAMI). Esta escola conforma a área de abrangência atendendo aos municípios de Água Fria, Coração de Maria, Ouriçangas, Pedrão e Santanópolis. A EFAMI surgiu a partir de discussões feitas pelos camponeses junto a Cediter, sobre a realidade rural do município de Irará e da necessidade de desenvolver ações que possibilitassem a melhoria das condições de vida no campo.

A EFAMI atua na formação de técnicos em agropecuária numa perspectiva de escola com a pedagogia de alternância, que representasse o interesse dos camponeses da região de Irará. Nesse sentido a escola tem como objetivo a formação de empreendedores rurais visando a possível fixação de jovens no campo e diminuição do êxodo rural.

No processo de construção da EFAMI a Cediter juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará (STRI) e a REFAISA (Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas ao Semiárido), contribuíram para que em março de 2009 a EFAMI fosse inaugurada, dando início a sua primeira turma do curso técnico em agropecuária.

A EFAMI constitui-se como um dos agentes que atua na organização e produção do espaço agrário do município de Irará. A escola tem atuação regional atuando no Ensino Médio e Profissional com habilitação em Agropecuária. Com isso a mesma busca alternativa viável da gestão empreendedora, no desenvolvimento das unidades produtivas familiares na perspectiva da geração de trabalho e de renda, numa dimensão sustentável e solidária.

---

<sup>20</sup> A gestão administrativa da EFAMI é realizada pela sua associação, a AEFAMI (Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará). Ela é uma entidade sem fins lucrativos. A EFAMI está localizada a 6 km da cidade de Irará, na Fazenda Boca de Várzea, zona rural do município de Irará/BA.

A EFAMI configura-se como um exemplo da atuação do sistema educacional em rede, contemplando os municípios da região de Ipirá ela também estabelece relações que ultrapassam os muros da escola. Ela representa os interesses dos camponeses da região com a formação de técnicos em Agropecuária que poderão atuar diretamente na melhoria da produção agropecuária desses camponeses.

Para Lencioni (2010), as redes são mediação, mas também produtoras de espaços materiais a exemplo as estradas, ou imateriais como as redes virtuais. Essas redes tendem a crescer diversificar e tornarem-se complexas porque correspondem a necessidades e estratégias da reprodução do capital.

Na concepção de Dias (1995);

Os fluxos, de todo tipo- das redes as informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexão -, que tem ou em que há conexão ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexão, lugares de poder e de referência. É antes de tudo pela conexidade que as redes solidarizam os elementos. Mas ao mesmo tempo em que tem o potencial de socializar, de conectar também tem de excluir. Nunca lidamos com uma rede máxima, definidas pelas totalidades de relações mais diretas, mas com as redes resultantes da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais. (DIAS, 1995. p.148).

As redes da economia solidária têm por objetivo não apenas a divulgação e circulação de mercadorias, ela visa também criar relações interpessoais permitindo a socialização de valores socioculturais.

Nesse sentido Mance (1999) comenta:

O consumo solidário apresenta novas relações de produção que subvertem as relações de produção capitalistas e que expandindo-se em redes, multiplicando suas células por toda a parte incorporando ao processo produtivo e de consumo ao excluído do capital, poderá fortalecer-se ao ponto de avançar em transformações não apenas econômicas, mas políticas e culturais que extrapolam as fronteiras nacionais e regionais, promovendo o surgimento de novas relações de produção pós-capitalistas uma sociedade centrada na colaboração solidária (MANCE, 1999,p.34).

No município de Ipirá o SEBRAE atuou em 2012 no fortalecimento dos grupos produtivos das mulheres de Ipirá através de oficinas com temas: venda e marketing do produto; oficinas de relações interpessoais com os grupos nas respectivas comunidades e locais de produção; curso de manipulação de alimentos: derivados da mandioca, minicurso de gestão empreendedora. O SENAR também atuou com cursos de biscoitos de fécula e no curso de beneficiamento de verduras e legumes a exemplo do quiabo, milho e vargem, produzidos no próprio município.

Esses cursos contribuíram para formação e organização socioeconômica das trabalhadoras rurais e no fortalecimento dos grupos de produção das camponesas de Ipirá (SAMAI, 2012).

A Cese em 2013 através da equipe de técnicos da Incubadora da Universidade Católica do município de Salvador/BA também contribuiu para o fortalecimento de consolidação do grupo de produção das mulheres de Ipirá. O Consulado da Mulher atua no município desde 2013 quando foi acessado o primeiro projeto que buscou fortalecer o trabalho dos grupos produtivos para implementação da produção e autonomia financeira das famílias camponesas. O projeto beneficiou quatro grupos produtivos localizados nas Comunidades de Tapera Melão, Candeal, Quebra Fogo e Saco Velho (SAMAI,2013).

Entre os projetos apoiados pela BASSOL em 2013 é relevante destacar a participação dos grupos produtivos de Ipirá nas feiras da economia solidária a exemplo da VIII Feira do Semiárido e Expoagrifam em Feira de Santana; IV Feira da Fazenda realizado pelo Projeto “Não vá Embora” no município de Lamarão-BA; Feira Baiana de Economia Solidaria em Salvador/BA (SAMAI, 2013).

Estes órgãos atuaram diretamente com os grupos de produção em comunidades rurais como Candeal, Tapera Melão, Saco do Capim, Quebra Fogo, Loja, Sobradinho, Manã, Saco do capim, Mangabeira, Caboranga e Saco Velho que trabalham com os derivados da mandioca.

As ONGs e instituições que atuam no fomento a construção de empreendimento rural da economia solidária foram constituídas tendo como base a lógica neoliberal do “novo mundo rural que utiliza a noção de desenvolvimento sustentável, mercantilizando a questão agrária, colocando-a no território do capital, onde os camponeses são plenamente subalternos” (FERNANDES, 2003 p. 3). Seguindo essa lógica a agricultura camponesa passa a ser metamorfoseada em agricultura familiar buscando a integração do camponês ao capital e ao mercado.

Os programas ditos “desenvolvimentistas” possibilitam a reprodução do camponês e incentivam sua permanência no campo. Mas assumem caráter assistencialistas, pois, não garantem aos camponeses, meios de produção que possibilite sua emancipação econômica, antes os torna dependentes dos agentes externos. “[...] o espaço da luta e da resistência, para que os camponeses continuem sendo produto-

res familiares, não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital” (FERNANDES, 2003, p. 9)

Assim, Moreira (2000) afirma que:

O Espaço do pequeno patrimônio produtivo, vinculado às noções de mini e pequeno capitais, que, na órbita competitiva oligopolista de mercado imperfeita e de mercados controlados pelas grandes empresas, vivem a impossibilidade de acumulação e de progresso econômico (MOREIRA, 2000, p. 47).

Nesse sentido os camponeses não têm condição de concorrer ao mercado junto aos grandes produtores. Pois, as políticas públicas não garantem subsídios para que os produtos da agricultura camponesa sejam produzidos a baixo custo. A produção artesanal e em pequena quantidade chega ao mercado com o custo mais elevado em relação aos produtos dos grandes produtores

É notória a relevância do trabalho social que a Cediter vem construindo no município de Iará, porém suas ações mesmo diagnosticando os principais problemas do município, ainda são insuficientes para garantir a emancipação do camponês. O trabalho de transformação da unidade camponesa em empreendimento comercial rural tem desencadeando vários conflitos sociais, que atua de maneira direta no enfraquecimento da classe camponesa e os coloca em situação de vulnerabilidade política, na medida em que os tornam dependentes e subordinados ao Capital.

Nesse sentido Petersen (2013), discute:

Em condições estruturais adequadas – disponibilidade de terra, livre acesso a recursos naturais, participação nos mercados, vida comunitária e cultural ativa, etc. –, estratégias produtivas fundadas na coprodução tendem a alargar a autonomia das famílias agricultoras, na medida em que retroalimentam e fortalecem a base de recursos, promovendo círculos virtuosos de emancipação e desenvolvimento. (PETERSEN, 2013, p. 3).

Ou seja, para garantir a reprodução do camponês é preciso romper com a relação de subordinação do camponês ao capital. É necessário à intervenção do Estado na construção de políticas públicas que garantam preço justo, acesso à terra, insumo, assistência técnica, financiamento, garantia de safra entre outros.

Em Iará as estratégias de resistência camponesa se manifestam na diversificação da produção, no artesanato, na venda direta do produto na feira livre, no arrendamento de terra, no sistema de parceira, nas ocupações de terras públicas, no extrativismo ou até mesmo na migração com perspectiva de retorno.

### 3.4 A AVICULTURA E AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICA NO ESPAÇO AGRÁRIO DE IRARÁ

O projeto de desenvolvimento rural em curso de políticas estaduais com apoio prioritário para o agronegócio tem suscitado ao camponês a buscar estratégias de resistências para sobreviver no campo. Nesse sentido a policultura é símbolo de resistência e autonomia, pois a diversidade produtiva da agricultura e pecuária (frangos, caprinos e suínos) somando ao artesanato garante a renda familiar na unidade camponesa.

No município de Irará a produção de galinha caipira faz parte do ciclo produtivo do camponês, onde é produzido o frango *in natura* em estabelecimentos semiar-tesanais para autoconsumo e para a venda direta na feira livre (Foto 3).



FOTO 3: Irará/BA - Comercialização do frango caipira na feira livre, 2016  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016

É na unidade camponesa que a agroindústria vislumbra a possibilidade da incorporação de novas formas de exploração do trabalho através do sistema de integração. O sistema de produção integrado é uma chamada “parceria” realizada através de contrato entre o camponês e a empresa avícola. Esse sistema de parceria é resultado da modernização do campo e a mecanização da agricultura, onde se manifesta relações de dependência e subordinação dos camponeses ao capital seja, no

acesso ao crédito, na comercialização por meio dos atravessadores ou no sistema de integração.

O objetivo da parceria é a produção do frango de corte para ser comercializado pela empresa integradora. As principais empresas avícolas que atuam no Estado da Bahia são a Avigro, Avipal, Gujão e JBS Foods.

Kautsky (1986) alertava que a industrialização forçada da agricultura iria refletir sobre a unidade camponesa que por ser incapaz de concorrer com as grandes empresas estaria sujeitas ao fracasso. O camponês não teria outro jeito para garantir a renda a não ser vender sua força de trabalho, por meio de diárias ou se incorporando ao sistema de integração, que lhe possibilitaria sua permanência no campo.

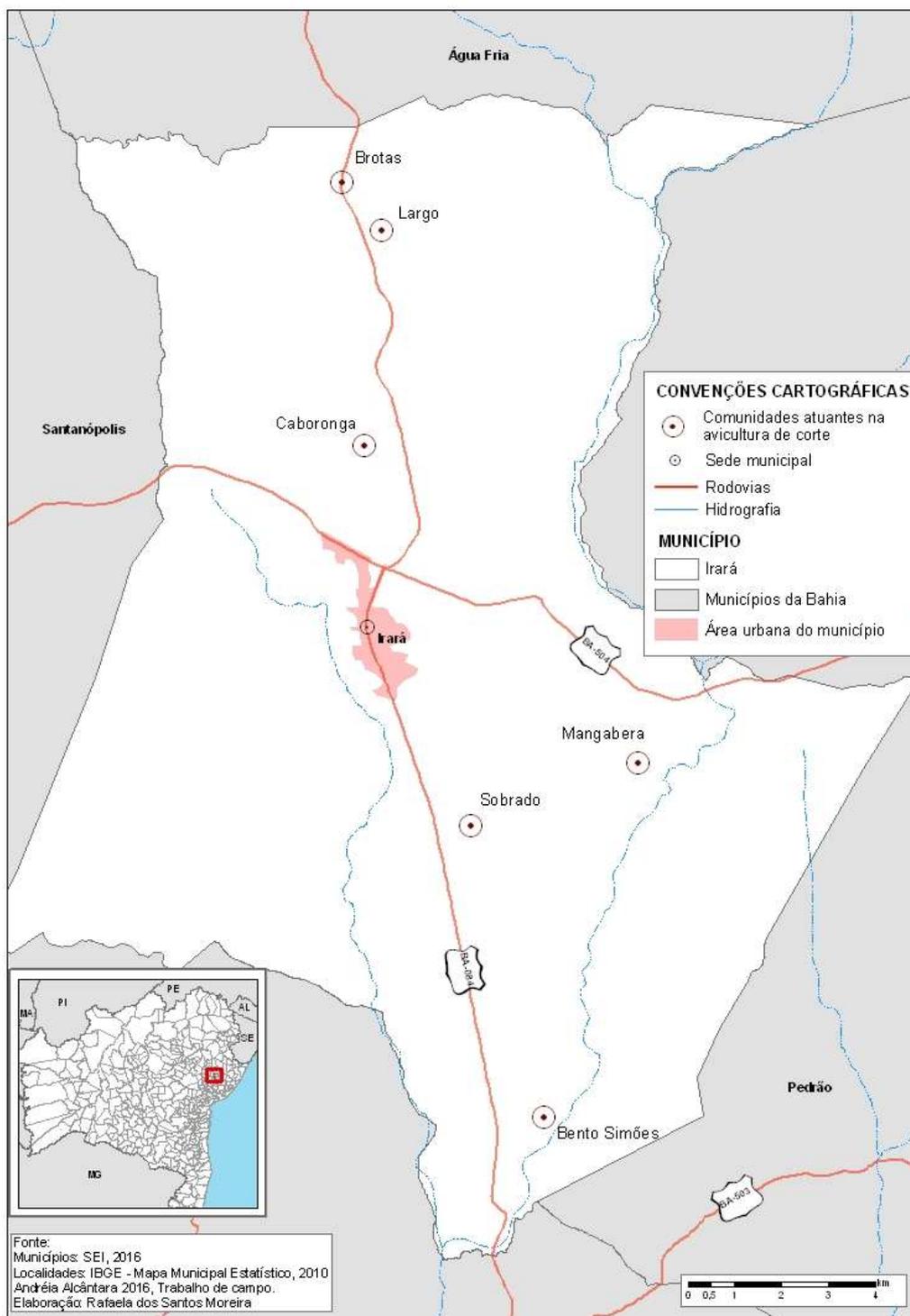
Na mesma linha de raciocínio de Kautsky (1986) décadas mais tarde Fernandes (2003) discute que os camponeses por ser expropriado da riqueza produzida pelo seu próprio trabalho, inicia-se um processo de decadência das unidades familiares, levando ao êxodo, com a concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas.

Percebe-se que a unidade camponesa não desapareceu, mas parte delas foi subordinada ao grande capital. Dentro desta lógica se encontra o sistema de integração, em que camponeses firmam contratos com grandes empresas, que se apropriam da terra e da força de trabalho do camponês e dos equipamentos necessários para a produção da avicultura integrada.

Dialogando com Vergés (2011) no campesinato o desenvolvimento da exploração é inseparável do controle dos meios de produção. Que mesmo, não proporcionando ao produtor direto uma autonomia lhe permita romper com parte da exploração, transformando-se em empresário capitalista, possibilita um aumento da produção e, portanto, das transferências dessa produção sem que o capital perca o controle se sua zona de exploração.

No município de Iará os camponeses iniciaram o sistema de integração com a Avipal Nordeste em 2002, com a construção de 36 galpões distribuído nas áreas de pequenas propriedades do município, a exemplo Bento Simões (distrito do município) e nas comunidades de Sobrado, Brotas, Mangabeira, Caboranga e Largo (Mapa 6).

MAPA 6: Irará/BA –Comunidades com produção de avicultura de corte, 2016



Nessa parceria é responsabilidade da Avipal o fornecimento de assistência técnica aos produtores na elaboração de projetos de crédito rural para a montagem da infraestrutura dos aviários, insumos (entre eles ração), medicamentos e assistência veterinária às unidades produtoras, transporte dos frangos e da ração, e o trans-

porte dos frangos da granja até o abatedouro. O camponês integrado assume os custos da construção do galpão e da aquisição dos equipamentos, da mão de obra, da energia para iluminação, aquecimento e ventilação do aviário, do material para cobrir a parte externa do galpão e da “cama”<sup>21</sup> para forrar o chão do galpão (Foto 3 e Foto 4).



FOTO 3: Irará/BA - Parte externa do galpão para produção de frango de corte, 2016  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016.

---

<sup>21</sup> Denomina-se cama de frango todo o material distribuído em um galpão para servir de leito. O material que, permanecendo no piso de uma instalação avícola, irá receber excreções, restos de ração e penas. O contínuo contato da ave com a cama exige que o material utilizado apresente qualidades adequadas para modificar as características do meio, proporcionando conforto aos animais, de forma a evitar oscilações de temperatura no interior da instalação e o contato direto das aves com as fezes e com o piso. O material considerado deve absorver a umidade do piso e diluir a excreta para facilitar as práticas de manejo que maximizem a vida útil da cama e seu posterior aproveitamento no final da criação (AVILA; MAZZUCO, 1992). Nos aviários visitados no município de Irará os camponeses utilizam para a cama do aviário a casca do café, o material é adquirido no sul da Bahia através de fornecedores.



FOTO 4: Irará/BA - Parte interna do galpão pra produção de frango de corte, 2016

Fonte: Andreia Alcântara, 2016.

No sistema de produção integrado os camponeses assumem a responsabilidade no processo produtivo do frango, enquanto a empresa assume o compromisso da compra do frango. O galpão e os equipamentos utilizados no processo produtivo de frangos são do produtor, mas quem controla todo processo produtivo determinando como será organizada a produção e a venda é a empresa integradora. O produtor assume todo risco da produção (gastos com equipamentos, manutenção dos mesmos e as possíveis perdas, essas ocorrem geralmente por doenças ou queda de energia) e a empresa recebe o produto final.

Na relação de subordinação do camponês ao capital, Oliveira (2007):

No geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação. Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (OLIVEIRA, 2007 p. 32).

No município de Irará as empresas do ramo da avicultura a exemplo da Avipal, Perdigão, Seara, Gujão e JBS, possui histórico de produção através do sistema de integração com os camponeses do município. Estas empresas se apropriando da terra e da mão de obra do camponês oferecendo em troca a comercialização do

frango. Nessa relação o camponês abandona o policultivo para dedicar-se com a família a produção do frango de corte.

Sobre essa subordinação Oliveira (2007) discute:

Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (OLIVEIRA, 2007, pg. 11).

No município de Iará a empresa Avipal Nordeste atuou no sistema de integração até 2005. Com a saída da Avipal Nordeste do município, outras empresas a exemplo da Perdigão, Seara, Gujão e JBS Foods passaram a trabalhar com o sistema de integração junto aos produtores iraraense. Atualmente (2016) a empresa avícola que está atuando no município é a JBS Foods. As relações entre integrador e integrado permaneceram as mesmas que vinham sendo estabelecidas com a Avipal Nordeste.

Na propriedade visitada o camponês integrado possui uma área de 2,5 hectares que era utilizada com o cultivo do feijão, milho, mandioca e farinha de mandioca e a produção da pecuária com animais de pequeno porte (galinha, suíno, caprino). Em 2002 o camponês iniciou a integração avícola é uma das exigências da empresa foi à dedicação exclusiva do integrado no processo produtivo de frango de corte e o compromisso de não produzir outras espécies de aves na propriedade a não ser aquelas adquiridas junto à empresa integradora. Dessa forma a unidade camponesa passou a dedicar-se a cumprir as exigências da empresa avícola.

Para o camponês torna-se integrado é necessário o investimento financeiro inicial de R\$ 600.000 (seiscentos mil reais). Esse investimento é destinado à construção dos galpões com no mínimo, 1.000m<sup>2</sup> e para adquirir os equipamentos, tais como: os comedouros, os bebedouros, os ventiladores e os aquecedores. Porém outras exigências burocráticas são estabelecidas pela empresa como técnico para as etapas de elaborações dos projetos de instalação e de manejo do aviário, de execução e de assistência técnica; o acesso à propriedade em qualquer época do ano; mão de obra com dedicação permanente na propriedade; reservatório de água e geradores de energia elétrica.

Uma vez integrado a JBS Foods, os frangos serão fornecidos (com um dia de vida) aos integrados e recolhidos após o ciclo de 45 dias, quando os frangos alcan-

çarem um peso médio de 2,5 a 2,8 quilos. Os frangos que não conseguem acompanhar o desenvolvimento previsto serão sacrificados para reduzir o prejuízo com a ração, sendo os custos da perda de responsabilidade exclusiva do integrado.

A maior parte dos camponeses do município de Irapá que se tornaram integrados das empresas avícolas, não possuía condição financeira para iniciar o investimento. Nesse caso, a condição que permitiram esses camponeses iniciar a integração foi à busca por financiamento junto ao banco dando como garantia o título de propriedade da terra.

No município de Irapá a condição de integrado configura-se na subordinação do camponês em subordinado a JBS *Food's* e ao capital financeiro (bancos) correndo o risco de perder a propriedade da terra.

Nesse sentido Vergés (2011) discute:

A forma mais racional de colocar em prática a exploração massiva do camponês a serviço do capital global, e a única maneira de eliminar lucro extras que fixam parte da mais-valia de um setor privilegiado e improdutivo, é a nacionalização do mercado camponês: o monopólio estatal sobre a terra, o crédito, o abastecimento de insumos e meios de vida, bem como a comercialização do produto camponês (VERGÉS, 2011 p.59).

A unidade produtiva visitada possui 3 (três) galpões. Cada galpão possui 1.080m<sup>2</sup> e comportam 14.000 (quatorze mil) frangos. Nessa unidade a divisão social do trabalho é exercida entre o proprietário que assume as atividades relacionadas a administração e burocracias do empreendimento e uma família (três membros) contratada, em regime de parceria sem vínculo empregatício, para as atividades de produção do frango de corte.

O pagamento da empresa junto ao integrado ocorre por meio da comercialização do frango. O pagamento só é efetuado após 60 dias, sendo que com 45 dias de trabalho é entregue o frango para a empresa integradora. O integrador recebe da empresa o valor de 0,45 (centavos) preço por unidade do frango fêmea e 0,75 (centavos) por frango macho. O preço do frango é tabelado pela empresa integradora e junto ao montante a empresa desconta os gastos com a ração, assistência técnica e os medicamentos e/ou outros insumos necessários na produção.

Já o pagamento dos trabalhadores contratados, “parceiros” do camponês integrado é feito pelo camponês integrado. Aqui o trabalhador não tem nenhuma rela-

ção com a empresa avícola. Na unidade produtiva visitada o trabalhador recebe 25% do valor líquido recebido pela venda do lote de frangos. Sendo assim não há um valor fixo da renda gerada pela venda dos frangos. Ficando uma renda aproximada de R\$ 2.000,00 reais para a família contratada (Trabalhador 1, 2016).

Segundo Vergés (2011) o meio de produção transformado em capital prioriza o lucro e se torna um elemento organizador da produção, metamorfoseando a unidade camponesa em unidade capitalista, construindo relações de explorações capitalista no lugar antes ocupado por relações de parceria.

Nas atividades da produção do frango o trabalhador se submete a sobrecarga de trabalho. A água e a ração devem ser trocadas todos os dias. A temperatura do ambiente interno é ajustada de modo a manter estável considerando as necessidades do frango durante o ciclo produtivo. A produção exige dedicação durante o dia e principalmente à noite, pois os cuidados com os frangos são constantes eles não podem ficar muito tempo em uma única posição, então é necessário que o trabalhador faça eles se movimentarem. Justificando assim, a necessidade de ter alojamentos próximos aos galpões.

A cama tem que estar sempre limpa a fim de evitar possíveis proliferações de bactérias e manter o padrão de qualidade estabelecido pela empresa. Após a entrega dos frangos para a empresa o trabalhador tem dez dias para realizar a limpeza do aviário preparando o galpão para o início de um novo ciclo.

O trabalho no aviário é árduo “não tem folga, não tem feriado, não tem férias”, o produtor não dorme direito chegar até a “sonhar com os frangos”. O município não disponibiliza variadas opções de trabalho, “para arrumar a feira não tem jeito, a renda é essa”. São 60 dias para receber o salário e “fazer a feira do mês”, por vezes a sexta básica acaba antes do recebimento do salário, então o trabalhador se submete a complementar a sexta básica e pagar com juros, “eu tenho lugar para comprar e pago um jurozinho” se não fosse o armazém para facilitar a comprar para que o produtor pudesse pagar após receber o salário, a família passaria necessidades (trabalhador 1, 2016).

Percebe-se nas falas do trabalhador 1, que a produção do frango integrado é uma possibilidade de gerar renda, mas não é satisfatória, pois entre outros fatores, o trabalho não é recompensado pelo salário. Os trabalhadores se submetem a traba-

lhar nos galpões por não terem outras opções de emprego, que lhes permitam se manter no campo. O não acesso à terra suficiente para produzir e os períodos de estiagem são os principais motivos que levam esses trabalhadores rurais a buscarem trabalhos temporários fora de seus estabelecimentos.

No município de Iará 3 (três) camponeses integrados estão em processo de rompimento com o sistema de Integração com a empresa JBS Foods, são diversos os fatores que levam os camponeses a enfrentarem a submissão as regras da empresa em relação à produção do frango de corte. Fatores como o cheiro característico dos galpões, a proibição da produção de outras espécies de aves, influenciando na organização da propriedade camponesa, contribui com o rompimento gradativo do sistema de integração no município.

Entre outros fatores que levaram o rompimento por partes dos camponeses com o sistema de integração estão as exigências por parte da empresa em limitar a compra dos insumos da produção avícola a empresa integradora, não permitindo o uso do milho produzido na propriedade, e as restrições impostas aos camponeses não permitindo a criação de qualquer tipo de aves ou até mesmo animais de pequeno porte na propriedade.

Como resistência as normas da empresa os camponeses passaram a vender e utilizar a ração em outras atividades além da avicultura. Essa prática passou a implicar na perda do peso do frango no final do ciclo produtivo, ou seja, o peso do frango não correspondia à meta estabelecida pela empresa (2,5Kg). Essa situação tem gerado o rompimento progressivo do sistema de integração em três unidades camponesas.

O rompimento com o sistema de integração configura-se para o camponês como uma “manobra” de risco, pois ao torna-se integrado o camponês adquire dívidas, que os tornam dependentes do sistema de integração para permanecerem na terra enquanto proprietários. Isto porque muitos camponeses comprometem o título da terra em transações financeiras com os bancos. Outra dificuldade, é que os equipamentos adquiridos para instalação do empreendimento tornam-se obsoletos rapidamente pela frequente construção de equipamentos modernos, o que dificulta a venda desses equipamentos após anos de uso.

No município de Irará apesar da atuação de empresas avícolas com a produção do frango de corte desde 2003, o município aponta crescimento significativo na produção de frango caipira nas unidades camponesas. A produção do frango caipira configura-se como complemento da renda familiar seja através do autoconsumo e/ou na venda direta na feira livre, como forma de garantia da subsistência familiar (Tabela 11)

TABELA 11: IRARÁ/BA: PRODUÇÃO DE AVES (2010 - 2014)

Ano	Produção por cabeça
2010	952.262
2011	785.580
2012	762.000
2013	791.000
2014	1.200.000

Fonte: Andreia Alcântara (2016) com base em IBGE: Produção Agrícola Municipal (2010 – 2014). Rio de Janeiro, 2016.

Percebe-se que nos anos de 2011 a 2013 a produção de aves não teve aumento significativo, mas também não teve baixa, em 2014 a produção volta a crescer. É relevante observar que nos anos de 2011 a 2013 foram anos de baixa produção agropecuária no município em consequência do longo período de estiagem que atingiu de maneira direta a produção agropecuária municipal.

O Município de Irará em 2011 foi beneficiado com o projeto de Matadouro Avícola Simplificado que teve por objetivo a construção de uma unidade frigorífica de galinha Caipira. O projeto foi uma das ações do governo do Estado, através da Seagri e da Suaf. O projeto prevê a construção de um frigorífica com capacidade para abater 5 mil aves/dia, que atenderá em média de 11.000 famílias, contemplando os municípios de Irará, Santanópolis, Água Fria, Santa Barbara, Coração de Maria, Ouriçangas, Pedrão e Tanquinho (SAMAI, 2014).

O projeto foi aprovado em 2013 com liberação do recurso, porém os orçamentos dos equipamentos necessários para a conclusão do frigorífico excediam ao valor do recurso disponível. Dessa maneira, atualmente (2016) o frigorífico ainda se encontra em construção com apenas o galpão em processo de finalização e com a

compra de um caminhão. Existe a possibilidade do recurso ser devolvido sem que tenha sido finalizado as ações previstas no projeto (Foto 6).



FOTO 6: Frigorífico de galinha caipira em construção no município de Iará.  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016

A implantação de um frigorífico de galinha caipira para região de Iará, localizado na comunidade de Boca de Várzea a 6 (seis) quilometro da zona urbana de Iará, contribuirá para gerar renda nas propriedades camponesa e atuará no fortalecimento sociocultural dos camponeses. Pois nas unidades familiares a produção de galinha caipira não é apenas complemento da renda familiar, mas também é componente da dieta nutricional do camponês, sendo utilizado também o esterco como adubo e integra-se ao ciclo produtivo na unidade camponesa.

#### 4. AGRICULTURA CAMPONESA: AUTO-ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA, CULTURA E AUTONOMIA NO MUNICÍPIO DE IRARÁ

A desigualdade na distribuição de terra no município de Irará reverbera no processo de uso e degradação do solo. No município em estudo os estabelecimentos agropecuários de grande extensão são utilizados para produção de lavoura forrageira para corte (25ha) e pastagem (6.457ha), sendo que destas áreas destinadas a pastagem, 640 hectares estão com pastagem degradada. No município em estudo 10 hectares apresentam degradação de origem como: erodidas, desertificadas, salinizadas (Tabela 3). Esses dados revelam que apenas 33,5% da área total do município estão disponíveis para a agricultura, enquanto 56,7% das terras estão ocupadas com a produção de pastagem.

TABELA 3: IRARÁ/BA: Utilização da Terra (2006)

Utilização da Terra	Estabelecimentos		Área (ha)	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Lavouras permanentes	858	12	483	4,5
Lavouras Temporárias	2.974	41	3.299	29
Área plantada com forrageiras p/ corte.	16	0,2	25	0,2
Pastagem natural	675	9	2.668	23,5
Pastagem plantada degradada	95	1	640	5,5
Pastagem plantada em boas condições	318	4,5	3.149	27,5
Matas e/ ou floretas naturais, destinadas a preservação permanentes ou reserva legal.	52	0,7	182	1,5
Matas e/ ou floretas naturais, destinadas à preservação permanentes e sistema agroflorestais.	9	0,1	25	0,2
Sistema agroflorestais área cultivadas com espécies florestais e também utilizadas para lavouras e pastio por animais	34	0,5	17	0,1
Tanques, lagos, açudes. Área de água publica para exploração da agricultura.	48	0,5	17	0,1
Construção benfeitorias ou caminhos	2.160	29,5	826	7,5
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas).	8	0,1	10	0,1
Terras improdutíveis para agricultura (pântanos, areias, pedreiras).	76	1	96	0,8
Total	7.323	100	11.437	100

Fonte: Andréia Alcântara com base em Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006.

Entre os impactos socioambientais encontrados no município destacam-se o desmatamento, as queimadas, e a compactação do solo pelo pisoteio do gado e pela aragem e gradagem do solo que são feitas por instrumentos mecanizados. Estes mecanismos aceleram o processo de erosão e a degradação do solo, além do asso-

reamento dos corpos d'água. Já os resíduos sólidos de uso doméstico e os resíduos gerados na produção da farinha, são os principais poluentes dos corpos d'água do município.

O destino final do lixo configura-se como o problemas sociambiental mais grave do município. A falta de um aterro sanitário, deixa a população vulnerável aos riscos de contaminação humana e dos corpos d'água. O lixo doméstico e hospitalar são recolhidos em caçambas pela Prefeitura e jogado, sem nenhum tipo de seleção ou cuidado, em um lixão que se localiza na comunidade de Quebra Fogo (FOTO 7). Nem mesmo os operários da limpeza pública recebem os equipamentos necessários ao desempenho da função.



FOTO 7: Irará/BA - Lixão localizado na comunidade rural Quebra Fogo.  
Fonte: Andreia Alcantara, 2016.

Em, 2006 o ultimo estudo do Centro de Apoio Operacional as Promotorias de Justiça do Meio Ambiente (CEAMA) revelou os impactos que o lixão de Irará vem causando ao meio ambiente.

O lixão está em área que apresenta acentuada declividade, em alguns trechos superior a 45º graus. Tal situação dificulta a conformação da disposição do lixo e favorece o escoamento superficial do chorume, constituído pela decomposição da matéria orgânica e pela lixiviação da massa de lixo exercida pela água de chuva. Outro fator a considerar, é que o lixão se encontra em Área de Preservação Perma-

nente (APP), conforme estabelecido pelo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 4771/65) e nas Resoluções CONAMA nº 302 e 303/02 que estabelece área de APP os trechos com declividade superior a 45º graus (CEAMA, 2006).

É alarmante que o lixão permanece na atualidade (2016) estalado na comunidade de Quebra Fogo e mantém a mesma característica de degradação socioambiental. Estes fatores são os principais problemas levantados na análise socioambientais do município de Irará. Tanto na caatinga quanto na mata atlântica o uso inadequado do solo, através da derrubada e/ou queima da cobertura vegetal para abertura de pastos, gera perda da vegetação nativa e compactação do solo, sendo as principais atividades que comprometem os elementos naturais.

A agropecuária representa a atividade que mais afeta os elementos naturais e a resiliência do sistema ambiental. Por meio do pisoteio do gado, o solo é constantemente compactado dificultando tanto a infiltração da água quanto o desenvolvimento da vegetação. Além disso, extensas áreas são desmatadas e queimadas para dar lugar à pecuária extensiva, principalmente nas áreas próximas a rios e lagos que são importantes fontes de manutenção da vida. Pode-se indicar também a necessidade primordial da aplicação de políticas voltadas à restauração e preservação da vegetação de caatinga.

#### 4.1 PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DO BEIJU NO MUNICÍPIO DE IRARÁ

É relevante destacar que a produção da mandioca e seus derivados é historicamente uma atividade exercida por camponeses no município de Irará. Entre as comunidades com maior destaque na produção da farinha de mandioca estão as comunidades, Santo Antônio, Candéal e Juazeiro.

A produção da farinha é uma atividade de viés econômico e cultural. As técnicas de produção são tradicionais e passadas historicamente como herança cultural entre as famílias iraraenses. A produção de farinha é de responsabilidade do camponês, assim como a estratégia de mercado e a decisão de forma intuitiva de acordo com suas experiências sem nenhum auxílio técnico (CASAS, 2015).

No município de Irará a mandioca é o cultivo que garante parte da alimentação camponesa, pois seus derivados são utilizados para manutenção da unidade

camponesa com a produção de farinha, beiju para o consumo familiar e geração de renda. Já a mandioca triturada é utilizada para adubo e alimentação dos animais (gado leiteiro, ovinos, galinha, porcos entre outros).

Dessa forma os camponeses iraraenses afirmam que a mandioca permite maior segurança ao camponês, pois a colheita pode acontecer durante todo o ano e que a farinha produzida tem garantia de comercialização: “A farinha de Irará é moeda, não existe fiado. É moeda viva. Com a farinha o agricultor faz a feira, mesmo ela estando a 20,00 reais (o saco com 50 kg) o produtor terá que produzir um número maior de farinha, mas a venda é garantida” (Sindicado dos Trabalhadores Rurais, 2015).

A produção da farinha em Irará é em maior parte artesanal, tendo auxílio do trator apenas no processo de arar e gradear a terra. O primeiro passo na produção da mandioca é o processo de limpeza (roçar a terra), posteriormente dão continuidade à aração, sendo utilizado o arado com tração animal e/ou trator, seguido da gradagem realizando a adubação com o esterco de granja e/ou de gado bovino (camponesa 1, 2015).

Para realização do plantio utilizam o sulcador, e para manutenção é necessário esporadicamente à limpeza da vegetação nativa e ervas daninhas, para que estas não sufoquem a planta da mandioca. O passo seguinte (depois de em média um ano plantada) é o processo de arranque manual ou quando o solo está muito compactado se utiliza o trator. Após serem retiradas as raízes da mandioca são levadas à casa de farinha para serem lavadas e descascadas; depois são trituradas, prensada e a massa resultante é passadas na peneira. O último passo é o processo de torrar a massa no forno, e depois ensacar (Foto 8), (Camponesa 1, 2016).



Foto 8: Irará/BA - Produção de farinha de mandioca da comunidade do Candéal.  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016

“Nos períodos de estiagem o solo fica seco e endurecido, o que dificulta tanto o plantio da mandioca quanto a colheita” (Sindicado dos Trabalhadores Rurais, 2015). O custo de produção da farinha torna-se elevado tendo em consideração o uso de equipamentos, como trator e o sulcador e a contratação de mão-obra-obra.

Outro fator que contribui para o aumento do preço da farinha de mandioca é que a maior parte dos camponeses do município de Irará não possuem equipamentos mecanizados individuais para a produção, eles têm acesso a equipamentos como trator e o sulcador através da contratação do serviço por hora (R\$ 60,00 por hora). O valor da diária no município de Irará varia ente 35,00 a 40,00 reais para os homens e de 25,00 a 30,00 para mulheres (trabalho de campo, 2016).

Dessa forma o custo de produção reverbera no preço da farinha no mercado que tente a ser maior que o preço da farinha adquirida em Feira de Santana, Santo Antônio, São Paulo e Paraná que são concorrentes no mercado de farinha de Irará.

Existem duas modalidades na venda da farinha de mandioca no município de Irará. Modalidade (a): a venda é feita no Mercado Municipal em regime de peso (unidades em litro). Nesta modalidade a venda é feita diretamente entre o produtor e o consumidor. Aqui os camponeses têm autonomia na relação da venda, podendo assim estipular o preço do produto (Foto 9).



FOTO 9: Irará/BA- Comercialização da farinha em regime de litros. Mercado Municipal Irará. Fonte: Andreia Alcântara, 2016

A alienação do trabalho nesta relação está na não percepção pelo camponês de que o excedente de seu trabalho está contido no baixo preço do produto. Desse modo o excedente é transferido gratuitamente à sociedade. “Para o camponês isto não é importante, não é um obstáculo para continuar a produzir, porque não tem consciência disto” (PONTES, 2005 p.37).

A venda direta do produto da agricultura camponesa na feira livre se configura como estratégias de reprodução do camponês no município de Irará. A venda do produto é a possibilidade de adquirir outros produtos complementar para garantia de sua subsistência.

Na modalidade (b), a produção da farinha é comercializada a atravessadores que compram direto na unidade camponesa, ou seja, casa de farinha. Outras vendas também são concretizadas a atravessadores no centro de abastecimento<sup>22</sup> (em regime de saca, 50kg) (Foto 10).

<sup>22</sup> O centro de abastecimento é um galpão que funciona como extensão da feira livre, onde é comercializado produtos da agricultura comercial a exemplo de verduras e frutas e também produtos da agricultura camponesa como carne bovina, suína, e de ovinos; e animais vivos a exemplo ovinos, suínos e galinha caipira.



FOTO 10: Irará/BA - Comercialização da farinha em regime de saca. Centro de abastecimento.  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016

É na venda da produção camponesa aos atravessadores que a exploração do trabalho se concretiza a partir da expropriação da renda camponesa. Nesse momento o camponês perde sua autonomia com relação a sua produção, o preço da farinha é estipulado pelo atravessador.

Em trabalho de campo presenciamos situações de insatisfação por parte dos camponeses quando referia-se a venda da farinha de mandioca. "A gente chega com a farinha e não sabe quanto o saco está custando. Já vendi saco de mais de 200 reais, hoje o saco estão custando 100 reais até mesmo 80 reais" (camponês 2, 2016)<sup>23</sup>.

Os camponeses conseguem perceber que estão sendo explorado na relação com os atravessadores, mas por não terem acesso a outros meios de comercialização se submetem a esse tipo de relação. Quando indagado qual seria a condição ideal de comercialização, os camponeses apresentaram como alternativa a intervenção do Estado com políticas de preço mínimo. "Precisa ter um preço mínimo o governo precisa olhar para o pequeno produtor, o governo precisa colocar um preço mínimo para a mercadoria, o preço oscila muito" (Camponês 2).

---

<sup>23</sup> O valor da farinha de mandioca no município de Irará é flutuante. No ano de 2012 devido ao longo período de estiagem a farinha passou a custar R\$ 300,00 reais. Já em 2015 o preço oscilou entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00. E em 2016 o preço da farinha de mandioca oscilou entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 reais (trabalho de campo, 2016).

O valor da farinha de mandioca no município de Iará é flutuante. No ano de 2012 devido ao longo período de estiagem a farinha passou a custar R\$ 300,00 reais. Já em 2015 o preço oscilou entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00. E em 2016 o preço da farinha de mandioca oscilou entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 reais (trabalho de campo, 2016).

Assim é perceptível que as questões climáticas influenciam diretamente no preço da farinha de mandioca. Dessa forma o município de Iará é influenciado por massas de ar quentes provenientes do Atlântico e massas de ar frias vindas do Sul do Brasil. No verão é quente e seco, com máximas entre 26°C e 27°C, e com mínimas entre 22°C e 23°C. No inverno é frio e chuvoso, com temperatura entre 22°C e 23°C. O Índice de aridez é de 43,9%, e umidade 0% (média anual). A precipitação média anual é de apenas 776,5 mm. O município enfrenta periodicamente longos períodos de seca. O clima é classificado como subúmido a seco com pequena ou nenhum excesso de água, magatérmico, muito baixa<sup>24</sup>.

As consequências do longo período de estiagem no município de Iará (2008-2014), são seguidas de perdas na produção agropecuária deixando aos camponeses vulneráveis. A seca prolongada demandou que a prefeitura do município de Iará em 19 de março de 2012 decretasse situação de emergência junto ao governo do Estado solicitando medidas de controle da situação.

Entre as medidas emergenciais solicitadas estavam à limpeza de aguadas para as comunidades de Pulo do Bode, Cirino, Olaria, Tapera, Saco do Capim e Preguiça. Bem como o abastecimento de água, através de carro-pipa para as 103 comunidades rurais, o pedido de 911 vales cesta básica a Empresa Baiana de Alimentos S.A (EBAL). E a distribuição de 2.640 kit's de arroz e feijão pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), (SAMAI, 2012).

As medidas de emergência disponibilizadas pelo governo federal tiveram atuação no município até o primeiro ano de 2014, quando após um longo período de estiagem as chuvas mudam a dinâmica do município proporcionando água e fertilizando os solos.

---

<sup>24</sup> Os dados climatológicos do município de Iará foram mensurados baseados no método de Thornthwaite-Mather com apuração de dados entre os anos de 1994-2010, obtidos na estação climatológica da Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS).

A vegetação do município de Irará é uma zona de transição entre a mata atlântica floresta estacional decidual e a caatinga com floresta estacional. A Vegetação está relacionada com as chuvas de outono e inverno. É constituída de matas tropicais no lado sudeste e sul do município, que se transformam em cerrados, à medida que se aproxima do centro, zona leste e nordeste da cidade (IBGE, 1999). Na geologia encontramos conglomerados/brechas, diatexitos, gnaisses charnockíticos, granitoides (IBGE, 1999). Em relação ao solo são caracterizados como: Neossolos Litólicos, Alissolos, Planossolo, Chernossolo e Latossolo, (SILVA; SANTOS, 2003). Na hidrografia o município é banhado pelos rios Seco e Parnamirim.

Mesmo o município de Irará tendo uma significativa participação em políticas sociais, ainda é latente o descaso do Estado com relação à agricultura camponesa. Isso tem contribuído para o processo de exploração do trabalho camponês pelo capital. Dessa forma o trabalho deixa de ser instrumento da reprodução humana e passa a ser um viés para acumulação do capital. Nas palavras de Lessa e Tonet (2011):

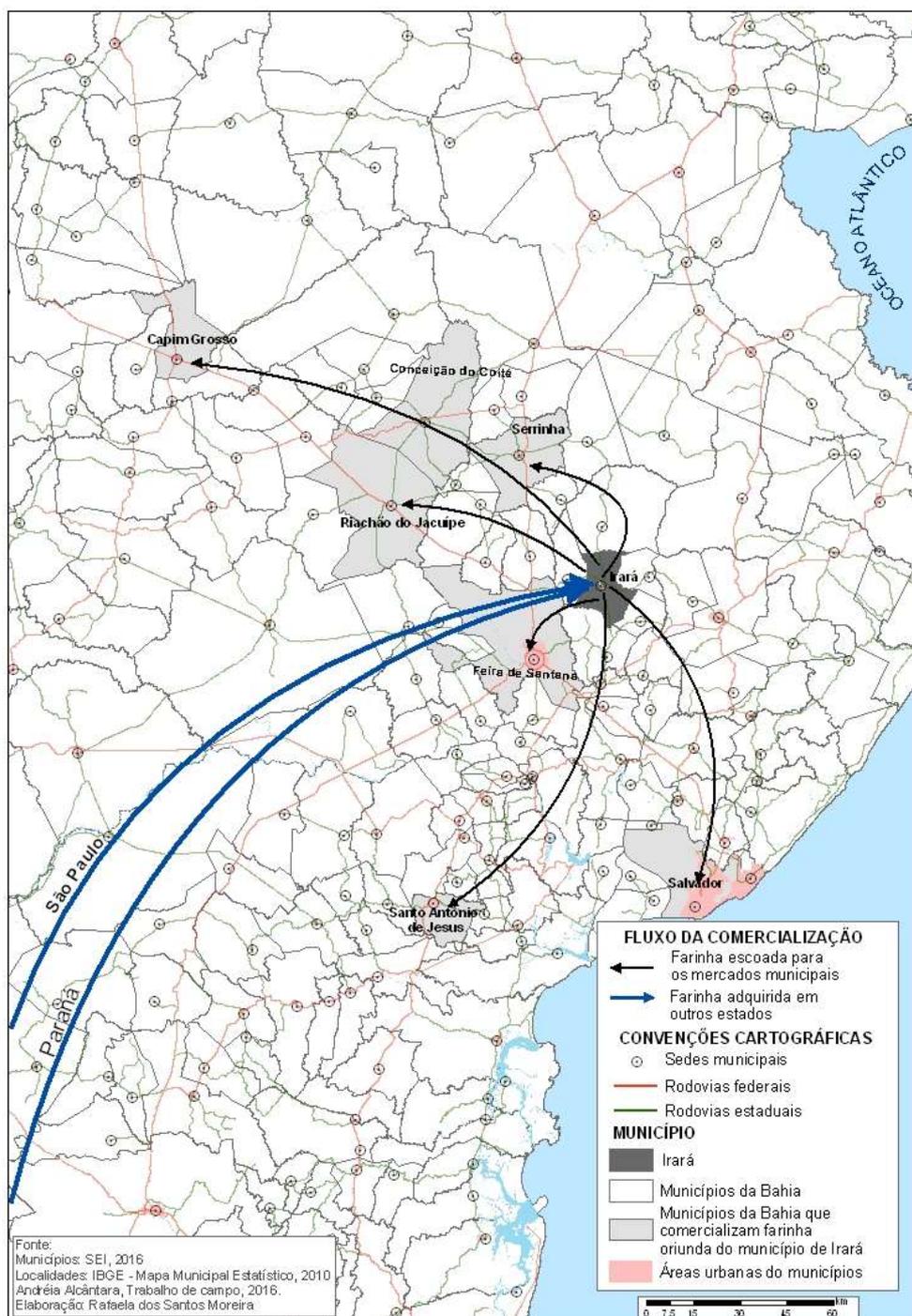
“O trabalho alienado faz com que aos trabalhadores caiba não apenas a miséria material, mas também a eles é negado o acesso ao desenvolvimento humano mais genérico de seu tempo, pois sua atividade cotidiana e seu vínculo com a sociedade se faz pelo trabalho alienado” (LESSA; TONET, 2011 p.94).

No município de Irará os atravessadores além de se apropriar do trabalho do camponês comprando à farinha a baixo do preço do mercado, ele também atua na flutuação do preço da farinha no mercado de Irará através da introdução de farinha de mandioca oriundas dos estados de São Paulo e Paraná. Conforme o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará:

A farinha de Irará vai para os municípios de Salvador, Santo Antônio de Jesus, Coité, Feira de Santana, Serrinha, Capim Grosso e Riachão do Jacuípe através do atravessador. A farinha de Irará não tira a goma, é uma farinha forte e tem paladar. A farinha que vem de São Paulo, Paraná é uma farinha que se extrai a goma. Então o que é que o comerciante faz: traz a farinha de São Paulo e do Paraná e mistura com a farinha de Irará para melhorar o gosto da farinha que eles trouxeram, para vender pelo mesmo preço da farinha de Irará e vende como sendo farinha de Irará. A farinha de Irará era quem balizava o preço da farinha de Feira de Santana, da região do Sisal e Salvador. Com a compra da farinha de São Paulo e Paraná o preço da farinha de Irará começou a baixar, pois quando a saca de farinha de Irará chega a 100,00 os comerciantes de farinha colocam no mercado a farinha de São Paulo e Paraná a 50,00 derrubando o preço da farinha de Irará (Sindicado dos Trabalhadores Rurais, 2015).

Sendo assim, são os atravessadores que criam a rede de comercialização da farinha de mandioca do município de Irará. Dessa forma, a farinha de mandioca é comercializada nos municípios de Salvador, Santo Antônio de Jesus, Capim Grosso, Coité, Feira de Santana, Serrinha e Riachão do Jacuípe (Mapa 10).

MAPA 10: Irará/BA – Fluxo de comercialização de Farinha de Mandioca 2016



Na relação da exploração da renda da terra pelo capital Oliveira (2007) discute que o processo de sujeição do campesinato ao capital ocorre sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. A mais valia ocorre pela apropriação da mercadoria pelo comerciante, que nela está embutida o trabalho do camponês. É na produção que a mais-valia é gerada, porém a sua realização só se dá na circulação dessa mesma mercadoria. “É, pois, no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, e, portanto, apropria-se da mais-valia, que é trabalho social não pago” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Nessa relação de subordinação, a dita democracia de mercado atua no território através de redes como as Universidades, a Cultura, Redes financeiras, Investimento de instituição internacional, e redes de comunicação a exemplo Computadores, Estradas, Aeroportos e Telecomunicação que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (Dias, 2012).

No município de Irará a facilidade de acesso por redes viárias BA - 504 e BR 116 e a proximidade com os municípios de Feira de Santana (55,5 Km) e Salvador (137Km) possibilita dinâmica e os fluxos socioeconômicos (Mapa 2). O município de Irará possui uma rede de serviços que atende os municípios de Santanópolis, Coração de Maria, Pedrão e Água Fria com atendimento de educação básica e de ensino superior, rede bancária (Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Casa Lotérica), redes de supermercados, materiais de construção civil, lojas de utensílios diversos, lojas de artigos de confecções, rede de saúde (posto de Saúde, clínicas particulares de diversas especialidades), rede de farmácias, entre outros serviços.

Assim os fluxos de mercadorias, bens e serviços, atravessam os territórios graças à especialização produtiva e a flutuação de mercados (DIAS, 2012). Nesse sentido, Santos (1996 a) discute que não se deve perder de vista o duplo movimento na produção do espaço configurado pelas verticalidades e horizontalidades. As ações verticais correspondem à atuação dos chamados agentes capitalistas, que, na tentativa de garantir sua reprodução, instauram uma nova ordem, a de apropriação do trabalho alheio, e em certa medida, impõem uma desordem nas relações não capitalistas de trabalho.

Já as horizontalidades são endógenas ao lugar e são geradoras de complementaridades e cooperação (SANTOS, 1996 a). No município de Iará as horizontalidades configuram-se como estratégias de reprodução camponesa, que tem utilizado como instrumento a diversidade da produção agropecuária e a organização de grupos produtivos de mulheres. Os grupos produtivos comercializam a produção através dos mercados institucionais PAA, PNAE e no mercado municipal de Iará (Foto 11).



FOTO 11: Iará/BA - Comercialização dos derivados de mandioca. Mercado Municipal.  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016.

Assim o município de Iará possui três grupos produtivos de mulheres que se organizam em torno de cozinhas comunitárias e trabalham com a produção de derivados da mandioca (beiju, bolacha de goma, goma, puba). Os grupos produtivos são apoiados pelas associações rurais das comunidades onde eles estão situados, pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município de Iará e pela COOPRIL.

Dessa forma o primeiro grupo está localizado na comunidade de Candeal, fundado em 2003 e conta com dez integrantes, nove mulheres e, apenas, um homem. O segundo grupo está situado na comunidade remanescente de quilombo: Tapera Melão e participam vinte pessoas, sendo dezoito mulheres e dois homens. E o terceiro grupo está localizado na comunidade do Quebra Fogo e é formado por 20 mulheres.

## 4.2 AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA

O campesinato compõe uma classe social heterogênea, condição que permite entendê-lo enquanto uma unidade de classe marcada pela diversidade sócio-cultural e política dos sujeitos do campo. Esta classe se manifesta no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento proposto para o campo brasileiro, baseado na concentração fundiária e na agroexportação. É no contexto de luta dos

camponeses para assegurar a sua reprodução socioeconômica que a agroecologia se constitui como forma de resistência e reafirmação desses sujeitos no espaço rural brasileiro.

O município de Iará possui características que norteiam o conceito da agroecologia. Isto se explica devido ao fato de que a maior parte dos camponeses de Iará que ocupam os pequenos estabelecimentos trabalham com a agricultura tradicional. Esta agricultura é marcada pela preservação de um saber-fazer característico de uma herança cultural e pela construção de histórias de resistências e lutas para permanecerem no campo.

No município de Iará os princípios da agroecologia ecoam de dentro do campesinato para a comunidade local. Ela se manifesta dentro das propriedades através da organização da produção de base familiar, nas técnicas tradicionais de manejo do solo, no respeito à biodiversidade, na reciclagem de nutrientes, na busca pela segurança alimentar, no trabalho coletivo através dos mutirões. E manifesta-se para fora das propriedades por via da comercialização na feira livre, momento em que o camponês dialoga com a comunidade local.

É na unidade camponesa que a maior parte da população economicamente ativa do campo ganha seu sustento. Seja na condição de camponês proprietário, ou na condição de camponês que vende sua força de trabalho em outras unidades camponesa. No município de Iará das 82 unidades camponesas analisadas, 167 camponeses estão empregados junto a família. Outros 73 camponeses vendem sua mão de obra, em regime de diária, em estabelecimentos da agricultura camponesa. (Tabela13).

TABELA 13: IRARÁ/BA: Pessoal ocupado na Unidade Camponesa				
Comunidades	Unidades camponesa	Tamanho em média das unidades camponesa (hectares)	Pessoas da família ocupadas em Atividades da agropecuária	Pessoas contratadas pelas unidades camponesas para Atividade da agropecuária
Alecrim	6	1,29	9	0
Boca de Várzea	5	0,55	2	0
Brotas	2	14,83	2	31
Caboranga	1	Não tem dados	1	2
Candeal	19	3,60	43	5
Coroba	1	Não tem dados	8	2
Gameleira	1	3,65	3	0
Lessa	2	2,93	2	4
Manã	5	1,97	7	1
Mangabeira	7	0,30	3	1
Massaranduba	1	11,18	9	0
Murici	2	1,29	7	0
Palma	8	1,02	7	0
Pedra Branca	1	0,43	5	0
Preguiça	1	1,72	2	0
Saco do capim	2	0,43	2	0
Sobradinho	1	4,3	5	3
Sobrado	9	5,68	18	0
Tapera Melão	7	1,96	27	14
Várzea	1	4,3	5	10
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>61,43</b>	<b>167</b>	<b>73</b>

Fonte: Andreia Alcântara com base em trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Junho de 2016.

Esses dados relevam que nas 82 unidades camponesas analisadas são empregados 240 camponeses. Isto demonstra que mesmo em parcelas minúsculas de terra o camponês tem criado estratégia de se reproduzir e de maneira indireta tem criado possibilidades de permanência para aqueles que procuram se manter no campo na condição de camponês.

Na unidade camponesa o que predomina é a diversidade produtiva dos seguimentos da agropecuária. Assim na agricultura camponesa o ciclo produtivo configura-se como um sistema fechado. Todo insumo produzido dentro da unidade produtiva é remanejado dentro do sistema. Assim os produtos cultivados obedecem não a lei do mercado, mas sim as necessidades nutricionais das famílias.

Dessa forma entre os alimentos com maior potencial energético cultivados na agricultura camponesa estão o feijão de diversas espécies (feijão mulato, preto, fradinho, mangalô e o andú), milho, mandioca, aipim, amendoim, batata doce. Na horta

destaca-se a pimenta, maxixe, couve, coentro, quiabo, alface e abobora. Já entre as frutas são cultivados o coco, jaca, caju, laranja, limão, mamão, tamarindo, acerola, seriguela. Na pecuária destaca-se a produção da galinha caipira, codorna, porco, ovelha, cabra e o bode (Quadro 4).

QUADRO 4: IRARÁ/BA – Produção Agropecuária na Unidade Camponesa				
comunidades	O que produz na unidade camponesa	Instrumentos utilizado na produção	Insumos utilizados na produção	Origem da semente e/ou matriz
Baixinha	Feijão, milho, andu, mangalô, Coco, ovos, quiabo, gilo, maxixe e andu	Enxada, foice, machado	Esterco de suíno	unidade camponesa
Boca de Várzea	Coentro, alface, cebolinha, cenoura, mandioca	Enxada, foice, machado	Esterco de gado	casa de produtos agropecuaria
Brotas	Capim, mandioca, milho, feijão, farinha de mandioca	Enxada, foice, machado	Esterco de gado	casa de produtos agropecuaria
Candeal	Aipim, milho, feijão mandioca	Enxada, foice, machado, estrovenga, cavadeira, trator picareta	Esterco de ovinos Esterco de gado	da unidade camponesa/ casa de produtos agropecuaria
Gameleira	Batata, mangalô, andú, ovos, mandioca, fumo, milho, feijão, mostarda, feijão de corda	Enxada, picareta e pá	Esterco de galinha, suíno, carneiro	unidade camponesa
Juazeiro	Fundamental 1	Enxada, foice, machado	Esterco de gado	da unidade camponesa
Lessa	Mandioca, milho, feijão, laranja, limão, Farinha de mandioca, quiabo, bode, cabra	Enxada, foice, machado, estrovenga, cavadeira	Esterco de gado e ovelha	unidade camponesa
Manã	Mandioca, feijão, milho	Enxada, picareta	-	unidade camponesa
Mangabeira	Feijão, milho, mandioca Galinha caipira e porco	Enxada, picareta, pá, facão, foice machado.	Esterco de gado e galinha	unidade camponesa
Murici	Batata doce, feijão, milho, caju, coco, ovos de galinha caipira, tomate, pimenta, feijão de corda, mangalô, Mandioca, limão, laranja,	Enxada, picareta e pá, foice, machado, estrovenga, cavadeira	Esterco de galinha, suíno, carneiro e gado	unidade camponesa
Pedra Branca	Batata doce, milho, feijão, mandioca	Enxada, picareta e pá	Esterco de galinha,	unidade camponesa
Preguiça	Feijão, mandioca e milho	Enxada, trator, picareta	Esterco de gado	casa de produtos agropecuaria
Saco do capim	Mandioca, batata doce milho, feijão,	Enxada, picareta foice, machado.	Esterco de galinha e esterco de gado	unidade camponesa
Santo Antônio	Mandioca, milho, feijão	Enxada, foice, machado e trator	Esterco de gado	casa de produtos agropecuaria
Sobradinho	Mandioca, milho, feijão	Enxada, picareta	Esterco de gado	unidade camponesa
Tapera Melão	Coentro, milho, feijão, tangerina, laranja, coco, mamão e mandioca aipim, batata doce, Galinha caipira amendoim, abobora, batata doce, fumo	Enxada, foice, machado, estrovenga, cavadeira trator	Esterco de gado e Esterco de galinha palha do feijão e palha do milho	unidade camponesa/ casa de produtos agropecuaria
Várzea	Coentro, alface, mandioca, aipim, feijão de corda, couve, batata doce, jaca, caju, laranja, cajá, tamarindo, acerola, ciriguela, coco, ovos de codorna, Milho,	Enxada, trator, picareta e pá foice	Esterco de galinha, porco, carneiro e gado, casca da mandioca	unidade camponesa/ casa de produtos agropecuaria

Fonte: Andreia Alcântara com base em trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Junho de 2016

A maior parte da produção agropecuária na unidade camponesa é realizada com insumos de origem animal e vegetal, que são reciclados dentro da própria unidade produtiva. Dentre os insumos utilizados com a maior frequência estão o esterco de galinha, gado bovino, porco, ovelhas. Há também, em número menor, a incidência na utilização de adubos a base de casca de mandioca e palhas de feijão e milho.

As unidades camponesas que não produzem animais de pequeno porte e/ou grande adquirem os insumos (adubo) com comerciantes atravessadores que comercializam esterco na feira livre do município de Irará<sup>25</sup>. No que se refere a instrumentos utilizados na produção agrícola, a maior parte dos camponeses produz de forma artesanal com o uso de enxada, picareta, pá, facão, foice, machado, estrovinga e cavadeira.

Segundo Guzmán e Molina (2013):

É na agroecologia que o campesinato se legitimará não apenas enquanto classe social que explora o meio e providencia para os centros urbanos o abastecimento indispensável para a sobrevivência, mas, também, enquanto classe necessária para a preservação ambiental aliada ao desenvolvimento da produção (Guzmán e Molina 2013 p. 14).

No município de Irará a mandioca é o principal cultivo de valor econômico, ela é a matéria prima na produção da farinha, produto que é base da economia municipal e também a atividade que mais absorve mão de obra de trabalhadores rurais no município. A mandioca é que garante a manutenção da família camponesa sendo utilizada para alimentar os animais na unidade camponesa (galinha, suíno, ovino, gado leiteiro), e para o consumo humano como a, farinha de mandioca, fécula, beiju, tapioca, puba, biscoitos de goma e sequilho, entre outros derivados.

A mandioca é o produto que muitos agricultores usam para fazer a feira no sábado, por que se não tiver a mandioca as dificuldades irão ser maiores. Ou barato ou caro o agricultor tem obrigação de plantar a mandioca porque é ela quem custeia todos os outros produtos. A galinha no terreiro se quebrar a mandioca a galinha como, a raspa vai servir pra criar porco e vaca leiteira, ou qualquer outro animal, a maniva e parte aérea passa na máquina para fazer ração. E a mandioca vai fazer a farinha ou tirar a fécula (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará, 2015).

---

<sup>25</sup> Para os camponeses que não tem insumos em suas propriedades, a compra do insumo no mercado local aumenta o custo de produção. Em 2016 o caminhão (6 toneladas) de esterco de gado bovino estava custando R\$ 600,00. Essa quantidade de esterco é suficiente para arar apenas 0,43 hectares. Já o caminhão de esterco de galinha estava custando R\$ 800,00.

A produção de feijão e milho não tem expressão comercial no município, sendo cultivados em maior parte para alimentar a família e para manutenção da unidade camponesa, com a alimentação dos animais, a exemplo do porco, galinha, caprinos entre outros, outra parte é comercializado na feira livre (Tabela 14).

TABELA 14: IRARÁ/BA: Produção Agrícola (2010-2014)

Cultivos	2010		2011		2012		2013		2014	
	Área (ha)	Qtd. (t)								
Abacaxi*	4	120	5	125	-	-	-	-	-	-
Amendoim	210	189	200	180	200	120	-	-	-	-
Banana**	18	324	17	306	-	-	-	-	-	-
Batata doce	90	720	110	990	-	-	-	-	-	-
Cana de açúcar	15	900	13	780	-	-	-	-	-	-
Castanha de caju	320	67	308	22	-	-	-	-	-	-
Coco da Bahia*	126	1008	119	952	-	-	-	-	-	-
Feijão	4.360	2.316	3.620	1.086	3.000	720	4.162	1.499	2.650	1.272
Laranja	150	1.200t	141	1.128	45	225	45	360	45	360
Mandioca	6.00	66.000	6.00	54.000	1.190	11.900	3.570	42.840	4.500	54.000
Maracujá	26	468	19	342	-	-	-	-	-	-
Milho	4.200	3.024	3.600	3.110	3.200	672	5.030	9.054	3.600	2.808

\*Frutos, \*\* Cacho, (-) não tem dados. Fonte: Organizada por Andreia Alcântara (2016) com base em IBGE, Produção Agrícola Municipal (2010 – 2014). Rio de Janeiro, 2015.

A pecuária tem na bovinocultura sua maior expressão, apresentando também criações de aves, suínos, ovinos, caprinos e abelhas. Desse modo, a produção de animais se destacam os bovinos (9.051 cabeças) caprinos (1.385 cab.), codornas (1.100 cab.), equinos (2.400cab.), galinhas (1.200.000 cab.), ovinos (3.928 cab.) suíno (15.100 cab.) vacas ordenhadas (1.500 cab.) (TABELA 15). Observa-se que no município é a produção da agricultura camponesa que mesmo em pequenas porções de terra garante a reprodução da família camponesa e atende ao mercado municipal com a produção de feijão (1.272 t.), milho (2.808 t.), mandioca (54.000) e laranja (360 t.), entre outros (IBGE, 2015).

**TABELA 15: IRARÁ/BA: Principais Produtos da Pecuária (2010-2014)**

Pecuária	2010	2011	2012	2013	2014
	Quantidade (cabeças)				
Assininos	1.029	870	820	-	-
Aves	952.262	785.580	762.000	791.000	1.200.000
Bovino	14.271	10.600	9.500	9.000	9.051
Caprino	1.018	890	860	850	1.385
Codorna	1.004	860	800	750	1.100
Equino	1.591	1.350	1.250	1.200	2.400
Leite de vaca*	1.020	920	800	750	2.045
Mel de abelha*	5.539	4.600	2.200	2.300	2.300
Muare	1.484	1.230	1.080	-	-
Ovino	4.794	4.150	4.080	4.000	3.928
Ovos de codorna**	17	14	14	12	18
Ovos de galinha**	474	411	400	380	900
Suíno	19.909	16.520	14.950	14.000	15.100
Vacas ordenhadas	1.250	1.200	1.000	950	1.500

\*Litros; \*\* dúzia, (-) não tem dados. Fonte: Organizado por Andreia Alcântara (2016) com base em IBGE, produção da pecuária (2010 – 2014). Rio de Janeiro, 2015.

Percebe-se em campo e confirma-se nos dados do IBGE que no município a atividade da pecuária concentra a maior parte dos investimentos destinado a agropecuária (Tabela 16).

**TABELA 16: IRARÁ/BA: FINANCIAMENTO CONCEDIDO PELO GOVERNO FEDERAL PARA AGROPECUARIA**

Anos	Agrícola		Valor médio do contrato	Pecuária		Valor médio do contrato
	Contrato	Valor		Contrato	Valor	
2008	74	142.455,90	1.925,07	308	456.651,52	6.170,96
2009	40	64.300,00	1.607,5	574	877.825,00	1.529,31
2010	41	162.752,70	3.969,57	424	888.093,10	2.094,55
2011	60	124.254,80	2.070,91	537	1.089.104,14	2.028,12

Fonte: Sei 2012 com base em Banco Central do Brasil. Elaborado por Andreia Alcântara, 2016.

Percebe-se que em relação ao financiamento da agricultura no município de Irará entre os anos de 2008 a 2011, que em 2008 o número de contratos foi 74 e o valor financiado foi de aproximadamente 142 mil reais. Já em 2009 diminuiu o número de contratos e diminuiu também o valor financiado. Em 2010 permanece o número dos contratos e aumenta-se em mais de 100%, ou seja, o valor financiado chegou a R\$ 162.000,00. Em 2011 aumenta-se o número de contratos para 60 e diminui o valor financiado para 124.000,00.

Em relação ao financiamento para a pecuária, observa-se na tabela que os números de contratos feitos entre 2008 a 2011 são maiores que os números dos contratos para a agricultura. Nesse sentido, percebe-se que os recursos destinados à agropecuária no município de Iará vêm sendo destinado em maior parte para a produção da pecuária, já que essa produção concentrou os maiores números de contratos financeiros.

No município de Iará essa realidade é decorrente do processo histórico de formação do município, onde a intensificação do processo de concentração da terra tem gerado a valorização de commodities em detrimento a agricultura de subsistência.

Outro fator relevante no município de Iará é a difusão da ideologia que a industrialização da agricultura e a utilização de insumos modernos é símbolo de desenvolvimento. Nesta perspectiva verificamos a existência de uma pequena propriedade (92 hectares), onde o camponês utilizando dos conhecimentos de técnicas agrícolas convencionais produz para o mercado produtos como laranja, limão, tangerina, mamão e a melancia.

O camponês mesmo tendo o conhecimento da agroecologia prefere a praticidade produtiva com a utilização de produtos químicos a exemplo cálcio e Boro o calcário dolomítico, entre outros. Também são utilizados insumos orgânicos de origem vegetal a exemplo da torta de mamona e de origem animal como esterco de gado bovino, galinha e cabra. Estes insumos têm por objetivo garantir os três elementos fundamentais (fosfato, potássio e nitrogênio) para a produção de cultivos como o citros, mamão e melancia. Neste caso a ideia de praticidade está vinculada a ideia de mercado, suprir as necessidades do mercado.

A produção nesta unidade é mecanizada o que dispensa a necessidade de contratar mão de obra permanente, mas sim, periódicas em épocas de colheitas. Neste caso a contratação é por diária, ou seja, não há vínculo empregatício.

Na produção da agricultura convencional<sup>26</sup> são nítidas as relações de exploração do capital. Essa exploração se manifesta na compra de sementes genética-

---

<sup>26</sup> Agricultura convencional também denominada de agricultura moderna ou industrial foi consolidada após o processo de modernização do campo como consequência da revolução verde. Esse modelo de produção tem como características o uso de agroquímicos, sementes geneticamente modificadas, mecanização da produção e a dependência da agricultura a indústria (CAPORAL, 2009)

mente modificadas, na dependência de produtos químicos e na venda do produto no mercado altamente exigente a preço estabelecido pelo mercado.

Nesse sentido Vêrges (2011) escreve:

O único procedimento capaz de colocar o trabalho camponês a serviço de uma taxa de acumulação mais elevado e uma quota superior à média de lucro é a instrumentalização das funções de intermediação com esse setor através do capitalismo de Estado. (VÉRGES, p.59,2011).

A dependência do camponês ao acesso a créditos e as políticas de subsídio o torna altamente dependente do Estado. Na unidade produtiva em questão a produção é comercializada através de “comerciantes atravessadores” para o centro de abastecimento de Salvador e dos estados do Ceará e do Pará. Porém, aqueles produtos fora do padrão de qualidade estipulado pelo mercado são comercializados, pelo camponês, na feira livre do município de Irará para a população local.

O camponês percebe que está sendo imbricada em uma relação de exploração vinculada a indústria de insumos químicos e na venda da produção a comerciantes atravessadores. Mas os altos investimentos no empreendimento, somando a dívida com bancos o tornam refém do sistema capitalista. Em seu posicionamento é manifestado à busca de novas estratégias que garantam a sua reprodução socioeconômica no campo.

Dialogando com Thomas Junior (2011), o autor relata que a reestruturação produtiva do capital no campo, tem representado os interesses do capital e do Estado. Essa representação é percebida nas mediações que garantem o processo de reprodução do capital; na intensificação da mecanização do processo de trabalho e dimensão do controle social (formas recriadas que revelam a expropriação, a subordinação do trabalho); na apropriação da renda da terra pelo capital e na execução e extinção das políticas públicas. São essas representações que tornam possível identificar as contradições que redefinem o agronegócio no Brasil e que mistificam a existência de um campo moderno e um campo atrasado.

Dessa maneira, percebe-se que a ideologia da modernização do campo, nos dias atuais se configura pelo apoio do Estado para o agronegócio. Essa ideologia é possível ser concretizada na figura do latifundiário que foi/é subsidiado por políticas de crédito a baixos juros, incentivo fiscais, isenção de impostos entre outras regalias que possibilitaram o aumento da produção e o sucesso econômico. Mas para os pe-

quenos estabelecimentos a ideologia da modernização do campo configurou-se e configura-se no fracasso do camponês com a perda de sua autonomia produtiva na sua unidade camponesa, ou seja, na transformação do camponês em proletariado.

Em resposta ao processo de concentração de terras e de exclusão social, que emergiram na década de 1990, mobilizações e reivindicações de camponeses organizados, propondo políticas públicas que possibilitassem condições dignas para a sua reprodução enquanto camponês. Neste contexto, são criados programas de desenvolvimento rural com o objetivo de integrar o camponês ao modelo produtivo da agroindústria, tornando-o dependente da indústria de agroquímicos.

Neste cenário, marcado fortemente pela orientação das políticas neoliberais, o Estado brasileiro consolida a existência de uma nova categoria social no campo: o agricultor familiar, cujo propósito era enfraquecer a organização de agricultores camponeses que lutavam pelo acesso à terra e às condições de sua produção e reprodução. Contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento pautado para o campo, os camponeses organizados em movimentos sociais propõem a agroecologia como um caminho possível para superar o modelo de produção convencional.

No município de Ipirá o conceito de agroecologia foi difundido em 2003 através da Cediter. Esta instituição, ao realizar um diagnóstico do município, percebeu que as práticas adotadas na produção agropecuária dos camponeses, eram tradicionais e com características da agroecologia. Após o diagnóstico, a Cediter iniciou o trabalho de incentivo do camponês a adoção de técnicas e manejo agroecológico do solo.

As técnicas agroecológicas possibilitaram o aumento da produção na agricultura camponesa e um retorno financeiro melhor por meio do beneficiamento da produção. Assim, os camponeses intensificaram a produção de cultivos consorciados (mandioca, feijão, milho) e passaram a utilizar os próprios insumos orgânicos produzidos nas propriedades como adubos e biofertilizantes. Os cursos da Cediter foram fundamentais no processo de beneficiamento da produção da mandioca, e sua comercialização em feiras locais e regionais. A relevância da Cediter está na visibilidade dessa produção e na organização juntamente com o sindicato dos trabalhadores rurais, as associações rurais e a secretaria de agricultura e meio ambiente do município de Ipirá.

Outra instituição que tem trabalhado o conceito de agroecologia no município de Iará e a Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Iará (EFAMI). A escola atua na formação de jovens no curso técnico em agropecuária. Esta formação pauta-se em um conhecimento que permita a formação humana integral desses jovens, partindo do desenvolvimento da consciência política.

A escola também desenvolve atividades socioeducativas que visam o fortalecimento da identidade quilombola e camponesa. Nesse sentido a apropriação dos princípios e práticas da agroecologia configura-se como instrumento de resistência e de construção de técnicas alternativas para a melhoria da produção agrícola, e também das condições de vida no campo.

A teoria e a prática no âmbito da agroecologia são abordadas e pautadas nos princípios da educação ambiental, do cuidado com a biodiversidade, com o manejo ecológico do solo e recuperação da mata nativa visando a recuperação das nascentes. Nessa perspectiva, a EFAMI atua na formação de jovens para que esses levem para suas comunidades as experiências agroecológicas aprendidas e desenvolvidas na escola.

Além das atividades que são executadas dentro do espaço escolar, a EFAMI tem atuado, através de projetos, na formação de camponês nas comunidades rurais onde reside seu quadro de alunos. Assim, a EFAMI e seus alunos tem executado projetos com a perspectiva de desenvolver atividades como o acompanhamento direto de 15 (quinze) unidades camponesas.

O projeto possibilitou a atuação de estudantes na orientação de base agroecológica em unidades camponesas. Nos módulos produtivos, os estudantes desenvolveram experiências diversas a exemplo da produção de hortas, criação de carneiros, galinhas, e o cultivo de maracujá. Uma experiência exitosa tanto nos resultados positivos alcançados, quanto na permanência do desenvolvimento da atividade, após término do projeto.

A referida experiência oportunizou uma maior autonomia quanto ao desenvolvimento de novas práticas no âmbito da produção incentivando assim os camponeses a aderir e/ou aprimorar as práticas agroecológicas, pois foi constatado que a maior parte dos camponeses já utilizavam práticas de agricultura sustentável.

Os princípios da Agroecologia não visam apenas uma agricultura sustentável, mas idealizam uma produção que assegure aos agricultores condições dignas de vida como moradia, saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico. O que se configura enquanto proposta sócio-política e econômica para os camponeses.

Na agroecologia predomina a valorização dos aspectos culturais e regionais, promovidas pelas experiências tradicionais dos povos, onde a prioridade é o cultivo para a subsistência, ou seja, a segurança alimentar. São técnicas de produção agroecológica o cultivo em pequena escala com produção diversificada (policultivo); a utilização do resíduo orgânico gerado na propriedade, dos compostos orgânicos e da compostagem; o uso de biofertilizantes, a tração animal e interação da produção animal e vegetal, fazendo da agricultura um sistema fechado (ALTIERI, 2004).

A agroecologia busca uma retomada histórica às técnicas da agricultura tradicional, as quais foram desprezadas e colocadas em condições obsoletas no processo capitalista de desenvolvimento rural. Seu conceito surge a partir da década de 1970, mas as práticas da agroecológica são tão antigas como a origem da agricultura (HECHT, 1999). A agricultura tradicional é uma herança dos povos tradicionais (indígenas) onde sua prática é muito mais que utilização de técnicas que não degradem o meio ambiente. Assim, a agricultura tradicional é a manifestação das diversidades culturais e da organização política de um povo (PETERSEN, 2013):

Além de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, a agricultura camponesa molda estilos de desenvolvimento rural que mantêm relações positivas com os ecossistemas e dinamizam as economias regionais, por meio da criação de empregos estáveis e dignos e da diversificação de atividades, demonstrando ainda flexibilidade para se adaptar a mudanças climáticas, econômicas e socioculturais (PETERSEN, 2013, p. 4).

A agroecologia é um instrumento da luta camponesa que se contrapõe ao agronegócio e, ao mesmo tempo, se constitui como ferramenta de enfrentamento às políticas hegemônicas do campo. É construída por camponeses, na dimensão política, mas também é uma ciência que aperfeiçoa e constrói técnicas de manejo do solo, que não agrida a biodiversidade e que seja acessível para o camponês. Neste sentido, a agroecologia se caracteriza enquanto uma bandeira dos movimentos sociais que lutam por acesso à terra e por melhor qualidade de vida, configurando-se como instrumento de resistência do camponês. Na concepção de Gonçalves (2009):

Agroecologia corresponde fundamentalmente a um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo, superando, portanto, o viés econômico e ambiental/econômico presente nas agriculturas industriais e orgânicas (GONÇALVES, 2009 p.85).

Dessa maneira a agroecologia se constitui como uma ferramenta teórico-prática de disputa ideológica, econômica, técnica e cultural, que garante a emancipação humana. É um instrumento não apenas de promoção da agricultura sustentável, mas de autonomia do camponês.

#### 4.3 COSTUMES MATERIAIS E IMATERIAIS DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE IRARÁ: O ARTESANATO E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

O IBGE não registra os valores referentes à produção do artesanato no município de Irará, mas o trabalho de campo revelou o potencial e a importância de tal atividade na manutenção cultural e econômica do campesinato no município de Irará.

Dessa maneira o artesanato é derivado de matéria prima a exemplo da argila, cipó e palhas de coqueiro e dendezeiro. Os objetos mais produzidos são: pratos, panelas, jarras de argila; cestos de cipó; chapéus e vassouras de palhas. Tudo isso pode ser apreciado e adquirido na feira livre de Irará, onde os próprios artesões camponeses vendem seus produtos (Fotos 12e 13).



FOTO 12: Irará/BA - Artesanato de cipó, Feira livre.  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016.



FOTO 13: Irará/BA Artesanato de argila, Feira livre.  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016

Existem também, a produção do artesanato com material reciclável a exemplo do papel, que podem ser encontrados na Casa do Artesão, localizado no centro da cidade de Irará (Foto 14).



FOTO 14: Irará/BA - Artesanato de materiais recicláveis. Casa do Artesão.  
Fonte: Andreia Alcântara, 2016.

Além dos costumes materiais (artesanato e o cultivo do milho, feijão e mandioca) herdados historicamente dos povos tradicionais (africanos e índios) os camponeses do município de Irará, conservam a cultura imaterial que se manifesta através do saber fazer. Destaca-se assim, o Samba de Roda, as Rezas de Cura e o Trabalho das Parteiras, além das manifestações culturais, a exemplo Chegança, Bumba Meu Moi, Burrinha, Rei Roubado, Boi Roubado, Lindro Amor e a Festa de Nossa Senhora da Purificação, que são especificadas a seguir:

O Samba de roda, a prática da reza, assim como a parteira são no município de Irará heranças históricas, que permanecem por gerações. Segundo relato de Dona Lora (camponesa que mantém a tradição do samba de roda e da reza) o samba de roda como é conhecido no município de Irará, nem sempre teve essa denominação. Antes, era chamado samba brasileiro, com a modernidade passou a ser reverenciado por Samba de Roda.

A prática da reza é uma virtude religiosa afro brasileira que atende aos camponeses em situações diversas, desde os problemas relacionados à saúde, como também as dificuldades na produção agropecuária e as intempéries de origem climáticas. A prática da reza também é um ritual necessário para o início do samba de roda (Mulheres do Samba de Roda, 2015).

O samba de Roda configura-se no município de Irará como atividade lúdica. Essa atividade é praticada (em grande parte) por camponeses em dias festivos, e/ou como fuga da tenção e no descanso do trabalho. O município já contou com sete grupos de Samba de Roda sendo eles: São Cosme e São Damião, Filhos do Mestre, Olhos D'água, Pisadinha do Pé Firme, Brilhante, Sinfonia do Pandeiro. Atualmente (2017) estão em atividades apenas três: Sinfonia do Pandeiro, São Cosme e São Damião (FOTO 15 ), Pisadinha do Pé Firme e (Foto 16).



Foto 15: Irará/BA- Grupo de Samba de Roda São Cosme e São Damião da comunidade quilombola da Olaria. Fonte: Andreia Alcântara, 2016



Foto 16: Irará/BA- Grupo de Samba de Roda Pisadinha do Pé Firme da comunidade Boca de Várzea. Fonte: Ubirajara Moura, 2015.

A Chegança: É uma manifestação cultural do município de Irará que, assim como o Samba de Roda configura-se como herança histórica e transita por gerações. A Chegança é uma espécie de samba de roda que se distingue pela organização de sua dança, praticada apenas por homens que dançam em grupos e a dança ocorre em pares formados pelo mestre e o contramestre (PINHO, 2008).

O Bumba Meu Boi: É uma dança do folclore popular brasileiro que tem no município de Irará representatividade. Neste município ganha destaque, entre os personagens do bumba meu boi, a Catarina Fateira e o Vaqueiro. O bumba meu boi é um caractere construído de madeira e tecido colorido em formato de animal, no caso o boi. O indivíduo que dirige o bumba meu boi fica dentro do caractere de maneira que só apareça os seus pés.

A Burrinha: Acompanha a apresentação do bumba meu boi, mas também é realizada de forma isolada. A dança é acompanhada de música produzida a partir instrumentos como o pandeiro. A burrinha é feita com o mesmo material que o bumba meu boi. Porém o indivíduo que dirige a burrinha veste o caractere de maneira que a burrinha fique em sua cintura.

O Boi Roubado: É uma atividade cultural camponesa, onde os camponeses se reúnem em festejos através de músicas e danças típicas da cultura popular. O motivo da festa é ajuda mútua em uma atividade na unidade camponesa seja relacionada à produção agrícola ou outras. Nessa atividade cultural os camponeses chegam em um estabelecimento pela madrugada, sem que a família saiba, com festejos e iniciam atividades de maior necessidade na unidade camponesa, na maioria das vezes ocorre em épocas de colheitas. Após a família perceber a atividade recebem os participantes da festa com comida e bebida o que se transforma em uma festa (EFAMI, 2011).

O Rei Roubado: É uma atividade cultural camponesa, onde os camponeses se reúnem em festejos através de músicas e danças típicas da cultura popular. Nessa atividade cultural os camponeses chegam em um estabelecimento, sem que a família saiba, com festejos e pedem permissão para iniciar a festa no estabelecimento. Se a família permitir os participantes da festa iniciam os festejos com músicas, samba e com comida e bebida (EFAMI, 2011).

O Lindro Amor: É uma manifestação cultural dos camponeses do município de Irará que ocorre anualmente em 27 de Setembro, mesma data da festa de São Cosme e São Damião. A festa ocorre com as crianças, jovens e adultos pedindo contribuições para realização da festa de São Cosme e São Damião.

No festejo do lindro amor às crianças lideram com muita alegria e travessuras. Uma delas carrega consigo uma sombrinha e uma caixa de sapato vazia com a imagem de São Cosme e São Damião. As mulheres se trajam com saia de roda e chapéu de palha enfeitadas com tiras coloridas, dançando e cantando músicas populares. Os homens seguem também com danças e músicas auxiliadas por instrumentos como pandeiros e acordeons (SANTOS, 2008).

A Festa de Nossa Senhora da Purificação: É um festejo religioso que ocorre no dia 2 de fevereiro em homenagem à padroeira do município. O evento conta com atividades a exemplo de missas, novenas, romarias e a grande procissão que marca o encerramento dos festejos (SANTOS, 2008). É uma festa que envolve indivíduos de distintas crenças e tem caráter Inter geracional. A cortejo é realizada com músicas e danças e ao chegar a Igreja de Nossa Senhora da Purificação dos Campos as baianas lavam as escadarias finalizando o festejo (Foto 17).



Foto 17: Irará/BA - Cortejo da Festa de Nossa senhora da Purificação.  
Fonte: Ubirajara Batista, 2015

Como apresentado o município de Irará apresenta grande diversidade de manifestações culturais existentes em suas comunidades rurais e urbanas. Porém as práticas populares tradicionais então sendo substituída por “novas” atividades. As-

sim é percebido que no município de Irará manifestações culturais como o Bumba Meu Boi, a Burrinha, a Chegança, o Rei Roubado e o Boi Roubado têm sido substituídos por atividades de lazer como o turismo e festejos religioso, e atividades esportivas como jogos de tabuleiro, cavalgadas, entre outros (Quadro 5).

Quadro 5: IRARÁ/BA – Atividades culturais	
Festejos religiosos	Capela Santa Tereza de D'Ávila, Arrastão São Pedro; Trezena de Santo Antônio; Festa da padroeira Santa Rita; Festa de Nossa Senhora do Bonfim; Festa do Domingo de Ramos; Quadriilha Junina; Festa de Nossa Senhora Aparecida e Festa do dia das Crianças
Turismo religioso	Bom Jesus da Lapa/BA; São Roque do Paraguaçu/BA; Caldas do Jorro/BA; Nossa Senhora das candeias/ Candeias BA; Santo Antônio de Jesus
Atividades diversas	Cavalgada; Reuniões em bares; Jogos de Tabuleiro; Capoeira; Futebol
Atividade de ajuda mútua	Festa da colheita; Raspagem de mandioca; Frente produtiva ou frente de trabalho

Fonte: Organizado por Andreia Alcântara com base em EFAMI, 2011

Parafrazeando com Bogo (2010) Cultura deriva do verbo latino *colo* que significa cultivar [...] não pode haver um projeto de sociedade futura sem considerar e sem valorizar a cultura popular. Nesse sentido se faz necessário uma intervenção na dimensão educativa para que seja possível fortalecer, multiplicar, difundir, resignificar e tornar acessível o saber fazer, condição vital para que as manifestações culturais locais continuem dinamizando o espaço do município de Irará.

Outras atividades permanecem no espaço rural do município, como aquelas de distração e de descanso do trabalho. A prática esportiva como o futebol nos domingos sobrevivem nas comunidades rurais. Assim nas observações de Batista (2009) sobre as relações socioculturais no espaço agrário do município de Irará:

O campo de futebol aparece como espaço de distração e passatempo nos momentos de descanso, sobretudo aos sábados e domingos, quando, após uma semana de trabalho na roça, inventam modos de se divertir: ao longo do dia, no campo de futebol, interação com o jogo e com as pessoas que se distribuem pelos bares próximos; à noite, nas festas que fazem na Sede do Palmeiras, também próximo ao campo (BATISTA, 2009 p.66).

As relações de ajuda mútua em atividades da agricultura camponesa permanecem atuantes em comunidades rurais do município de Irará. Essas atividades são executadas na base da cooperação e do trabalho coletivo. Dessa maneira, o trabalho assim como os festejos populares, é também motivo para que os camponeses exerçam a solidariedade. Segundo Batista (2009):

O regime de trabalho demarca a forma como a comunidade se organiza e a colaboração estabelecida entre os moradores, como a maioria deles não tem recurso para pagar a diária de vários trabalhadores, todos se reúnem para ajudar a produzir, de uma só vez, dez, vinte ou até mais sacos de farinha que serão armazenados para o consumo da família em tonéis de zinco ou de plástico (BATISTA, 2009 p.91).

Neste sentido percebe-se que a cultura no município de Iará se manifesta em múltiplas demissões. As festas populares, as crenças, os hábitos, a organização do espaço agrário, o cultivo de alimentos, o saber popular, o artesanato entre outros. São características que se configuram como patrimônio histórico e são visíveis em suas expressões contidas no espaço agrário do município de Iará.

Bogo (2010) defende que,

“Há circunstâncias que não são somente momentâneas e passageiras; elas são acima de tudo estruturais [...] e se manifestam nos hábitos, comportamentos e maneira de ver o mundo presente e futuro, tornam-se, portanto, cultura” (BOGO, 2010 p.156).

No município de Iará as expressões culturais tradicionais vêm sofrendo alterações devido ao avanço das culturas de “consumo” e do individualismo propagadas pela mídia, em defesa do sistema capitalista. Essa situação leva parte dos jovens a perderem partes de sua identidade cultural e/ou desconhecem ou não possuem mais o sentimento de pertencimento para com algumas festas e expressões culturais; existentes historicamente em suas comunidades. Nessa lógica, as comunidades camponesas apresentam riscos significativos de perda das culturas populares, podendo levar ao esquecimento, negação e perda da memória coletiva destas manifestações culturais.

Assim, concorda-se com Bogo (2010) que afirma:

“Em qualquer tempo e lugar cultura é mediação. Ela é a construção e ao mesmo tempo o construtor já feito, mas também, ainda, o que virá a ser da construção e do construtor, seja no processo de produção ou no processo educativo (BOGO, 2010, p.155).

Nesse sentido mesmo que os desejos pela “modernidade” caminhem para a perda da identidade, em seu percurso, terá que se confrontar com a resistência histórica de um povo sofrido, mas que carrega consigo a força, os saberes, os hábitos e os costumes herdados pelos seus ancestrais. Assim o campesinato no município de Iará é símbolo de resistência e ressignificação de costumes historicamente pratica-

dos por mulheres e homens do campo que carregam consigo a identidade camponesa.

## 4.2 A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE IRARÁ

A feira livre do município de Irará é um dos patrimônios históricos do município. Mesmo não tendo registro de quando se iniciou a construção da feira livre, é possível inferir através do processo histórico da formação do município, que sua construção se funde com o processo de construção do campesinato no município de Irará.

### Na análise de Pinho (2008)

Iniciando pelo intermitente de Irará, coronel Elpídio Nogueira, o mercado Municipal teve sua primeira cobertura montada sobre dois pilares que em 1924 vieram a baixo [...] em 1932, Irará esteve em festa com a inauguração do mercado. Foi um dia de alegria e os feirantes, que ficavam em torno da igreja, foram deslocados para dentro do mercado (PINHO, 2008, p.25,26).

Seguindo a linha de análise de Pinho é possível perceber que antes mesmo da construção do Mercado Municipal de Irará já existia a feira livre que se localizava nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Purificação do Campos.

A feira livre do município de Irará configura-se como instrumento oxigenador da economia camponesa. É onde o camponês exerce a troca, por meio do dinheiro, do que excede em seu estabelecimento com outros produtos fundamentais a sua subsistência. A feira também é o espaço das relações de sociabilidade, das manifestações culturais e do lazer.

Na feira livre as relações de trabalho se apresenta em torno da comercialização dos produtos da agricultura camponesa e também no comércio dos diversos produtos. Ali ocorre ainda que de maneira aleatória uma divisão sócio espacial do trabalho.

Assim a feira livre do município de Irará atende ao público no âmbito municipal e intermunicipal (Ouriçangas, Pedrão, Coração de Maria, Santanópolis e Agua Fria), onde feirantes comercializam e consomem produtos diversos.

O emprego no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração é a baixo do salário mínimo. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo

pessoal entre o dono do produto e o ajudante, na maioria das vezes o ajudante é um membro da família. A média de ocupados por unidade de produção é baixa, mas em compensação o número geral de pessoas ocupadas é considerável (SANTOS, 2004).

O trabalho na feira livre do município de Irará é dividido na maioria das vezes entre os membros da família. Dessa forma, 58% do total de 24 entrevistados relataram que trabalham com a ajuda da família, já 25% dos entrevistados trabalham sozinhos e 17% trabalham com ajudante (Quadro 6).

QUADRO 6: Irará/BA – Organização socioeconômica da feira livre			
Trabalha com quantas pessoas?	Produtos comercializados	Profissão	Renda semanal (em salário mínimo)
Ajudante	Farinha, feijão, milho	Agricultor	Menos que ½
	verduras	Comerciante /Serviços gerais	
	verduras	Comerciante	
	Farinha, milho, feijão	Cabelereiro e comerciante	
Família	Farinha, feijão, milho	Agricultor	
	Farinha, feijão	Comerciante	
	Laranja, horta, andu, tangerina	Agricultora	
	verduras	Comerciante	
	verduras	Comerciante/agricultora	
	Frutas, verduras	Comerciante	
	Frutas, verduras	Comerciante/agricultora	
	verduras	Comerciante	
	verduras	Comerciante/agricultora	
	Farinha, milho, feijão	Comerciante	
	farinha	Agricultor	
	farinha	Comerciante/agricultora	
	Frutas, legumes e verduras	Comerciante/agricultora	
legumes e verduras	Comerciante		
Sozinho	Farinha	Comerciante	
	Verduras e condimentos	Baina de acarajé	
	verduras	comerciante	
	verduras	comerciante	
	Farinha, feijão diversos	Comerciante/agricultora	
	farinha	Comerciante/agricultora	

Fonte: Andreia Alcântara com base em trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Junho de 2016.

Assim, os trabalhadores da feira livre variam seus produtos de acordo com a oferta e procura. Doravante os feirantes do município de Irará, exercem atividades diversas que são complementares da renda familiar. Ou seja, a maior parte deles são agricultores, mas que também, exercem atividades de comerciantes, prestadores de serviços gerais entre outras.

Em relação a renda dos trabalhadores obtida na feira livre do município de Irará 100% dos entrevistados relataram que a renda gerada semanalmente, é menor que o salário mínimo. Assim, justifica a diversidade de produtos que o camponês consegue cultivar em seus estabelecimentos, visando garantir a alimentação da família e parte desses produtos são comercializados na feira livre.

### *Organização Sócio espacial da Feira Livre*

A feira livre do município de Irará é subdividida por setores independentes em sua organização, mas complementares quando à necessidade é a compra da cesta básica e de produtos de ornamentação e confecções. Cada setor da feira oferece um tipo de produto.

Dessa forma a feira livre de Irará ocupa as ruas com sua beleza peculiar nos sábados. Pela manhã, a cidade de Irará recebe uma quantidade significativa de transeuntes, a praça da Purificação dos Campos que nos demais dias da semana possui fluxo reduzido, no sábado amanhece repleta de pessoas de diferentes idades e com toda a infraestrutura da feira livre montada, onde se comercializa produtos dos diversos segmentos a exemplo de hortaliças, verduras, frutas, farinha de mandioca, bolachinha da goma, beiju, tapioca, animais vivos, carne, utensílios domésticos entre outros. A feira livre também oferece locais para lanches rápidos.

A feira livre demarca um recorte espacial que compreende as seguintes ruas: Mangabeira, Manoel Julião, Campos Martins, Pedro Lima, Epídio Nogueira, Pompílio Santana, Emídio Timóteo da Silva e a Moreira Rêgo, além da Travessa Armando Coelho (Figura 1).

Figura 1: Irará/BA - Organização Socio Especial de Feira Livre, 2016



<b>CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS</b>	● Mercado de Carne
■ Praça Dois de Julho	
■ Praça da Purificação dos Campos	<b>TIPOS DE COMERCIO EXERCIDO</b>
● Centro de Abastecimento	● Agricultura Camponesa B
● Mercado Municipal	● Agricultura Camponesa A
	■ Comércio diversificado
	■ Confeção

Fonte:  
 Imagem Google CNES/ Astrium, 2016  
 Andreia Alcântara 2016, trabalho de campo  
 Elaboração: Rafaela Moreira, 2017



Centro de abastecimento, Irará 2016.



Mercado municipal, Irará 2016



Praça da purificação dos campos, Irará 2016. (Setor com maior diversidade de produtos)



Agricultura camponesa, Irará 2016



Artesanato, Irará 2016.



A Praça da Purificação dos Campos se configura como o principal setor da feira. Este ponto representa a história vivida e contada pelos camponeses de Irará, de um tempo passado e de um tempo presente que carrega em si a força e a esperança da ancestralidade dos camponeses de Irará. É na praça da Purificação dos Campos que se encontra a maior diversidade de produtos que advêm da zona rural do município de Irará e dos municípios de Feira de Santana, Juazeiro, Ouriçangas, Santanópolis e Água Fria. Os produtos são de origem camponesa, da agricultura comercial, confecções, bomboniere e artefatos diversos.

Nas proximidades da praça da Purificação dos Campos se encontra o Mercado Municipal que se configura como o segundo maior setor da feira livre, pois ali é possível encontrar uma diversidade de produtos. Na entrada principal se situa uma quantidade significativa de produtos da agricultura camponesa.

Adentrando o mercado municipal encontramos uma diversidade de produtos considerados principais: beiju, farinha de mandioca, feijão e o milho. Em outra área do mercado estão os artefatos de couro, produtos da agricultura comercial entre outros. E no segundo piso estão localizados os bares.

Na Praça Dois de Julho localizada na rua Pedro Lima, está o terceiro setor da feira livre, tendo como produtos principais o artesanato com artefatos como utensílios de cerâmica, esteiras, cestos, chapéus de palha, chicotes.

Na rua Mangabeira se encontra o quarto setor da feira, o centro de abastecimento, onde são comercializados animais vivos e também abatidos (carne de bode, carneiro, gado bovino e galinha caipira). Outros produtos também são comercializados ali, como utensílios de diversas ordens, já usados (ferramentas agropecuárias, peças para automóveis entre outros). Ali também se encontra produtos da agricultura comercial como verduras e frutas.

#### *Quem Trabalha na Feira Livre*

A feira livre do município de Irará configura-se em um espaço onde as manifestações de pertencimentos são latentes. Ali se encontra relações socioculturais históricas que fazem do trabalho condição primordial para a reprodução camponesa. O trabalho na feira livre é uma herança familiar, é onde se encontra histórias de ge-

rações. É o espaço vivido e habitado por indivíduos que carregam consigo a identidade camponesa.

Dentre as múltiplas dimensões da feira livre, destacamos aqui o espaço do trabalho. É na feira livre que o camponês exerce a troca de seu produto pelo dinheiro e, com ele adquire outros produtos de que necessita para sua subsistência. Assim, a feira livre é um espaço de intergeracionalidade, ou seja, os camponeses que trabalham na feira livre estão na faixa etária de 17 a 85 anos de idade. Sendo que 22% do total (41) dos comerciantes possuem idade entre 17 e 29 anos, 56% dos comerciantes estão entre 30 e 58 anos de idade e 20% estão entre os 60 e 85 anos de idade.

Com relação à escolaridade 7% do total dos comerciantes (42) da feira livre entrevistados não são alfabetizados, 48% dos comerciantes possui o ensino fundamental 1. E 14% dos comerciantes possui o ensino fundamental 2 e apenas 24% dos comerciantes possui o ensino médio.

Percebe-se que os camponeses iniciam o trabalho na feira ainda jovens e, parte deles, permanece nas atividades de comercialização mesmo quando idosos e assistidos pela previdência social. Dessa forma estar na feira livre é estar para além das relações de trabalho, é imbricar-se nas relações socioculturais. Nesse sentido, 8% do total (39) comerciantes trabalham na feira livre entre 6 meses e 3 anos. Outros 28% dos comerciantes trabalham na feira livre entre 2 a 10 anos. E outra parte dos comerciantes (26%) trabalha na feira livre já entre 11 e 20 anos. Outros 13% de feirantes possuem entre 24 a 40 anos de trabalho na feira livre. Contudo, existem comerciantes (13%) que há mais de 40 anos trabalham na feira livre do município de Ipirá.

Assim, concordamos com Santos (2009) quando o mesmo afirma que “[...] Conhecemos o espaço tal como ele é, soma de coisas naturais e de coisas ‘fabricadas’ e síntese dialética dessas duas séries de coisas, movida pela própria produção, isto é, pelo homem e sua história (SANTOS, 2005, p.129). Ou ainda, a contribuição de Moreira (2009) nos apresenta o espaço como síntese histórica do trabalho humano, ou seja, o homem produz sua existência produzindo o espaço.

Dessa forma, a feira livre de Irará configura-se como um espaço onde se manifestam relações dialética entre o campo e a cidade, tecida por fatores culturais, políticos, econômicos e sociais.

#### *Como Ocorre a Comercialização dos Produtos da Agropecuária na Feira Livre*

Os produtos da agricultura comercial encontrados na feira livre do município de Irará são, em maior parte, oriundos do centro de abastecimento do município de Feira de Santana e do município de Juazeiro. Assim, os produtos que trazidos desses municípios são: cebola, alho, pimentão, beterraba, pepino, abobora tomate, uva, maçã, pera, goiaba, manga, graviola, maracujá, mamão, melancia, batata inglesa.

Já os produtos oriundos de Irará são os seguintes: beijú, farinha de tapioca, feijão verde de diversas espécies como mangalô, feijão de corda, andú, costela de vaca, feijão fradinho, feijão preto, entre outros; castanha de cajú, bata doce, abóbora, banana, pimenta de diversas espécies como a pimenta de cheiro, pimenta malagueta, dedo de moça; hortaliças como o manjericão, alface, coentro, hortelã miúdo, hortelã grosso, rúcula, salsa, cebolinha, brócolis, jiló, espinafre mostarda, quiabo entre outros; ovos de galinha caipira, entre outros produtos.

Dessa forma percebe-se que é na agricultura camponesa que está a maior diversidade de produtos comercializados na feira livre. Concordamos com Silva e Queda (1979) quando em sua análise eles concluem que “a produção camponesa é extremamente dispersa e cada unidade contribui com uma pequena parcela do necessário para estabelecer um núcleo urbano” (SILVA E QUEDA, 1979 p.141).

A feira livre de Irará demonstra uma grande diversidade de produtos. Esses produtos são oriundos, em sua maior parte, das comunidades rurais do município de Irará. Essa diversidade de produção tem demonstrado a importância da agricultura camponesa no abastecimento do mercado local (Quadro 7).

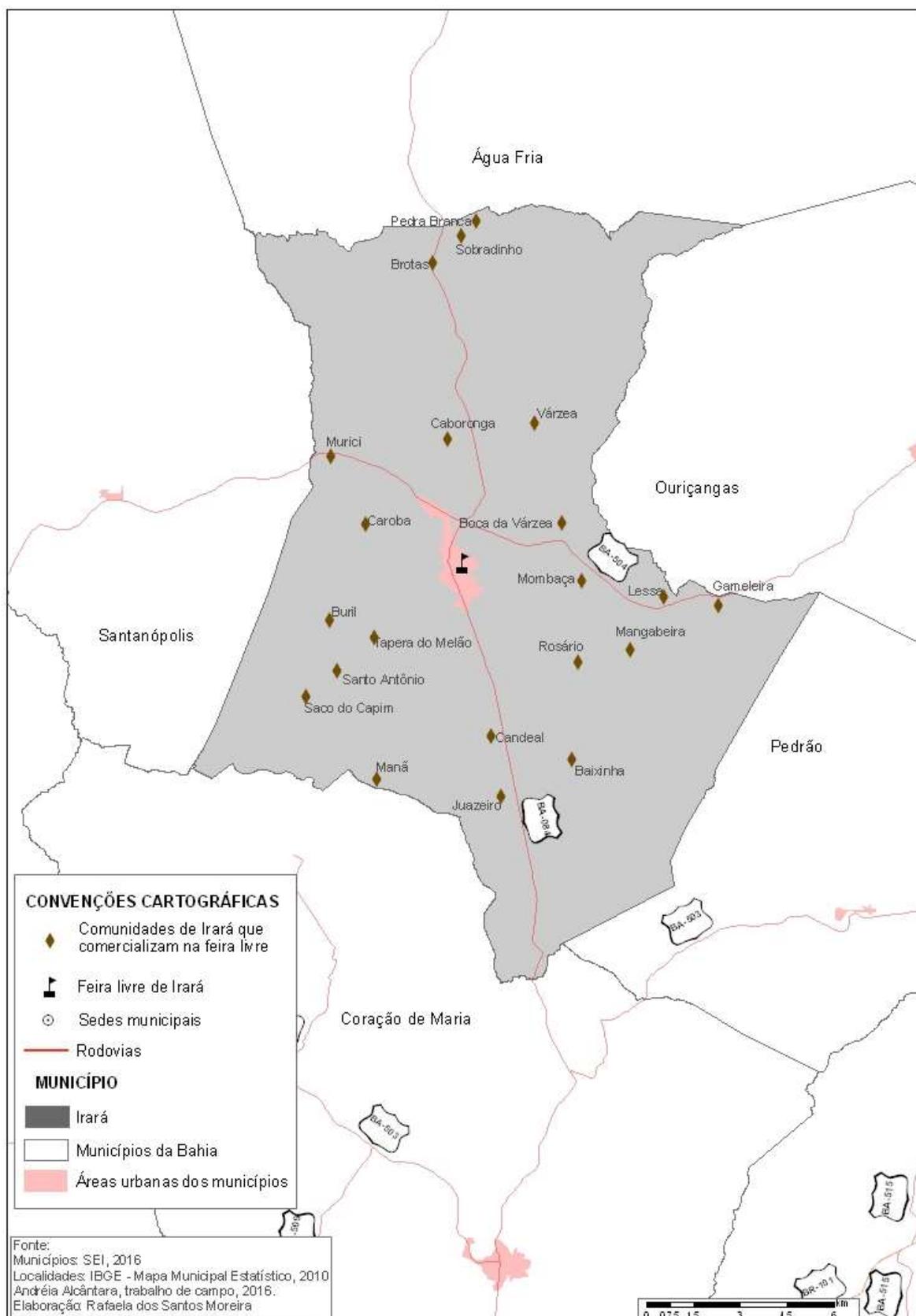
QUADRO 7: IRARÁ/BA – Comercialização de produtos da agropecuária na Feira livre		
Origem		Produtos vendidos na feira
Comunidades de Irará	Mangabeira	Carne de porco e carne de carneiro, carne bovina, farinha de mandioca
	Preguiça	Beiju
	Manã	Bolachinha de goma, beiju
	Candea	Bolachinha de goma, beiju, goma, tapioca, massa de aipim
	Baixinha	Feijão, andu, ovos, quiabo, coentro, maxixe, Coco, ovos, mangalô, quiabo, jiló, laranja, hortaliça, tangerina, farinha de mandioca
	Juazeiro	Hortaliça, feijão, verduras
	Santo Antonio	Coentro, tomate, batatinha, pimentão, Farinha, feijão e milho
	Boca de Várzea	Coentro, alface, cebolinha, cenoura, mandioca
	Várzea	mandioca, aipim, feijão de corda, couve, batata doce, jaca, caju, laranja, cajá, tamarindo, acerola, ciriguela, coco, ovos de codorna, farinha de mandioca e milho
	Murici	Batata doce, feijão, milho, caju, coco, ovos de quintal, tomate, pimenta, feijão de corda, mangalô, língua de vaca, limão
	Gameleira	Batata, mangalô, andú, ovos
	Pedra Branca	Batata doce
	Lessa	Quiabo, pimentão, feijão de corda, laranja, limão, lima, abobora, Bode, cabra e farinha de mandioca
	Tapera Melão	Pimentão, cenoura, alho, repolho, pepino, couve, chuchu, tomate, coentro, salsa, cebolinha, beiju, farinha de tapioca, farinha de mandioca, pé de moleque, farinha, feijão, castanha, Galinha caipira, amendoim, batata doce, milho, Mandioca, abobora, goma fresca, beiju molhado
	Mombaça	Farinha de mandioca, feijão, milho
	Sobradinho	Beiju, tapioca, goma
	Saco do capim	Beiju de tapioca, massa de carimã, massa de tapioca Alface, cenoura, tomate, chuchu, batata, cebola
	Rosário	Farinha de mandioca, milho e feijão
	Buril	Farinha de mandioca
	Brotas	Chapel de palha, cangaia de cipó, corda sisal, esteira, sacola de palha farinha de mandioca e feijão
Caboranga	Utencílios de argila	
Sede	Sandália de couro	
Açougue velho	Chapel de palha, muringa de argila	
Caroba	Chapel de palha, cangaia de cipó, corda de sisal, esteira de palha, peneira de palha. Farinha de Mandioca	
Outros municípios da Bahia	Coração de Maria	Feijão e milho
	Santo Amaro	Banana, aipim
	Satanopolis	Farinha de mandioca, feijão e milho, coentro, alface, tomate
	Juazeiro	Verduras
	Oriçangas	ovos, limão, quiabo, andú, jiló, lima, jenipapo, coentro, couve, alface, beringela, pimenta malagueta, pimenta de cheiro, tomate japonês, repolho, couve, salsa, cebolinha, mostarda, brócolos, espinafre, hotelã miudo, hortelã grosso, rúcula, mostarda, banana, farinha de mandioca
	Água Fria	Mandioca, feijão, milho, batata doce e maracujá Carne de galinha caipira, Carne de porco, Carne de gado, farinha de mandioca, feijão
	Feira de Santana	Cebola, alho, uva, maçã, pêra, goiaba, manga, pimentão, tomate, batatinha, graviola, maracujá, mamão, melancia, beterraba, pepino, abobora
Conceição do Jacuipe	Carne de porco defumada	

Fonte: Andreia Alcântara com base em trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Junho de 2016.

Observa-se no quadro 7, que os produtos da agricultura camponesa comercializados na feira livre têm origem nas diversas comunidades rurais do município de Iará. É percebido também que cada comunidade leva para a feira livre um tipo de produto característico, ou seja, o produto que se configura como base econômica da comunidade.

Nesse sentido a definição do produto que será a base econômica da comunidade está relacionada a múltiplos fatores como a cultura local, o clima, o tipo de solo, o acesso à água entre outros. Dessa forma a feira livre também exerce papel de identifica o perfil produtivo das comunidades rurais, sobretudo do município de Iará (MAPA 8).

MAPA 8: Irará/BA – Principais comunidades rurais que comercializam na Feira livre, 2016



Na feira livre de Irará o armazenamento da mercadoria configura-se como um dos problemas enfrentados pelos comerciantes. A maior parte dos produtos comercializados na feira livre são perecíveis, e por isso a não comercialização desses produtos durante a feira remete a perda dos produtos. O município não garante o armazenamento dos produtos, o que torna ainda mais vulnerável a condição de camponês comerciante, pois eles são responsáveis pela perda de seus produtos.

Outro fator também de relevância e que garante a feira livre do município de Irará é o transporte. Esse serviço também não é disponibilizado pela prefeitura. Assim, muitos camponeses são privados de participarem da feira livre por não terem acesso (condição financeira) ao transporte particular. Dessa forma faz necessário que o poder público garanta serviços básicos como infraestrutura para o armazenamento de produtos perecíveis e não perecíveis, transporte e alimentação para os comerciantes garantindo assim que a feira de Irará permaneça atuante e com toda a diversidade sociocultural que nela se manifesta.

É relevante destacar que a comercialização dos produtos da agricultura camponesa na feira livre segue o calendário sazonal. Neste caso a oferta e a diversidade de produtos oscila durante o ano. O período de chuva e os períodos longos de estiagem interferem diretamente na produção agropecuária e conseqüentemente na oferta e diversidade de produtos da feira livre.

segundo Moreira (2009)

Em qualquer forma de sociedade, o processo do trabalho é a transformação da natureza em produtos úteis aos homens. Produzem-se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a reproduzir homens vivos. Parte da produção é destinada ao consumo humano e parte é reintroduzida no ciclo produtivo seguinte (MOREIRA, 2009 p. 72).

No município de Irará a maior parte dos estabelecimentos camponeses o produto final é o resultado de um processo maior de relações socioculturais, econômicas e ambientais tecidas na unidade camponesa. O produto que chega na feira livre para ser comercializado é o resultado do trabalho que se torna alienado quando é comercializado a um preço abaixo do custo de produção.

Essa alienação do trabalho se manifesta na venda dos produtos a preço por vezes abaixo do custo de produção, ou seja, o lucro é transferido para a sociedade em forma de mercadoria. Na feira livre as relações contidas entre o trabalhador e a

materialidade do trabalho está na garantia da reprodução do trabalhador e não na acumulação de riqueza que conforme Santos (2004) “Trata-se antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível de certas formas de consumo particulares” (SANTOS, 2004, p. 46).

O preço do produto na feira livre do município de Irará é flexível vai depender muito das condições de produção, dos insumos utilizados, do tipo do manejo (instrumentos técnicos ou artesanais) e o tipo de transporte. Porém o fator preponderante é a demanda local. Assim, a feira livre possui um grau de dependência com o mercado local, pois o fluxo intermunicipal não garante autonomia dos comerciantes com relação ao mercado local. Dessa forma, é o mercado local que, na maioria das vezes, responde pelo comportamento na dinâmica comercial.

Já em relação aos consumidores, a feira atrai diferentes públicos. A feira livre do município de Irará é o espaço onde se concretizam as relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Dessa forma é na feira livre que pessoas de diferentes idades e ideologias se encontram, seja, para trabalhar, adquirir um produto e/ou serviço, ou simplesmente para rever amigos.

Como já antecipado, os produtos comercializados na feira, em grande parte, são *in natura*. Esses produtos têm sido substituídos gradativamente, por produtos industrializados.

O desenvolvimento de novas formas de processamento da agroindústria agrícola resultou na oferta crescente e diferenciada de alimentos processados industrialmente (leite em pó, doces, massas, farinhas, enlatados diversos, congelados, comidas prontas, embutidos, geleias, sucos, iogurtes, entre outros). A oferta desses produtos pelas grandes empresas contribuiu para a mudança dos hábitos, práticas e gostos no consumo das famílias. Essa mudança de hábito gera uma desvalorização/rejeição dos produtos *in natura* com relação aos produtos industrializados (GONÇALVES, 2009).

Nesse sentido a feira livre configura-se como uma fuga do mercado de produtos industrializados e apresenta uma diversidade de produtos *in natura* perecíveis que são comercializados diretamente pelo produtor.

Outros dados coletados em campo refere-se a origem dos consumidores da feira livre do município de Irará. Assim, dos 26 consumidores entrevistados 11,5%

são citadinos dos municípios de Feira de Santana, Santanópolis e Coração de Maria. E 50% dos consumidores citadinos são moradores de Irará. Em relação aos consumidores que residem na zona rural 7,5% dos consumidores são residentes dos municípios de Santanópolis e Ouriçangas, outros 31% dos consumidores são residentes da zona rural do município de Irará. Dessa forma a maior parte dos consumidores (81%) são do município de Irará.

Com relação aos principais produtos demandados pelos consumidores estão as carnes, verduras, frutas e em menor proporção a farinha de mandioca e o feijão. A maior parte dos consumidores que são da zona rural produzem a farinha de mandioca e o feijão em pequena quantidade para o consumo da família.

No tocante a renda mensal dos consumidores dos produtos comercializados na feira livre 57% do total dos consumidores entrevistados (26) possui renda entre 2 a 5 salários mínimos. E 42% dos entrevistados possuem renda entre menor que 2 salários mínimos. Esses dados nos permitem inferir que a feira livre do município de Irará é um espaço onde se manifestam relações contraditórias entre a classe média e as classes populares. Ou seja, a classe média é favorecida com a oferta de produtos da agricultura camponesa abaixo do preço do mercado. Porém, ao comercializar os produtos, mesmo que abaixo do preço, os camponeses garantem o necessário para sua reprodução.

Na feira livre do município de Irará os comerciantes organizam-se sem o intermédio da fiscalização. Pois, dentre outras características da feira livre, não há um controle rígido de quem pode ou não, comercializar seus produtos. Dessa forma, o comércio na feira livre ocorre como descrito por Santos (2004) “é baseado no crédito e no dinheiro líquido. Mas o crédito aqui é de outra natureza, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidade de acumular” (SANTOS, 2004, p. 44). Ou seja, o crédito não é bancário, mas é uma relação de confiança entre o comerciante e o consumidor.

A relação de confiança é uma das características presentes na feira livre do município de Irará. Ali se manifestam as relações de amizade, solidariedade entre outras. Assim nas Palavra de Pinho (2008), analisou a feira de Irará em 2008:

Hoje vejo a feira como maior símbolo econômico deste município. O mercado ao longo de 70 anos, é um marco importante para a cidade, pois a feira de Ipirá vem crescendo impulsionando o desenvolvimento da região. Em todos os sábados cria-se fonte de renda, na qual muitas famílias tiram o sustento, além de mostrar a nossa cultura em diversidades de produtos como o artesanato, peças de barro entre outros (PINHO, 2008, p.26)

A feira livre do município de Ipirá consegue cativar a frequência de consumidores, através das relações de parceria (compra e venda) entre os feirantes e os consumidores (Quadro 8).

Quadro 8: IRARÁ/BA - Dinâmica da feira livre			
Frequência na feira	O que motiva a ida na feira livre	Por que comprar na feira	Fluxo de produtos agropecuário na feira livre
sim	Fluxo de pessoas	Preço baixo	Tem diminuído a produção de feijão
sim	Preço baixo	Preço baixo e diversidade de produtos	Permanece constante
sim	Preço baixo	Preço baixo e diversidade de produtos	Permanece constante
sim	Preço baixo	Preço baixo e diversidade de produtos	Tem fortalecido com feira todos os dias
sim	Preço baixo	Preço baixo e diversidade de produtos	Permanece constante
sim	Fluxo de pessoas	Preço baixo	Tem enfraquecido por falta de infraestrutura
sim	Fluxo de pessoas	Preço baixo e diversidade de produtos	Aumentou a concorrências pois tem feira todos os dias da semana
sim	Fluxo de pessoas	Atendimento e preço baixo	Permanece constante
Sim	Trabalha na feira	Preço baixo e qualidade	Enfraquecido, tem aumentado o preço dos produtos
Não	Rever amigos e parentes	preço baixo	Fortalecido tem aumentados a produção e os comerciantes
Sim	comprar	Preço baixo e diversidade de produtos	Enfraquecido, tem aumentado a concorrência com os supermercados
Sim	comprar	Preço baixo e diversidade de produtos	Tem fortalecido com feira todos os dias
Sim	comprar	Preço baixo, valoriza a produção local	Permanece constante
Não	Contato com os vendedores	preço baixo	Enfraquecido, tem diminuído o poder de compra dos consumidores
Não	Contato com os vendedores	preço baixo	Enfraquecido, tem diminuído o poder de compra dos consumidores
Não	Fluxo de pessoas e do Contato com os vendedores	preço baixo	Enfraquecido, poucas novidades
Não	Trabalha na feira	Verduras e frutas frescas	Tem fortalecido com feira todos os dias
Sim	Contato com os vendedores	qualidade de produtos	Tem fortalecido com feira todos os dias
Sim	comprar	Preço baixo qualidade de produtos	Tem fortalecido com feira todos os dias
Não	comprar	Verduras e frutas frescas	Permanece constante
Não	comprar	Verduras e frutas frescas	Tem fortalecido com feira todos os dias
Não	Rever amigos e parentes	qualidade dos produtos	Tem fortalecido com feira todos os dias
Não	Rever amigos e parentes	valoriza a produção local	Permanece constante
Não	comprar	Preço baixo	Tem fortalecido com feira todos os dias
Sim	comprar	Preço baixo e diversidade de produtos	Tem fortalecido com feira todos os dias
Sim	Trabalha na feira	Preço baixo	Enfraquecido, tem aumentado a concorrência com os supermercados
Sim	Trabalha na feira	Preço baixo e qualidade	Enfraquecido, tem aumentado o preço dos produtos

Fonte: Andreia Alcântara com base em trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Junho de 2016.

Assim, quando indagado o que motiva a ida dos consumidores a feira livre temos argumentações do tipo: o fluxo de pessoas, rever os amigos, preço baixo e o contato com o vendedor. Esse último nos remete a pensar as relações estabelecidas nesse contato entre o vendedor e o feirante.

Assim inferimos que essa relação transpassa as relações econômicas, na feira livre do Município de Iará é comum encontrarmos camponeses que comercializam seus próprios produtos, seus fregueses conhecem o produto que estão adquirindo, a confiança vai no sentido de estar levando para casa um produto de qualidade. Esse contato entre o feirante e o consumidor se estabelece não em uma relação profissional e/ou burocrática de atendimento, mas sim de amizade.

Outro aspecto importante na relação entre o consumidor e o feirante está no crédito, ali, na maioria das vezes o valor de troca perpassa as relações monetárias (dinheiro), também ocorre as trocas de um produto por outros produtos de necessidade do feirante. É frequente na feira livre a compra através do crédito, que não tem relação bancária, mas sim de confiança, que se configura em uma caderneta<sup>27</sup>.

Quando indagado quais os motivos que levam os comerciantes adquirir os produtos oferecidos na feira livre do município de Iará as respostas variam entre o preço baixo, a diversidade de produtos, a valorização dos produtos locais e a qualidade do produto. Esses argumentos expressam a importância da feira livre do município de Iará, não apenas pela sua diversidade, mas também porque esta diversidade de produtos é oriunda, em sua maioria, das unidades camponesas do próprio município. Ou seja, são produtos locais comercializados pelos próprios camponeses, que tem a feira livre o meio de venda dos produtos, e em consequência, o rendimento que garante sua subsistência.

Batista (2009) analisa as estratégias de reprodução camponesa no município de Iará e demonstra um pensamento síntese.

Apesar da zona rural ter sido forjada no contexto da modernidade, para submeter-se às lógicas de um pensamento alheio a esse espaço, advindas da cidade, daquele emerge à luz da trama vivida, uma história concreta de homens e mulheres simples que corroboram para inventar a vida cotidiana. São sujeitos que sobrevivem na rarefação e por conta dos movimentos residuais se mantêm vivos e margeados por uma cultura e valores próprios, que expressam um jeito de viver, de falar e modos de se organizar que nas interações cotidianas produzem formas de trabalho e lazer (BATISTA, p.93, 2009).

---

<sup>27</sup> Caderneta é a forma de compra a prazo, nessa relação não existe um financiador, mas apenas a confiança de que o vendedor receberá o valor da compra no prazo estipulado pelo consumidor.

Assim a feira livre do município de Ipirá é o espaço onde se movimenta a economia local, é onde parte do trabalho do camponês se materializa em moeda de compra. É o espaço que garante a reprodução camponesa e, ao mesmo tempo, tece as relações entre o campo e a cidade.

Indagando os consumidores sobre o fluxo de produtos oferecidos pela feira livre, as respostas exigiram um momento de reflexão para aqueles consumidores que frequentam a feira constantemente. Após um momento de silêncio as respostas foram de diferentes ordens: permanecem constantes; tem fortalecido com feiras todos os dias; tem diminuído a oferta de produtos; e tem aumentado a concorrência com os supermercados.

A feira livre do município de Ipirá foi consagrada historicamente para ocorrer aos sábados. Porém tem um fluxo de feirantes, ainda tímido, mas em todos os demais dias da semana. Esses feirantes utilizam a praça da Purificação dos Campos para expor seus produtos como hortaliças, verduras, farinha, utensílios domésticos, entre outros.

Como já discutido anteriormente diversos fatores influenciam no fluxo de produtos oferecidos na feira livre, sendo os principais fatores as secas prolongadas e o acesso aos meios de produção a exemplo do crédito e dos insumos. Outro fator de relevância que tem sido questionado pelos consumidores é a concorrência desigual entre os supermercados e os feirantes.

Os feirantes não são concorrentes em potencial com os supermercados, pois não tem infraestrutura suficiente para se opor a esse segmento. Nessa relação os feirantes são influenciados pelas demandas dos consumidores, principalmente por aqueles consumidores que utilizam da feira livre como instrumentos para fugir dos produtos industrializados. Todavia, existem consumidores que preferem consumir os produtos industrializados e, conseqüentemente, priorizam a compra de produtos nos supermercados em detrimento da feira livre. São esses consumidores que tem contribuído indiretamente para a desvalorização dos produtos *in natura* comercializados na feira livre.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No município de Ipirá o campesinato se define enquanto classe social que estabelece suas táticas de luta e resistência para a garantia da sua reprodução no campo. Desse modo, apesar do espaço agrário do município de Ipirá apresentar múltiplas complexidades, são notórias as tentativas de reprodução da classe camponesa através de sua organização popular em Associações Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os grupos de Samba de Rodas, entre outros.

O campesinato não é uma “ex-classe” que se desagrega e se dissipa em sua diversidade. Ele é dinâmico e possui múltiplas facetas que se configuram como instrumentos de reprodução construídos historicamente. Nesse sentido, os camponeses do município de Ipirá carregam consigo a força, saberes, hábitos e costumes herdados pelos seus ancestrais. São símbolos de resistência e ressignificação de costumes historicamente praticados por mulheres e homens do campo que carregam consigo a identidade camponesa.

No município de Ipirá as associações rurais são representações concretas de organizações sociais populares. Ou seja, são espaços onde camponeses se reúnem para tomar decisões referentes a produção agropecuária e/ou de cunho sociopolítico.

O sindicato dos trabalhadores rurais é um instrumento social popular que atua junto ao Estado na busca por direitos dos camponeses. Porém, o que vem ocorrendo no município de Ipirá é a burocratização do sindicato e a mediação do Estado na relações socioeconômicas do espaço rural municipal, essa mediação, muitas das vezes, têm defendido os interesses da elite agrária em detrimento aos camponeses. Assim o sindicato tem perdido força organizativa e reivindicatória quando delegado a defesa dos interesses dos camponeses

As vias institucionais são importantes, porém não podem ser exclusivas. Em uma organização de cunho popular é relevante o apoio da base (seus associados) na busca por autonomia e soberania, ou seja pela emancipação política e econômica.

Assim também é caracterizado com uma das conquistas da organização dos camponeses a construção da Coopril. A mesma é um importante instrumento de de-

fesa da comercialização a preço justo dos produtos da agricultura camponesa no município de Iará.

Porém é percebido também que o poder Estatal tem contribuído e atuado na desmobilização camponesa. É nas associações que se concretizam as relações políticas, onde o Estado, usando de suas artimanhas criam sua base política a partir de “favores”, que deveriam ser direitos sociais garantidos ao povo. Assim as políticas estaduais que tem possibilitado a reprodução camponesa são mediadas pelo poder municipal, que dita, ou seleciona os camponeses que podem ou não ter acesso a tais políticas.

Assim as políticas estaduais e federais ao invés de garantirem a autonomia camponesa com relação a comercialização de seus produtos, muitas vezes, tornam-se instrumentos de controle da classe camponesa pelo Estado.

No município de Iará o acesso a terra é uma condição negada pelo poder público. A concentração da terra configura-se como o principal conflito, ainda que não seja reconhecido como tal pelo poder municipal, e tem gerado a imigração de jovens camponeses. A terra é o principal meio de produção do camponês, é o símbolo da autonomia, liberdade e da sobrevivência do homem do campo.

A negação do acesso à terra e as condições necessárias para o cultivo são problemas que perpassam pelas organizações camponesas. Porém essa reivindicação está eclipsada pelo poder do Estado, que tem mediado os anseios pela terra com políticas assistencialistas e com o apoio de ações do empreendedorismo rural. Assim, no município de Iará o Estado têm mediado as reivindicações sociais de acesso à terra e dos meios de produção através da implantação de ações da economia solidária.

Assim, a parceria do Estado com a Cediter tem possibilitado uma reorganização dos camponeses orientados pela via do cooperativismo. A construção de cozinhas comunitárias é reflexo dessas políticas. E o cultivo de mandioca é a base que sustenta a manutenção das cozinhas comunitária. Dessa forma, a Cediter junto ao poder municipal atuam em cursos de capacitação de camponeses no manejo e no beneficiamento da mandioca.

O fomento ao empreendimento rural são, contraditoriamente, ações que têm proporcionado a reprodução do campesinato. Pois essas instituições da economia

solidária buscam fortalecer os princípios do cooperativismo, acabam realizando atividades de valorização da agricultura tradicional e assistência técnica de base ecológica.

A maior parte dos produtos derivados da mandioca são comercializados em mercados institucionais como o PAA e o PNAE. Assim, compreende-se quando se refere aos mercados institucionais os produtos prioritários são aqueles beneficiados e derivados da mandioca. Percebe-se que há uma valorização da mandioca em detrimento aos demais cultivos da agricultura camponesa. Nesse sentido faz-se necessário também uma maior valorização, seja referente ao preço e/ou no acesso ao mercado para os demais cultivos da agricultura camponesa.

Outro elemento relevante discutido no trabalho é a adoção dos princípios da agroecologia no município de Irará que pode vir a ser uma estratégia política de emancipação e autonomia camponesa. As técnicas agroecológicas permitem que em condições estruturais adequadas (disponibilidade de terra, livre acesso a recursos naturais, participação nos mercados, vida comunitária e cultural ativa) garantam a autonomia dos camponeses promovendo sua emancipação e desenvolvimento.

Assim, na unidade camponesa iraraense o que predomina é a diversidade produtiva dos seguimentos da agropecuária, cujo o ciclo produtivo configura-se como um sistema fechado. Todo insumo produzido dentro da unidade produtiva é remanejado dentro do sistema e os produtos cultivados atendem as necessidades nutricionais das famílias.

É na unidade camponesa que a maior parte da população economicamente ativa ganha seu sustento. Seja na condição de camponês proprietário, ou na condição de camponês que vende sua força de trabalho em outras unidades camponesas. Isto demonstra que, mesmo em parcelas minúsculas de terra, o camponês tem criado estratégia de se reproduzir e de maneira indireta tem criado possibilidades de permanência para aqueles que procuram se manter no campo na condição de camponês.

No município de Irará a agricultura camponesa tem historicamente garantido a oferta de produtos *in natura*, cultivado de forma artesanal e comercializado na feira livre municipal. A feira livre configura-se como o elemento síntese da economia camponesa. Todavia as relações desiguais na produção se manifestam através da

figura do atravessador. Este se apropria do trabalho do camponês comprado a farinha a baixo do preço do mercado; atuam também na flutuação do preço da farinha no mercado de Irará através da introdução de farinha de mandioca oriunda dos estados de São Paulo e Paraná.

No município de Irará, é latente a luta camponesa por sua existência como classe e sua resistência contra o processo de proletarização camponesa. A produção camponesa está baseada no trabalho que, é em maior parte artesanal. Dessa forma, a materialização do trabalho é o produto da agropecuária a maior riqueza do camponês. Quando esse produto é levado ao mercado e é submetido a um intercâmbio desigual, o camponês vê-se embutido em uma relação de exploração do trabalho através do seu produto.

Com isso a exploração camponesa como também a alienação do trabalho se manifesta no momento da comercialização de seus produtos. Essa relação é bem elucidada no centro de abastecimento do município de Irará, quando ocorre a comercialização da farinha a um preço que, na maioria das vezes, é abaixo do custo de produção. Ali o camponês se vê sendo explorado, mas se submete a situações como esta por não ter acesso a outros mercados.

A venda dos produtos da agricultura camponesa representa para o produtor a possibilidade de sua reprodução, pois o produto levado ao mercado será transformado em dinheiro que será trocado por outros produtos necessários a subsistência familiar camponesa. A valorização da agricultura camponesa representa no município de Irará a manutenção da vida desses camponeses.

No contexto geral apesar da produção agropecuária ser o instrumento que garante a reprodução do camponês do município de Irará, os jovens camponeses apresentam riscos constantes de perda de identidade com a produção agropecuária. Esses riscos estão nítidos quando apresentamos as comunidades de vulnerabilidade socioeconômicas, quando analisamos os fatores que tem contribuído para imigração de jovens camponeses e quando analisamos os fatores que têm gerado os loteamentos de terras na zona rural do município.

Pelo exposto, é tarefa fundamental o fortalecimento dos movimentos sociais do município, para que esses possam buscar, pressionar o Estado na manutenção das unidades camponesas municipais. Faz-se necessário melhorias na feira livre do

município de Ipirá como: requalificação da infraestrutura da feira livre, para que os feirantes possam ter acesso ao armazenamento da mercadoria, a alimentação e transporte das mercadorias e dos feirantes ipiraense. Pois a feira livre representa não apenas o cartão postal do município, mas constitui o espaço onde se manifesta as relações socioculturais, políticas e econômicas. É o espaço onde ocorre a movimentação da economia local.

Outros fatores também precisam entrar na discussão com o poder público como, os baixos preço dos produtos da agricultura camponesa no mercado; a subdivisão da pequena propriedade, falta de oportunidade de emprego para a juventude; a violência no campo e do êxodo rural.

Reafirmamos aqui que a garantia da reprodução do camponês em condição digna está condicionada a autonomia camponesa, ao fortalecimento de sua organização e ao rompimento da subordinação do camponês ao capital. Dessa forma é de mister a atuação do Estado na garantia do acesso à terra e na criação de políticas espaciais que garantam, um preço mínimo para os produtos da agropecuária, créditos, assistência técnica, equipamentos que possibilitem o beneficiamento da produção, curso de manejo ecológico do solo entre outros. Além do acesso a saúde, educação e lazer.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. (org). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. Agroecologia Y Desarrollo. *Revista de CLADES*. N° 1, Marzo, 1991. Disponível em <http://www.clades.org/r1-art2.htm>. Acesso em 12/07/2013.

ALVAREZ. Isabel Aparecida Pinho. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. *Revista Cidades*, 2012. Volume 9, N° 16. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2373/2116>> Acesso em 12/12/2016.

AMARAL, Luiz. *História Geral da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, volume 1, 2º ed.

ANDRADE, Manuel Correia. Os Dilemas do Crescimento do Nordeste do Brasil. *Latin American Studies* vol.3, Ibaraki, Japão. Outubro. / Novemb.1981.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

Associação Bahia de Avicultura (ABA). *Governo lança projeto inovador para a avicultura na BA*. Disponível em < <http://www.avicultura-ba.com.br/noticia/governo-lanca-projeto-inovador-para-a-avicultura-na-ba> > Acesso em 20/08/2016.

Avicultura industrial.com.br. *Avipal e EBDA selecionam produtores*. Disponível em [http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/avipal-e-ebda-selecionam-produtores/20020903102602\\_02520](http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/avipal-e-ebda-selecionam-produtores/20020903102602_02520). Acesso em 20/08/2016.

AVILA, V. S. de; MAZZUCO, H.; FIGUEIREDO, E. A. P. de. *Cama de aviário: materiais, reutilização, uso como alimento e fertilizante*. Concórdia, SC: EMBRAPA-CNPISA, 1992. 38p.

BATISTA. Marize Damiana Moura Batista e. *Do Cansaço da Lavoura ao Alívio na Escola: Um Estudo Sobre Quotidiano e Espaços de Sociabilidade de Estudantes da Eja do Noturno, Ensino Médio, no Município de Iará - Bahia*. Salvador/BA 2009. Dissertação (mestrado em Educação e Contemporaneidade) Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia Campus I-Salvador/Bahia, 2009.

BOGO. Ademar. *Identidade e luta de classe*. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRANT. Vínico Caldeira. *Sindicatos de trabalhadores. In São Paulo: o povo em movimento*. 2º Ed. editora Vozes Ltda. Petrópolis, 1981.

Brasil. *Atlas de desenvolvimento humano do Brasil*, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 20/04/2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.512, de 14 de Outubro de 2011. *Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais*; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm)>. Acesso em 12/12/2016.

CAPORAL, Francisco Roberto (Coordenador). *Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*. Brasília: 2009. 398 p.: il.

CASTRO. Fidel. *A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo*. 1ed. – São Paulo: Expressão popular, 2015.

CASAS. Suzane Figueiredo. *Práticas de Gestão no Sistema de Produção da Cultura da Mandioca na Localidade de Juazeiro Município de Irará-Bahia*. Governador Mangabeira, 118p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Programa de Mestrado da Faculdade Maria Milza (FAMAM). Governador Mangabeira, 2015.

CHAUI. Marilena. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente (CEAMA). *Relatório técnico do lixão do Município de Irará*, 2006.

CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista, Categorias e Leis da Dialética*. São Paulo. Ed. Alfa-Ômega, 2004.

Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter). *Projeto “Abelha Rainha” Inserção de jovens no desenvolvimento da apicultura na região de Irará e Ouriçangas na Bahia*. Irará/BA, 2006.

COSTA, Francisco de Assis. *A Especificidade Camponesa: Um trajeto de pensamento que se projeta no futuro*. Belém, NAEA, UFPA, 2008.

DANTAS. Celina Maria Santos Barreto. *Transparência das prestações de contas de convênios e repasses do município de Irará*. Irará/BA, 2014. Artigo (Artigo Científico de conclusão do curso de Pós-Graduação em Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal) Instituto Pró Saber, Pós-Graduação em Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal da Universidade Cândido Mendes, Feira de Santana/BA, 2014.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Redes: emergência e organização*. In *Geografia conceitos e temas*. Organização Iná Elias de castro, Paulo Cesas da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995.

EHLERS, E. *O que se entende por agricultura sustentável?* São Paulo: USP, 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Ipirá (EFAMI). *Movimento cultural*: trabalho realizado pelos alunos do terceiro ano do ensino médio em técnico agropecuário como requisito avaliativo da disciplina Educação Física ministrada pelo professor Ubirajara Moura Batista. Ipirá/BA 2011.

Estatísticas dos Municípios Baianos [recurso eletrônico] / *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*. v. 1. – Salvador: SEI, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 11-27, jan/jun 2003.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS. Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio De Janeiro*. RIO DE JANEIRO. EDUERJ, 2010.

Fundo nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE). *Balanço do PNAE 2013-2016 para o município de Ipirá/BA*. Disponível em < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao> > Acesso em 12/12/2016.

Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação (FNDE). Ministério da Educação. *Resolução Nº 26, De 17 de Junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2013.

GAIGER. Luiz Inácio. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH (UFBA. Impresso), UFBA - Salvador, v. 39, n.39, p. 181-211, 2003.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. *Revista. GeoTextos*, vol. 2, n. 2, 2006.

GOLÇALVES, Sérgio. Para Além do Agronegócio – a “Agroecologia” e a Reconstrução do Atual Sistema Agrícola e Alimentar. In: *Geografia e Trabalho no Século XXI*. Vol. 4. Ed. Centelha. Presidente Prudente. 2009. Disponível em < <http://ceget.blogspot.com.br/2010/11/colecao-geografia-e-trabalho-no-seculo.html> >. Acesso em 02/12/2016.

GONÇALVES, P. W. C. *Geografia da riqueza, fome e meio ambiente*: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 1, n. 1, p. 02-55, Florianópolis: Interthesis, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2º ed. 1982.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de Sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Revista de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v.2, nº1, jan/mar. Porto Alegre, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. *Sobre A Evolução do Conceito de Campesinato* - 2ª Ed. 2013.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3 ed. São Paulo, Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *Social justice and the city*. Londres: Edward Arnold e Baltimore: jhn Hopkins University press, 1973.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil. *Revista Confins* nº 2 | 2008. Disponível em <<http://confins.revues.org/2353>> Acesso em 20/01/2013.

Histórias de Itapicurú. Publicado por Rogerio Valadão dos santos em 23 de janeiro de 2013. Disponível <[http://itapicurusuahistoria.blogspot.com.br/2013\\_01\\_01\\_archive.html](http://itapicurusuahistoria.blogspot.com.br/2013_01_01_archive.html). Acesso 12/05/2016.

IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. *Produção Agrícola Municipal 2010 - 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. *Produção da Pecuária Municipal. 2010 - 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. *Censo agrícola*. VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960. Serie regional. Volume II - Tomo VIII – 1º Parte - Bahia. Rio de Janeiro, 1966.

\_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário*. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Volume 2 - Tomo 3 – número 15 - 1º Parte - Bahia. Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário*. Bahia, 1985, número 17. Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário*, 1995- 1996. Número 15 - Bahia. Rio de Janeiro 1998.

\_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 20/04/2013.

\_\_\_\_\_. *Censos econômicos: agrícola, comercial, industrial e dos serviços*. Quadro de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os municípios. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940. Serie regional Parte XII –Bahia. Tomo II., Rio de Janeiro 1950.

\_\_\_\_\_. *Folha SD.24 Salvador: potencial dos recursos hídricos*. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Produto Interno Bruto (PIB) Municipal (2010-2014)*, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Rio de Janeiro: IBGE, 2014

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), *Diretoria e Cadastro Rural*/ publicação de Índice Básico de 1997. Disponível em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 11/11/2015.

JUNQUILHO. Patrícia Celeste Mirante Caldeira. *A legitimidade do poder e a dinâmica do poder em Irará e Água Fria – Bahia*. Salvador, 2007. Dissertação (mestrado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração Mestrado Profissional em Administração. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA, 2007.

KONDER. Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Abril Cultural: brasiliense, 1985.

KRAUSER, Raul Ristow. *A agroecologia e o plano camponês*. Candiota, RS, 2015.

LEÃO, Sônia de oliveira. *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*. Recife, SUDENE-DPG-SRE, 1987.

LENCIONI. Sandra. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. *Revista eletrônica de geografia e ciências sociais*. Universidade de Barcelona, agosto de 2010.

LESSA. Sergio; TONET. Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2º ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

MANCE. Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista a globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARTINS, Jose de Souza. Prefácio. In. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984, (Prefácio).

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX. Karl. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (a).

\_\_\_\_\_. *Glossas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (b).

MERCADANTE. Aloizio. “O centro e a economia solidária”. Folha de São Paulo, 19-10-1997.

Ministério do desenvolvimento Social Agrário (MDA). *Compra da agricultura Familiar órgão público: mobilidade compra institucional do PAA 2012- 2015*. Brasília, julho de 2016. Disponível em < <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/noticias/18-05-2016-compra-institucional-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> > Acesso em 14/11/2016.

\_\_\_\_\_. *Balanço do bolsa família 2012 - 2016 para o município de Irará/BA*. Disponível < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia> > Acesso em 12/12/2016.

\_\_\_\_\_. *Balanço do Pronaf 1999-2015 Para o município de Irará/BA*. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>> Acesso em 22/12/2016.

MOREIRA, José Roberto. *A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80*. Reforma Agrária, Campinas, v. 12, n. 6, p. 3-16, nov. /dez. 1982.

\_\_\_\_\_. *Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil*. Novos cadernos NAEA. V.12, n.2 p.57-88. Dez, 2009.

MOREIRA, M. R. *Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Engenharia Agrícola. São Paulo, nov. 2003.

MOREIRA, J. R. *Críticas ambientalistas à Revolução Verde*. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 39-52. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/286.htm>. Acesso em 12/12/2016.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2009

NETTO, Jose Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1 ed. São Paulo, Expressão popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e Agricultura*. São Paulo: editora Ética, 2ed.1987.

\_\_\_\_\_. *Modo de produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Edna Moreira. *História e memória de um sindicato: construindo uma primeira interpretação acerca do processo de instalação e consolidação do sindicato dos trabalhadores rurais de Irará/BA (1987-1992)*. Projeto de pesquisa (Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana/Bahia, 2004.

OLIVEIRA, Julieta T. Aier; ANDRADE, Márcia Regina O.; BERGAMASCO, Sonia Maria P.P. *Perspectiva e desafios para a juventude Rural*. In: *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

OSORIO, Jaime. *O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. Tradução de Fernando Correa Prado. – 1 ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PETERSEN, Paulo. Agricultura Camponesa: entre a onipresença e a invisibilidade. *Revista carbono*, nº4, dossiê 2013. Disponível em <http://revistacarbono.com/artigos/04agricultura-camponesa-paulopetersen/> acesso em 12/06/2015.

PINHO, Emerson Nogueira. *A construção Histórica de Mestre Januário*. Irará, Bahia, Brasil, abril de 2008.

PINHO, Luiz Carlos Guendes. Reflexões sobre a política Brasileira no período de 1964-1994. In. Reforma Agrária. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária nº1*. Vol 25, jan-abril 1995.

Plano Municipal de Desenvolvimento Local Sustentável PMDLS - *Irará - BA , 2012*. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/Portalliraraense/pmdls-plano-municipal-de-desenvolvimento-local-sustentvel-irar-plano-municipaldedesenvovimentolocalssustentvelpmdlsirar>> Acesso em 22/11/2015\_

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. *REVISTA NERA – Ano 8, N. 7-julho/dezembro de 2005*. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1455>> Acesso em 12/01/2017.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deise Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: *Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensão e olhares*. Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7ªed. São Paulo, URUPÊS, 1963.

Prefeitura Municipal de Irará (PMI). *O centenário de Irará*. Irará/Bahia:1942.

\_\_\_\_\_. Irará 1988. Bahia:1988.

Projeto Mulheres do Samba de Roda. Santo Amaro, Bahia 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo. Editora Ática, 1993.

REZENDE, Gervásio Castro. *A agricultura e a reforma do crédito rural*. Revista Brasileira de Economia, Vol. 39, nº 2 Rio de Janeiro (1985). Disponível em<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewArticle/340>>.Acesso em 08/01/2013.

Rural Centro. *Ação inédita do governo estrutura cadeia da avicultura*. Disponível em <<http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/acao-inedita-do-governo-estrutura-cadeia-da-avicultura-50399#y=482>> Acesso em 20/08/2016.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. Colonização de novas terras: *a continuidade de uma forma de dominação, do estado novo a república nova*. In. *Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária* nº1. Vol 25, jan-abril 1995.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Aspectos Sócio Históricos do Aldeamento de Purificação, em Irará- Bahia: Identidade e Territorialidade. *XVII Simpósio Internacional processo Civilizatório*, Recife, 2009. Disponível em [http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/workshop/W\\_Santos1.pdf](http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/workshop/W_Santos1.pdf). Acesso em 12/02/2016.

\_\_\_\_\_. *Etnicidade e memória entre quilombolas em Irará-Bahia*. Salvador: UFBA, 221f. Dissertação (Mestrado em Estudos Etnicos e Africanos) - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Valdemiro Lopes dos. *A Pecuarização no Recôncavo Fumageiro -O caso de São Gonçalo dos campos – BA*. Recife, UFPE, 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, outubro de 1990.

SANTOS, Milton. A geografia no fim do século XX: a redescoberta e a remodelagem do planeta e os novos papéis de uma disciplina ameaçada. *Revista GEONORDESTE*, ano I, nº 2, 1984.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. Editora Hucitec, São Paulo, 1996 (a)

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. 5 eds.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2 ed. São Paulo: editora na Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Os novos mundos da geografia. In. *Caderno de Geociências/Instituto de Geografia da Universidade Federal da Bahia – vol. 1, nº5 (nov. 1996)*. Salvador: IGEO, UFBA, 1996 (b).

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneo*. Ijuí: Unijuí, 2006.

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Irará (SAMAI). *Relatório de atividades 2012*. Prefeitura Municipal de Irará. Irará /Bahia, 2012.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades 2013*. Prefeitura Municipal de Irará. Irará /Bahia, 2013.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades 2014*. Prefeitura Municipal de Irará. Irará /Bahia, 2014.

\_\_\_\_\_. *Relação de produtos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar da creche*. Prefeitura Municipal de Ipirá. Ipirá /Bahia, 2016.

Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura, setembro/1946. *Tabela de Medidas Agrárias Não Decimais*. Disponível em <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/tabela\\_medida\\_agraria\\_nao\\_decimal.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/tabela_medida_agraria_nao_decimal.pdf)> Acesso em 22/12/2016.

SILVA, N. M. B.; ARAÚJO, O; SANTOS, R. L. 2003. *A cartografia digital dos solos de Feira de Santana (BA) e elaboração de um SIG agro pedológico*. Disponível em: <[http://www.cartografia.org.br/xxi\\_cbc.htm#TEC7](http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc.htm#TEC7)> Acesso em: 21 de novembro de 2010.

SILVA. Lenyra da. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. 2ed. São Paulo: contexto, 2001.

SINGER. Paul. *Economia solidária*. Revista. Estudos Avançados, 2008.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). *Estatísticas dos Municípios Baianos - v. 1 (2000)*. – Salvador: SEI, 2012.

THOMAS JUNIOR. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho. In: *Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

VERGÉS. Armando Bartra Vergés. *Os novos Camponeses: leitura a partir do México profundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

United States Geological Survey (USGS). *Earth Explorer*. Disponível em: <<http://earthexplorer.usgs.gov/>>. Acesso em: 20/05/2016.

WORREN. Ilse Scherer. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Org.). *Redes, sociedade e território*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

II exposição agropecuária de Ipirá. Notícia do Interior. *A NOITE*. Domingo 17 de Outubro de 1943, Bahia. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970\\_04&pagfis=23310&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=23310&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#) . Acesso em 12/08/2015.

## APÊNDICE A- Irará/BA: Questionário semiestruturado aplicado a diversos agentes da feira livre <sup>28</sup>

### Organização da unidade camponesa

1. A propriedade tem sistema de irrigação?  
.....
2. Quais os produtos cultivados na propriedade?  
.....
3. Além da agricultura, possui produção artesanal?  
.....
4. Onde é comercializado a produção?  
.....
5. Possui quantos filhos?  
.....
6. Há mobilidade de jovens no município?  
.....
7. Quais as dificuldades em morar na roça?  
.....
8. Qual a produção de maior valor econômico na sua propriedade?  
.....
9. A propriedade possui quantas tarefas de terra?  
.....
10. A propriedade fica próximo de algum corpos d'água (rio, riacho, lago, barragem)?  
.....
11. Na sua propriedade possui energia elétrica e água encanada?  
.....
12. O que significa para sua família produzir alimentos?  
.....
13. Qual a importância de morar no campo e trabalhar em sua propriedade?  
.....
14. Trabalha a quanto tempo com a agricultura?  
.....
15. Quais as etapas de uma produção da mandioca?  
.....
16. Quais os instrumentos utilizados na produção?  
.....

### Questões socioeconômicas

17. Vc já ouviu falar em agricultura orgânica? Onde?  
.....
18. Sua produção é orgânica?  
.....
19. Já ouviu falar em selo de certificação orgânico?  
.....

<sup>28</sup> Atividade do Pré campo, Novembro de 2013.  
Fonte: Andreia Silva de Alcântara.

- .....
20. Já participou de alguma feira de produtos orgânicos ou agroecológico? Em que município?
- .....
21. Já ouviu falar em agroecologia?
- .....
22. Qual sua relação com a prefeitura enquanto produtor?
- .....
23. Recebe alguma ajuda da prefeitura para cultivar e vender a produção?
- .....
24. Está associados a alguma associação? Qual?
- .....
25. Qual o benefício em está associado a uma associação?
- .....
26. A associação fornece alimentos para o programa PAA?
- .....
27. A associação fornece alimentos para o programa PNAE?
- .....
28. Já foi contemplado com o credito emergencial da seca?
- .....
29. Já solicitou o crédito amigo e o Pronaf?
- .....
30. Já recebe ajuda técnica dos agrônomo da EBDA
- .....
31. Você tem alguma relação com a EBDA?
- .....
32. Seus produtos possui a média do preço de mercado?
- .....

## APÊNDICE B - Irará/BA: Questionário semi estruturado aplicado aos Camponeses<sup>29</sup>

- Nome:..... Idade:.....  
 Povoado:..... Grau de Escolaridade: não alfabetizado ( ),  
 Fundamental 1 ( ) fundamental 2 ( ) médio ( )  
 Estudante: sim ( ) cursando..... Não ( )  
 Etnia: Negro ( ) indígena ( ) branco ( ) pardo ( ) outros.....  
 Comunidade quilombola sim ( ) qual..... Não ( )
- 1- Você se considera um camponês?  
 Sim ( ) não ( )
- 2- Qual sua relação com a terra?  
 .....
- 3- Trabalha a quanto tempo com a agricultura?  
 .....
- 4- O que produz em sua propriedade?  
 roça ( ) horta ( ) artesanato ( ) mandioca ( ) derivados da mandioca ( ) outros.....  
 Possui casa de farinha sim ( ) Não ( )
- 5- Em sua comunidade possui casa de farinha comunitária?  
 Sim ( ) não ( )
- 6- Qual sua situação na propriedade?  
 Medida da área da propriedade.....  
 Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Meeiro ( ) Outros.....
- 7- quais as etapas na produção da mandioca  
 .....
- 8- Quais os insumos ou produtos utilizados no cultivo da roça e horta?  
 .....
- 9- Quais o instrumentos utilizado na produção?  
 .....
- 10- Onde são adquirido as sementes ou mudas para a horta e roça?  
 11-Você já ouviu falar em agricultura agroecológica?  
 Sim ( ) O que você sabe sobre o assunto?.....  
 Não ( )
- 12-Sua produção é agroecológica?  
 Sim ( ) não ( )
- 13-Já ouviu falar em selo de certificação orgânico?  
 Sim ( ) Quais?.....  
 Não ( )
- 14- Possui o selo de certificação?  
 Sim ( ) Não ( )
- 15- Já participou de feiras de produtos agroecológico?  
 Sim ( ) Em que município?.....Não ( )
- 16-A propriedade fica próxima de alguns corpos d'água (rio, riacho, lago, barragem)?  
 Sim ( ) qual.....não ( )
- 17-Na sua propriedade possui:  
 energia elétrica sim ( ) não ( ) qual forma de iluminação.....  
 água encanada sim ( ) não ( ) como tem acesso a água.....
- 18-Já participa ou participou de algum curso no município? Sim ( ) Qual.....Não ( )

<sup>29</sup> Atividade do Pré campo, Setembro de 2015. Fonte: Andreia Alcântara

Quem organizou?

secretaria de agricultura ( ) escola agrícola ( ) EBDA ( ) outros.....

Pagou por esse serviço? Sim ( ) não ( )

19- Já participou da feira da mandioca em Irará?

Sim ( ) não ( )

20- Recebe ou recebeu ajuda técnica oferecida pelos órgão públicos.

Sim ( ) Não ( )

secretaria de agricultura ( ) escola agrícola ( ) EBDA ( ) outros.....

Paga por esse serviço? Sim ( ) não ( )

21- Recebe alguma ajuda da prefeitura para cultivar e vender a produção?

Sim ( ) de que tipo?.....

22- Tem alguma relação com a EBDA?

Sim ( ) Qual?..... Não ( )

23- Está associados a alguma associação?

Sim ( ) Qual?onde? .....Não ( )

24- Qual o benefício em está associado a uma associação?

.....  
25- Já vendeu alimentos para a prefeitura (PAA)?

Sim ( ) quantas vezes não ( ) porquê.....

26- Já vendeu alimentos para a alimentação escolar (PNAE)?

Sim ( ) quantas vezes..... Não ( ) porquê.....

27- Já foi contemplado com o credito emergencial da seca?

Sim ( ) quantas vezes..... Não ( )

28- Você já solicitou o crédito amigo e o Pronaf?

Sim ( ) quantas vezes? Não ( ) porque?.....

29- Qual o objetivo da produção?

Consumo ( ) venda ( ) consumo e venda ( )

Como se da à comercialização dos produtos?

Venda direta na feira ( ) atravessador ( ) outros

.....  
30- Qual o valor em média da produção mensal?

Mandioca: menos que R\$ 200,00 ( ) entre 200,00 a 500,00 ( ) entre 500,00 a 1000.00 ( )  
mais que 1.000,00 ( ).

Derivado da mandioca: menos que R\$ 200,00 ( ) entre 200,00 a 500,00 ( ) entre 500,00 a  
1000.00 ( ) mais que 1.000,00 ( ).

Roça: menos que R\$ 200,00 ( ) entre 200,00 a 500,00 ( ) entre 500,00 a 1000.00 ( )  
mais que 1.000,00 ( ).

Horta: menos que R\$ 200,00 ( ) entre 200,00 a 500,00 ( ) entre 500,00 a 1000.00 ( )  
mais que 1.000,00 ( ).

Artesanato: menos que R\$ 200,00 ( ) entre 200,00 a 500,00 ( ) entre 500,00 a 1000.00( )  
mais que 1.000,00 ( ).

31- Seus produtos possui preço comparado a média do mercado?

Sim ( ) não ( ) abaixo ou acima da média do mercado?.....

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1- Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?

.....  
2- Quantas pessoas que não pertencem à família trabalham na propriedade?

.....  
3- Como é feita a contratação dessas pessoas?( empreitada, diárias, sazonal, integral)

.....

4- Trabalha quantas horas por dia?

.....

5- Costuma folgar do trabalho na roça os finais de semana e os feriados?

.....

6- Tira férias do trabalho? Com que frequência?

.....

7- Exerce alguma atividade econômica além da agricultura?

Sim ( )..... Não ( )

## APÊNDICE C - Irará/BA: Entrevista semi estruturada com o Secretário de agricultura e meio ambiente<sup>30</sup>

Nome do responsável:.....

Período do mandato.....

Quando foi instituído a Secretaria de Agricultura e meio ambiente do município de Irará?.....

1. O município tem aterro sanitário?  
.....
- 2- Existe algum projeto voltados a utilização de materiais recicláveis?  
.....
- 3- Quais as políticas atuantes no município em relação à agricultura camponesa?  
.....
- 4- A secretaria da agricultura e meio ambiente do município de Irará disponibiliza assistência técnica para os camponeses?  
.....
- 5- Quais os produtos de maior relevância econômica para o município de Irará?  
.....
- 6- Existe algum projeto da EBDA voltados a agroecologia? Se existe, está tendo respostas junto aos camponeses?  
.....
- 7- As empresas certificadoras: Chão vivo e o Instituto Biodinâmico (IBD orgânico) tem interesse em apoiar a produção orgânica no município de Irará?  
.....
- 8- A secretaria de agricultura e meio ambiente tem interesse em desenvolver algum projeto de produção de alimento agroecológico no município de Irará?  
.....
- 9- Quais as maiores dificuldades dos camponeses na produção de alimentos?  
.....
- 10- O município de Irará tem algum projeto voltado à política de convivência com a seca?  
.....
- 11- A prefeitura de Irará já fomentou alguma discussão acerca da agricultura agroecológica?  
.....
- 12- Há algum projeto voltado à mecanização da agricultura no município de Irará?  
.....
- 13- Há algum projeto de fomento a agricultura camponesa no município de Irará?

<sup>30</sup> Atividade do Pré campo, Novembro de 2013.

Fonte: Andreia Alcântara

## APÊNDICE D - Irará/BA: Entrevista semi estruturado com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais<sup>31</sup>

Nome:.....

Período do mandato.....

Quando foi instituído o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Irará?.....

1-Quais as políticas atuantes no município em relação à agricultura familiar? Em média quantas famílias foram beneficiadas em 2014/2015?

2. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais disponibiliza assistência técnica para os camponeses?

3- Quais os produtos de maior relevância econômica para o município de Irará?

4- Existe projetos de desenvolvimento sustentável para a agricultura Camponesa no município?

5- O município possui agricultores que trabalham com a agricultura agroecológica?

6- O Sindicato dos Trabalhadores Rurais promove alguma atividade (feiras, seminários) que dê visibilidade a agricultura camponesa do município.

7- Quais as maiores dificuldades dos camponeses na produção de alimentos?.....

8- O Sindicato dos Trabalhadores Rurais apoiou ou possui algum projeto voltado a convivência com a seca nos últimos 3 anos?

9- Há algum projeto voltado a mecanização da agricultura no município?

10- Existe projetos que fomenta, divulga o artesanato no município?

11- Em relação às comunidades quilombolas tem um projeto específica para fomento da agricultura familiar ou artesanato no município?

12- Quis mercados nacionais ou internacionais o município acessou para comercialização de produtos da agricultura nos últimos 5 anos?

Quais mercados.....

13- Como avalia o êxodo rural no município durante os últimos 5 anos?

14- O município apresentou melhoria com relação à produção da agricultura ou em relação aos aspectos socioeconômico no campo após a instalação da EBDA e da Escola familiar agrícola?.....

<sup>31</sup> Atividade do Pré campo, Setembro de 2015.

Fonte: Andreia Alcântara

## APÊNDICE E - Irará/BA: Entrevista semiestruturada com presidente de associação rural do município<sup>32</sup>

Nome:.....

Comunidade:.....

Mandato:.....

1-Quando foi instituída a associação rural da comunidade

.....

2- A Associação conta com quantos sócios?

.....

3- Como é feita a gestão financeira para funcionamento da associação?

.....

4- Quais as atividades realizadas pela associação?

.....

5- Quais os projetos executados pela associação?

.....

6- Qual a relação da associação com a Secretaria de Cultura do município de Irará?

.....

7- Qual a relação da associação com a Secretaria de Agricultura e meio ambiente do município de Irará?

.....

8- Qual a relação da associação com o sindicato de trabalhadores rurais do município de Irará?

.....

9- Qual a relação da associação com a Cediter?

.....

10- A associação tem conseguido acessar as políticas públicas de crédito e venda de produtos da agropecuária, a exemplo PRONAF, PAA e PNAE?

.....

11- A Associação tem participado de feiras livres em outros municípios da Bahia?

.....

---

<sup>32</sup> Trabalho de Campo. Fonte: Andréia Alcântara

## APÊNDICE F - Irará/BA: Entrevista semi estruturado com o diretor da Escola Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI)<sup>33</sup>.

Nome:.....

Período do mandato.....

Quando foi instituído EFAMI?.....

1- AEFAMI atende a quais municípios?.....

2- Quais os critérios para o ingresso do alunado?  
.....

3- Qual a capacidade de funcionamento da EFAMI em relação à quantidade de alunos e de turmas do 1º 2º e 3º anos do ensino médio em técnico agropecuária?  
.....

4- Como é feita a gestão financeira para funcionamento da EFAMI? Qual é contrapartidas dos municípios da região de Irará?  
.....

5- Qual é a contrapartidas da prefeitura do município de Irará na manutenção da EFAMI?  
.....

6- Como funciona o projeto pedagógico da EFAMI?  
.....

7- Quais as atividades educativas realizadas pela EFAMI com a participação de públicos para além do alunado?  
.....

8- Qual a relação da EFAMI com o sindicato dos trabalhadores rurais de Irará?  
.....

9- Qual a relação da EFAMI com a Cediter?  
.....

10- Qual a relação da EFAMI com as comunidades rurais de Irará?  
.....

11- A EFAMI trabalha com os princípios agroecológicos de produção?  
.....

12- Existe algum projeto que atenda a função de intercâmbio entre a escola e as comunidades rurais?  
.....

14- A EFAMI disponibiliza assistência técnica para os camponeses?  
.....

---

<sup>33</sup> Atividade do Pré campo, Setembro de 2015. Fonte: Andreia Alcântara

## APÊNDICE G - Irará/BA: Entrevista semi estruturada com responsáveis pela Casa do Artesão<sup>34</sup>

Nome:.....

Quando foi instituído a Casa do Artesão?.....

.....

1- Quais os critérios para o ingresso de novos artesões na Casa do artesão?

.....

2- A Casa do artesão conta com quantos artesões?

.....

3- Como é feito a gestão financeira para funcionamento da Casa do artesão

.....

4- Quais as atividades realizadas pela Casa do artesão?

.....

5- Quais os projetos executados pela Casa do artesão?

.....

6- Qual a relação da Casa do artesão com Secretaria de Cultura do município de Irará?

.....

7- Qual a relação Casa do artesão com a Secretaria de Educação do município de Irará?

.....

8- Qual a relação da Casa do artesão com o Movimento Cultural Viva Irará?

.....

9- Os artesões da casa do Artesão participa de feiras de artesanatos em outros municípios da Bahia?

.....

---

<sup>34</sup> Trabalho de campo. Fonte: Andreia Alcântara, 2016

## **APÊNDICE H - Irará/BA: Entrevistas semi estruturado com o Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)<sup>35</sup>**

1 -Nome:.....

2- Quando foi instituído a CRAS no município de Irará?.....

3- Qual o público de Trabalho do CRAS?

6- quais os critérios para acessar os serviços oferecidos pelo CRAS?

4- Quais os eixos de trabalhos do CRAS?

5-Quais os projetos executados pelo CRAS no município de Irará?

7- Quais os cursos oferecidos pelo CRAS?

8- Qual a relação do CRAS com a Secretaria de Educação do município de Irará?

9- Qual a relação da CRAS com os Agentes de Saúde Comunitária?

10- Qual a relação do CRAS com o conselho tutelar?

10- O CRAS tem atividades específicas para as comunidades rurais do município de Irará?

12- Quais os conflitos socioeconômicos decorrentes no município de Irará?

14- O que o CRAS aponta como avanços durante esses anos de acompanhamento em relação a qualidade de vida do camponês?

---

<sup>35</sup> Trabalho de Campo. Fonte: Andréia Alcântara, 2015

## APÊNDICE I- Irará/BA: Entrevista semiestruturada com a Coordenadora da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER)<sup>36</sup>

Nome:.....

Quando foi instituído a Cediter no município de Irará?.....

1- A Cediter atende a quais municípios?.....

2- Como se iniciou os trabalhos da Cediter no município de Irará?

.....

3- Qual o público de Trabalho da Cediter?

.....

4- Quais os eixos de trabalhos da Cediter?

.....

5-Quais os projetos executados pela Cediter no município de Irará?

.....

6- Como ocorre a mediação da Cediter no acesso dos camponeses as políticas de Crédito?

.....

7- Como é feita a mediação da Cediter na elaboração de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)?

.....

8- Qual a relação da Cediter com a EFAMI?

.....

9- Qual a relação da Cediter com O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Irará?

.....

10- A Cediter trabalha com os princípios agroecológicos de produção?

.....

11-Existe algum projeto que atenda a função de intercâmbio entre as comunidades rurais?

.....

12- A Cediter disponibiliza assistência técnica para os camponeses?

.....

13- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos camponeses do município de Irará

.....

14- O que a Cediter aponta como avanços durante esses anos de acompanhamento em relação a qualidade de vida do camponês?

.....

---

<sup>36</sup> Trabalho de Campo. Fonte: Andréia Alcântara, maio de 2016

## APÊNDICE J- Irará/BA: Entrevista semi estruturada com a Coordenadora do Movimento Cultural Viva Irará<sup>37</sup>

Nome:.....

Quando foi instituído o Movimento Cultural Viva Irará no município de Irará?.....

- 1- Quais os grupos culturais de Irará?  
.....
- 2- Existe grupos culturais na zona Rural de Irará?  
.....
- 3- Qual a origem do Samba de Roda do município de Irará?  
.....
- 4- Existe quantos grupos de samba de roda no município de Irará? Onde se localiza?  
.....
- 5- Quais as atividades exercidas pelo Movimento Cultural Viva Irará?  
.....
- 6- Quais os projetos executados pelo Movimento Cultural Viva Irará?  
.....
- 7- Qual a relação do Movimento Cultural Viva Irará com a secretaria de cultura do município de Irará?  
.....
- 8- Existe investimentos governamentais de incentivo a cultura no município de Irará?  
.....
- 9- Qual a relação do Movimento Cultural Viva Irará com a secretaria de Educação do município de Irará?  
.....
- 10- O Movimento Cultural Viva Irará discute a cultura afro brasileira no município de Irará?  
.....
- 11- Quais os desafios do Movimento Cultural Viva Irará?  
.....

---

<sup>37</sup> Trabalho de Campo. Fonte: Andréia Alcântara, 2016.

## APÊNDICE K- Ipirará/BA: Entrevista semiestruturada com produtor integrado na avicultura de corte<sup>38</sup>

Nome:..... Idade:.....  
 Povoado:..... Grau de Escolaridade: .....

- 1- Tamanho da propriedade?  
 .....
- 2- A Granja possui contrato de Integração com qual empresa avícola?  
 .....
- 3- Onde se localiza o abatedouro?  
 .....
- 4- Quais os critérios para se tornar integrado?  
 .....
- 5- Qual o valor do investimento para torna-se integrado?  
 .....
- 6- Qual a contrapartida da empresa integradora no sistema de integração?  
 .....
- 7- Qual a contrapartida do produtor no sistema de integração?  
 .....
- 8- Quais os equipamentos necessários para iniciar a produção integrada?  
 .....
- 9- Qual a periodicidade na troca dos equipamentos?  
 .....
- 10- Qual a periodicidade da assistência técnica na granja?  
 .....
- 11- Qual o tamanho do aviário? Suporta quantos frangos?  
 .....
- 12- Como é feita a comercialização?  
 .....
- 13- Além da família o produtor contrata outros trabalhadores? Quantos?  
 .....
- 14- Como é feita a contratação dos trabalhadores?  
 .....
- 15- Quais as exigências ou restrições da empresa integradora com relação a outras atividades agropecuária da unidade camponesa?  
 .....
- 16- Quais os pontos positivos e negativos no sistema de integração?  
 .....

<sup>38</sup> Trabalho de campo. Fonte: Andréia Alcântara, 2016

## APÊNDICE L - Irará/BA: Entrevista semiestruturada com trabalhador da granja integrada à empresa de avicultura de corte<sup>39</sup>

Nome:..... Idade:.....  
 Povoado:..... Grau de Escolaridade: .....

- 1- Como é feita a contratação?  
 .....
- 2- Como é feito o pagamento?  
 .....
- 3- Qual a carga horária de trabalho?  
 .....
- 4- Quais as atividades exercidas na granja?  
 .....
- 5- Como é a relação entre o trabalhador da Granja e o proprietário da Granja?  
 .....
- 6- Quais os pontos positivos e negativos em trabalhar na granja de integração avícola?  
 .....

---

<sup>39</sup> Trabalho de campo. Fonte: Andréia Alcântara, 2016

## **APÊNDICE M- Análise sócio espacial das comunidades de Mangueira, Manã, Candeal, Sobrado, Palma, Boca de Várzea e Alecrim<sup>40</sup>.**

### **Apresentação da comunidade**

- 1- Nome da comunidade.....
- 2- Número de famílias da comunidade.....
- 3- População total da comunidade.....

### **Questões socioeconômicas da comunidade**

- 4- Atividade de geração de renda desenvolvida na comunidade
- .....

- 5- Produção agropecuária da comunidade
- .....

- 6- Quais os meios utilizados pelos agricultores para comercializar a produção
- .....

### **Organização da comunidade**

- 7- Identificar as associações rurais da comunidade, data de fundação e suas ações.
- .....

- 8- Identificar o tamanho médio das propriedades
- .....

### **Mobilidade da comunidade**

- 9 - saída e/ou entrada de pessoas na comunidade
- .....

- 10) local de origem
- .....

- 11) faixa etária
- .....

- 12) destino
- .....

- 13) Atividade exercida no local de chegada
- .....

---

<sup>40</sup> Trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irapá (EFAMI), Outubro de 2015. Fonte: Andréia Alcântara; Marize Damiana M. B. Batista

**APÊNDICE N-** Irará/BA: Realidade fundiária das comunidades de Mangueira, Manã, Candeal, Sobrado, Palma, Boca de Várzea, Alecrim. Entrevista com 10 famílias camponesas.

Nome	Idade que começou a trabalhar na roça?	Grau de escolaridade	Trabalha apenas na sua propriedade	Tamanho da propriedade (Tarefas)	Trabalha apenas na propriedade de outros	Trabalha na sua propriedade e na de outros	Arrendatário (Tarefa)	Posseiro (Tarefa)	Meeiro (Tarefa)	Outra denominação (Tarefa)

Trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Junho de 2016.

Fonte: Andréia Alcântara; Marize Daminiana M.

B. Batista



**APÊNDICE P-** Irará/BA: Mapeando o território de Atuação do Agente de Saúde Comunitária – Irará/BA  
Comunidades onde atua \_\_\_\_\_

INDICADOR	REALIDADE
População atendida; nº de famílias por domicílio; faixa etária predominante	
Perfil socioeconômico; Acesso a bens de consumo	
Atividades econômicas; organização da produção; Comercialização	
Educação; Escolas; Escolarização	
Vias e redes de acesso (caminhos/estradas; meios de comunicação)	
Religião; religiosidade	
Saúde; Doenças	
Relação medicina-práticas populares de cura	
Condições de moradia	
Meio ambiente (vegetação; rios e lagoas, lixo, etc.)	
Distribuição e uso das terras; Tamanho da propriedade;	
Condições de trabalho e fontes de renda	
Mobilidade da população (Migração de saída, de chegada e repercussões locais)	
Limites e fronteiras físico-territoriais	
Características marcantes das comunidades atendidas (potencialidades e problemas)	

Marize Damiana M. B. e Batista doutoranda em geografia pela Universidade Federal da Bahia, integrante do grupo de pesquisa GeograFar/UFBA. Trabalho de campo Irará/BA, Outubro de 2015

## APÊNDICE Q - Mapeamento socioeconômico da feira livre do município de Irará<sup>41</sup>

- Nome:..... Idade:.....  
 Povoado:..... Grau de Escolaridade: não alfabetizado ( ),  
 Fundamental 1 ( ) fundamental 2 ( ) médio ( )  
 Estudante: sim ( ) cursando..... Não ( )  
 Etinia: Negro ( ) indígena ( ) branco ( ) pardo ( ) outros.....  
 Comunidade quilombola sim ( ) qual..... Não ( )
- 3- O que o Sr./Sra trabalha a quanto tempo com a agropecuária?  
 .....
- 4- O que o Sr./Sra costuma vender na feira?  
 .....
- 4- O que o Sr./Sra produz em sua propriedade?  
 .....
- Possui casa de farinha sim ( ) Não ( )
- 5- Em sua comunidade possui casa de farinha comunitária?  
 Sim ( ) não ( )
- 6- Qual sua situação na propriedade?  
 Medida da área da propriedade.....  
 Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Meeiro ( ) ocupante.....
- 8- Quais os insumos ou produtos utilizados no cultivo da roça e horta?  
 .....
- 9- Quais o instrumentos, ferramenta, utilizado na produção?  
 .....
- 10- Onde são adquirido as sementes ou mudas para a horta e roça?  
 .....
- 11- O que o Sr./Sra já ouviu falar em agricultura agroecológica?  
 Sim ( ) O que você sabe sobre o assunto?.....Não ( )
- 12- O que o Sr./Sra já participou de feiras de produtos agroecológico?  
 Sim ( ) Em que município?.....Não ( )
- 13- A propriedade fica próxima de alguns corpos d'água (rio, riacho, lago, barragem)?  
 Sim ( ) qual.....não ( )
- 14- Na sua propriedade possui...  
 energia elétrica sim ( ) não ( ) qual forma de iluminação.....  
 água encanada sim ( ) não ( ) como tem acesso a água.....
- 15- O que o Sr./Sra participa ou participou de algum curso no município? Sim ( )  
 Qual..... Não ( )  
 Quem organizou?.....
- 16- O que o Sr./Sra já participou da feira da mandioca em Irará?  
 Sim ( ) não ( )

<sup>41</sup> Trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Setembro de 2016; e com a turma de geografia Agrária da Universidade Federal da Bahia.  
 Fonte: Andréia Alcântara; Marize Daminiana M. B. Batista; Noeli Pertile

17- O que o Sr./Sra recebe ou recebeu ajuda técnica?

Sim ( ) Não ( ) que promoveu?.....

18- O Sr./Sra participa de alguma associação? onde?

19- Qual o benefício em está associado a uma associação?

20- O que o Sr./Sra já vendeu alimentos para a prefeitura (PAA)?

Sim ( ) quantas vezes, quais anos.....

Quais produtos.....

Não ( ) porquê.....

21- O que o Sr./Sra já vendeu alimentos para a alimentação escolar (PNAE)?

Sim ( ) quantas vezes, quais anos..... Não ( )

produtos.....

Não ( ) porquê.....

22- O que o Sr./Sra já solicitou o Pronaf?

Sim ( ) quantas vezes? quais anos.....

Para quais produtos.....

Não ( ) porque?.....

23- O que o Sr./Sra já solicitou o crédito amigo?

Sim ( ) quantas vezes, quais anos .....

Não ( ) porque?.....

24- O que o Sr./Sra já solicitou o Sicoob Credite?

Sim ( ) quantas vezes, quais anos .....

Motivo da solicitação.....

Não ( ) porque?.....

25- O que o Sr./Sra foi contemplado com o credito emergencial da seca?

Sim ( ) quantas vezes, quais anos..... Não ( ) porquê.....

25- Qual o objetivo da produção?

Consumo ( ) venda ( ) consumo e venda ( )

Como se da à comercialização dos protutos?

Venda direta na feira ( ) atravessador ( ) outros

15. Qual a sua renda média se

té meio salário mínimo

a) ( ) Entre meio e um salário mínimo

b) ( ) Entre 1 e 2 salários mínimos

c) ( ) Entre 2 e 4 salários mínimos

d) ( ) Entre 5 e 7 salários mínimos

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1- Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?

2- Quantas pessoas que não pertencem à família trabalham na propriedade?

3- Como é feita a contratação dessas pessoas?( empreitada, diárias, sazonal, integral)

4- Você trabalha quantas horas por dia?

5- Você costuma folgar do trabalho na roça os finais de semana e os feriados?

6- Você tira férias do trabalho? Com que frequência?

## APÊNDICE R - Irará/BA: Análise do perfil dos consumidores na feira livre<sup>42</sup>

01. Dados pessoais:

Nome:.....Sexo:.....Idade:

02. Em qual município mora?

a) ( ) Irará em que comunidade..... ( ) Outro município. Qual?

03. Onde se localiza sua residência? Se for da ZONA RURAL responda a 4ª questão, se for da ZONA URBANA responda a 5ª:

a) ( ) Zona Rural b) ( ) Zona Urbana

04. Além de vir à feira qual outro motivo lhe trás à cidade?

a) ( ) Visita ao médico

b) ( ) Rever amigos ou parentes

c) ( ) Visita à igreja

d) ( ) Outro:.....

05. Você vem à feira apenas para comprar?

A) ( ) Sim ( ) Não

B) Por que vem à feira?

.....  
C) O que mais gosta na feira?

.....  
07. Você frequenta a feira semanalmente?

a) ( ) Sim b) ( ) Não Quantas vezes ao mês?

08.A) O que você compra na feira

a) ( ) verduras b) ( ) frutas c) ( ) carnes d) ( ) outros, favor especificar:

.....  
B) Por que compra esses produtos na feira?

.....  
09. Você compra sempre no mesmo comerciante?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

10. A) Pesquisa o preço?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

B) É mais barato que em outros lugares?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

11. Em relação à sua formação escolar, tem:

a) ( ) Primário completo e fundamental incompleto.

b) ( ) Fundamental completo e nível médio incompleto.

c) ( ) Nível Médio completo e superior incompleto.

---

<sup>42</sup> Trabalho de campo com a turma do segundo ano do ensino médio em técnico agropecuário da Escola Familiar Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI), Setembro de 2016. e com a turma de geografia Agrária da Universidade Federal da Bahia.  
Organização e coordenação: Andréia Alcântara; Marize Damiana M. B. Batista; Noeli Pertile

- d) ( ) Superior completo.
- e) ( ) Nenhuma alternativa acima.

Faixa que melhor descreve sua renda familiar mensal)

- a) ( ) Menos de um salário mínimo
- b) ( ) Entre um e dois salários mínimos
- c) ( ) Entre três e cinco salários mínimos
- d) ( ) Mais de cinco salários mínimos

13. Você acha que esta feira tem fortalecido, enfraquecido ou continua da mesma maneira ao longo dos últimos anos? Se a resposta for **enfraquecido**, responda a 14ª. questão.

- a) ( ) fortalecido
- b) ( ) enfraquecido
- c) ( ) Continua da mesma maneira

14. Segundo seu ponto de vista esta feira tem perdido a importância por qual dos motivos abaixo?

- a) ( ) Diminuição dos produtos produzidos no município.
- b) ( ) Aumento dos preços das mercadorias.
- c) ( ) Os produtos antes encontrados na feira hoje podem ser comprados em outros estabelecimentos.
- d) ( ) Queda da qualidade e da diversidade dos produtos que nela são comercializados.
- e) ( ) Outro motivo Qual? .....

## PÊNDICE S - Irará/BA: Programação do Trabalho de campo, 04 a 08 de outubro de 2016

Cronograma do trabalho de campo (A)			
	Terça – 04/10	Quarta – 05/10	Terça – 04/10
<b>7h às 10h</b>	Saída de Saída de Salvador	8h às 10h	Comunidade do Candeal no município de Irará: Grupo produtivo de mulheres Fábrica de bolachinha de goma. Organização da horta agroecológica que é comercializada na feira livre de Irará. Visitar a Casa de Farinha
<b>10h às 11h</b>	Visita ao Recanto da Paz Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST) no município de Mata de São João/BA	10h às 11:30	Conhecer a propriedade de Julho, na comunidade Sobrado no município de Irará, técnicas de beneficiamento da produção e sistema integrado com os derivados da mandioca.
<b>14h às 14:30</b>	Visita a Granja da e frango de corte integrado a JBS localizada na comunidade de Sobradinho no município de Irará.	14h às 15h	Conhecer o trabalho da EFAMI - a relação da EFAMI com a Região - Estação experimental em agroecologia. Roda de diálogo com o alunado. Apresentação do projeto da Escola Familiar Agrícola da Região de Irará, localizada na comunidade de Boca de Várzea
<b>15h às 16h</b>	Comunidade de Olaria no município de Irará <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação da comunidade quilombola de Olaria, sua organização luta e resistência.</li> <li>• Visitar a propriedade de Paulo - um exemplo de Sistema Agroflorestal</li> <li>• Visita a propriedade de Evandro, organização da propriedade camponesa – trecho do rio Seco - assoreado, questão ambiental.</li> </ul> Apresentação do samba de roda da comunidade de Olaria	15h às 17h	Discussão com os agentes que atuam na organização e produção do espaço agrário de Irará.  Secretário de agricultura e meio ambiente; CEDITER; Sindicado dos Trabalhadores Rurais; Associação de Boca de Várzea
<b>17h</b>	Visitar a Serra no município de Irará para conhecer a geomorfologia e a questão ambiental, bacia hidrográfica do rio Seco		

## APÊNDICE S - Irará/BA: Programação do Trabalho de campo, 04 a 08 de outubro de 2016

Cronograma do trabalho de campo (B)			
	Quinta – 06/10	Sexta 07/10	Sábado - 08/10
8h	Visita a Igreja de Bento Simões e a Fonte da Bica que são patrimônio histórico do Município. A expressão do século XVIII nos dias atuais.	8h às 12h	Participação do EFAMI – IV Seminário de Educação do Campo  Tema: Educação do campo: rompendo cercar, construindo caminhos e realizando sonhos
10h	Visita a propriedade de Duda. Um exemplo da mecanização da agricultura na comunidade Sobradinho.		
11h às 12h	Propriedade de Seu Júlio (981284900): Técnicas de beneficiamento da produção e sistema integrado com derivados da mandioca.	14h	Conhecer a cooperativa de jovens produtores rurais da agricultura familiar (COOJOPRAF) localizada na comunidade Topo no município de Água Fria/BA
14h às 15h	Viva Irará – Organização não governamental que trabalha com a cultura. O Viva Irará ocupa a Casa de Fernando Santana, um intelectual da esquerda Brasileira.  Roda de diálogo com a participação de Olivia – Militante do movimento negro em Irará e coordenadora do Viva Irará; Doutor Aristeu - um grande fomentador da cultura popular e erudita em Irará e Dilma Leão ex-presidente do Viva Irará.		
15h às 17H	Roda de conversa sobre cultura em Irará: Visitar a casa de Zè Nogueira, artista plástico. Um exemplo de residência/espço de exposição artística localizado em Irará.		

Trabalho de campo com a turma da disciplina Geografia Agrária/UFBA. Responsável: Noeli Pertile, professora e Dra. do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

Organização e coordenação: Andréia Silva de Alcântara (Mestranda em geografia pela Universidade Federal da Bahia); Marize Damiana M. B. Batista (Doutoranda em geografia pela Universidade Federal da Bahia).